

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

ANDRESSA RIBAS LAMEIRA MERLO

**REFORMA DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO
GOVERNAMENTAL E MUDIÁTICA NOS SITES DO MEC E PORTAL R7**

Santa Maria - RS
2017

ANDRESSA RIBAS LAMEIRA MERLO

REFORMA DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E MIDIÁTICA NOS SITES DO MEC E PORTAL R7

Monografia de graduação apresentada ao curso de Comunicação Social – Relações Públicas, do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria, como parte das exigências para a obtenção do título de **Bacharel em Relações Públicas**.

Santa Maria, 12 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Rejane Oliveira Pozobon

Prof. Dr^a Carlise Porto Schneider Rudnicki

Mestranda Carolina De David

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Maria, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram uma série de conhecimentos, valores e princípios para a vida.

À minha orientadora, Rejane, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho, pela orientação, apoio, confiança e algumas de suas horas para ouvir os dramas e dilemas de uma formanda.

À Prof^a. Dr^a. Carlise e a Mestranda Carolina por terem aceitado em fazer parte deste momento tão especial, na participação de banca avaliadora.

Agradeço a todos os professores em que algum momento desta longa jornada tive o prazer de encontrar e que me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional aos estudos e vida, me possibilitando estar onde estou agora.

Agradeço a minha mãe, Andrea, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, principalmente de desânimo e cansaço, assim preparando muitos cafezinhos para as horas e horas de estudo.

Ao meu pai que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu e que para mim foi muito importante.

Agradeço ao meu irmão, Luiz Marcello, que mesmo tão criança, sempre soube o que falar quando eu não estava bem. E até mesmo, quando não falava nada, sua presença e existência me davam força e alegria por ter ele.

À ele, uma pessoa de extrema importância na minha vida, minha gratidão eterna. Agradeço por sempre estar presente, desde o início da minha graduação, ajudando, apoiando, incentivando, tendo muita paciência e demonstrando todo seu amor. Obrigada por trazer felicidade e tranquilidade para mim.

À ela, minha prima, amiga, irmã, Jady, que desde o início da minha vida me acompanha, apoia, incentiva e me faz agradecer todos os dias por ter alguém como ela.

Meus agradecimentos também às minhas amigas e amigos, companheiros de vida e trabalho, que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes

em minha vida com certeza. Em especial à elas: Camila, Fernanda, Bibiana, Telma e Bárbara, que são muito especiais pra mim e estiveram presentes em muitos momentos especiais e difíceis da minha vida. Mulheres incríveis que admiro e amigas em todas etapas da minha formação educacional, desde o ensino fundamental até aqui.

Agradeço e peço desculpas a todos aqueles que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“Meus heróis morreram de overdose
Meus inimigos estão no poder”
Cazuza

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar e comparar a comunicação governamental em relação à comunicação midiática, através dos discursos e estratégias projetadas acerca da proposta governamental de Reforma do Ensino, nos sites do Ministério da Educação (MEC) e Portal R7. Acionamos os conceitos de comunicação governamental, comunicação midiática, comunicação pública, discurso político e estratégias discursivas, utilizando-se da metodologia da análise de conteúdo, em sua perspectiva híbrida, para a verificação dos resultados obtidos. A análise expõe as principais estratégias comunicacionais encontradas nas notícias governamentais que demonstra a predominância das estratégias de justificação, estratégia do vago, estratégia de simplicidade e a acentuação da aparição de citações. Já os resultados obtidos em relação às estratégias comunicacionais encontradas nas notícias do Portal R7 apresentam a predominância da estratégia de reforço e da estratégia da função de regulação social.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; comunicação governamental; comunicação midiática; estratégias comunicacionais; análise de conteúdo.

ABSTRACT

This research seeks to analyze and compare the government communication in relation to the media communication, through the speeches and strategies designed about the governmental proposal for education reform, in the websites of the Ministry of Education (MEC) and Portal R7. We activate the concepts of government communication, media communication, public communication, political discourse and discursive strategies, using the methodology of the content analysis, in its hybrid perspective, to verify the results obtained. The analysis exposes the main strategies communicational found in government news and demonstrates the predominance of justification strategies, vague strategy, strategy of simplicity and accentuation of the appearance of quotations. The results obtained in relation to the Communicational strategies found in the news of the R7 Portal present the predominance of the strengthening strategy and the strategy of the social regulation function.

Key-words: high school reform; Government communication; Media communication; Communicational strategies; Content analysis

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ACD	Análise de Conteúdo Digital
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEE	Conselho Estadual de Educação de São Paulo
CEP	Colégio Estadual do Paraná
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
Consed	Conselho Nacional dos Secretários de Educação
Consep	Conselho Episcopal Pastoral
DOU	Diário Oficial da União
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Fenep	Federação Nacional das Escolas Particulares
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
Ideb	Índice de desenvolvimento de educação básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
REM	Reforma do Ensino Médio
Pisa	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNE	Plano Nacional de Educação
R7	Plataforma de notícias do grupo Record
SEE	Secretaria Estadual de Educação
Seb	Secretaria de Educação Básica
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UPES	União Paranaense de Estudantes Secundaristas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Palavra do Discurso Político na categoria Defasagem do atual Ensino Médio	74
Gráfico 2 – Estratégias de Dissimulação na categoria Defasagem do atual Ensino Médio	74
Gráfico 3 – Condições da Palavra Política na categoria Defasagem do atual Ensino Médio	75
Gráfico 4 – Citação na categoria Defasagem do atual Ensino Médio	75
Gráfico 5 – Palavra do Discurso Político na categoria Urgência e necessidade de mudança no atual Ensino Médio	77
Gráfico 6 – Estratégias de Dissimulação na categoria Urgência e necessidade de mudança no atual Ensino Médio	77
Gráfico 7 – Condições da Palavra Política na categoria Urgência e necessidade de mudança no atual Ensino Médio	78
Gráfico 8 – Citação na categoria Urgência e necessidade de mudança no atual Ensino Médio.....	78
Gráfico 9 - Categoria Benefícios da mudança do Ensino Médio	81
Gráfico 10 - Categoria Benefícios da mudança do Ensino Médio	82
Gráfico 11 - Categoria Benefício da mudança do Ensino Médio	82
Gráfico 12 - Categoria Benefícios da mudança do Ensino Médio	83
Gráfico 13 - Categorias Trâmites e debates sobre a REM.....	84
Gráfico 14 - Categoria Trâmites e debates sobre a REM.....	85
Gráfico 15 - Categoria Trâmites e debates sobre a REM.....	85
Gráfico 16 - Categoria Trâmites e debates sobre a REM.....	86
Gráfico 17 - Categoria Autoridades e sociedade em defesa da REM	87
Gráfico 18 - Categoria Autoridades e sociedade em defesa da REM	88
Gráfico 19 - Categoria Autoridades e sociedade em defesa da REM	88
Gráfico 20 - Categoria Autoridades e sociedade em defesa da REM	89
Gráfico 21 - Categoria Resistência em relação a REM	90
Gráfico 22 - Categoria Resistência em relação a REM	91
Gráfico 23 - Categoria Defasagem e necessidade de mudança no atual Ensino Médio	92
Gráfico 24 - Categoria Defasagem e necessidade de mudança no atual Ensino Médio	92
Gráfico 25 - Categoria Alterações propostas na REM.....	93
Gráfico 26 - Categoria Alterações propostas na REM.....	93
Gráfico 27 - Categoria Processos, trâmites e debates sobre a REM	95
Gráfico 28 - Categoria Processos, trâmites e debates sobre a REM	96
Gráfico 29 - Categoria Autoridades em defesa do Novo Ensino Médio	97
Gráfico 30 - Categoria Autoridades em defesa do Novo Ensino Médio	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo das estratégias predominantes das notícias governamentais	Erro! Indicador não definido.
Tabela 2 - Resumo das estratégias predominantes nas notícias midiáticas.....	Erro! Indicador não definido.
Tabela 3 - Estratégias comunicacionais da categoria Defasagem do atual ensino médio	104
Tabela 4 - Estratégias comunicacionais da categoria urgência e necessidade de mudança no atual ensino médio	104
Tabela 5 - Estratégias comunicacionais da categoria Benefícios da mudança do ensino médio	105
Tabela 6 - Estratégias comunicacionais da categoria Trâmites e debates sobre a REM.....	106
Tabela 7 - Estratégias comunicacionais da categoria Autoridades e sociedade em defesa do novo ensino médio	107
Tabela 8 - Estratégias comunicacionais da categoria Resistência em relação a REM	107
Tabela 9 - Estratégias comunicacionais da categoria Defasagem e necessidade de mudança no atual Ensino Médio.....	108
Tabela 10 - Estratégias comunicacionais da categoria Alterações propostas na REM	108
Tabela 11 - Estratégias comunicacionais da categoria Processos, trâmites e debates sobre a REM.....	108
Tabela 12 - Estratégias comunicacionais da categoria Autoridades em defesa do Novo Ensino Médio.....	109

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. PERSPECTIVA TEÓRICA	17
2.1. COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E SEUS DISCURSOS	17
2.1.1. O princípio constitucional da publicidade na administração pública e a Lei de Acesso a Informação	21
2.1.2. A comunicação governamental no Brasil	22
2.1.3. O discurso na comunicação governamental	23
2.2. COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA E SUAS ESTRATÉGIAS	27
2.2.1. Contexto dos meios de comunicação	29
2.2.2. Estratégias da comunicação midiática	33
3. PERCURSO METODOLÓGICO	40
3.1. O MÉTODO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	40
3.1.1. Apanhado histórico	42
3.1.2. Inserção no campo da comunicação	43
3.1.3. Etapas e adaptação metodológica	46
3.2. REFORMA DO ENSINO MÉDIO: PROPOSTAS DA MEDIDA PROVISÓRIA E TRÂMITES LEGAIS	48
3.2.1. A ementa e sua tramitação no sistema político	49
3.3. DO CORPUS ESTABELECIDO: SITES MEC E PORTAL R7	51
4. ANÁLISE	52
4.1. DETALHAMENTO DAS NOTÍCIAS SELECIONADAS	53
4.2. CATEGORIAS ESTABELECIDAS	54
4.2.1. Categorias relacionadas as notícias do site do MEC	54
4.2.2. Categorias relacionadas as notícias do site Portal R7	65
4.3. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NO SITE DO MEC: ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS ACIONADAS PELO GOVERNO	72
4.3.1. Defasagem do atual Ensino Médio	73
4.3.2. Urgência e necessidade de mudança no atual ensino médio	75
4.3.3. Benefícios da mudança do Ensino Médio	78
4.3.4. Trâmites e debates sobre a REM	83
4.3.5. Autoridades e sociedade em defesa da REM	86
4.4. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NO SITE DO PORTAL R7: ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS ACIONADAS PELA MÍDIA	89
4.4.1. Resistência em relação a REM	89
4.4.2. Defasagem e necessidade de mudança no atual Ensino Médio	91
4.4.3. Alterações propostas na REM	92
4.4.4. Processo, trâmites e debates sobre a REM	94

4.4.5. Autoridades em defesa do Novo Ensino Médio	96
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICES	104

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, a política é vista como algo negativo. Isso acontece devido aos diversos escândalos, principalmente os escândalos por corrupção e roubo de bens e dinheiro público efetuado por representantes públicos. Entretanto, devemos saber que a expressão *política* representa e está muito além do habitual, mas tão evidenciado, processo das eleições. A política deve representar tudo o que for público e para a sociedade, todas as mudanças em normas, regras, leis e políticas públicas¹. Além disso, também representa os avanços e os retrocessos na legislação do país.

Em setembro do ano de 2016, o Governo Federal apresentou uma proposta de modificação na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que determina as diretrizes e bases da educação nacional, e na Lei nº 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Além disso, esta proposta veio em forma de Medida Provisória (MP), isso significa que ela representa uma espécie normativa, emitida e editada pelo Poder Executivo e apontada como urgente e relevante.

A situação gerou polêmica e insatisfação pela população, levando até a ocupações de mais de mil² espaços públicos em todo o Brasil. Assim, este caso despertou instantaneamente o interesse por seu estudo em diferentes áreas do conhecimento, principalmente por pesquisadores da área da comunicação. No caso deste estudo, o interesse se deu pela análise da comunicação governamental, através dos discursos e estratégias projetadas sobre a proposta da Reforma do Ensino Médio (REM)³.

Para esta análise foi escolhido como objeto de pesquisa as notícias referentes a este assunto e que estão presentes nos sites do Ministério da Educação (MEC)⁴ e

¹ Políticas públicas são um conjunto de projetos, programas e atividades realizadas pelo governo. Além disso, entende-se também por políticas públicas um processo de decisão, onde há inquestionavelmente conflitos de interesses, é através das políticas públicas que o governo norteia suas ações.

² Dado retirado do site da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), disponível no link: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>>

³ Neste estudo usaremos o código REM para fazer referência a Reforma do Ensino Médio.

⁴Endereço eletrônico: <http://www.mec.gov.br/>

do Portal R7⁵. A preferência pelo site do MEC ocorreu pelo contato direto à proposta da REM, onde o tema educação se destaca, além de ser o site oficial do governo sobre o assunto. Já a definição do segundo site, decorreu de uma pesquisa, realizada pela empresa Torabit⁶, onde aparecem os sites de notícias que mais possuem engajamento e seguidores/curtidorees nas redes sociais.

Dessa forma, queremos obter resposta ao seguinte problema de pesquisa: Quais são as estratégias comunicacionais acionadas para apresentar a Reforma do Ensino Médio nos sites do MEC e Portal R7?

Para além desse questionamento, esse trabalho tem como principal objetivo analisar a comunicação através dos discursos e estratégias projetadas acerca da proposta governamental de Reforma do Ensino Médio, nos sites do Ministério da Educação (MEC) e Portal R7 e como objetivos específicos deseja-se descrever aspectos da construção das notícias nos dois sites; teorizar sobre a comunicação governamental, pontuando suas regras e estratégias; e por fim, contribuir, teórica e metodologicamente, para os estudos que abordam a relação entre mídia e política.

Para a análise das notícias sobre a REM serão utilizadas as perspectivas metodológicas da análise de conteúdo juntamente aos conceitos de comunicação e discurso governamental (Charaudeau, 2006) comunicação e discurso midiático (Charaudeau, 2006) e estratégias de comunicação (Rodrigues, 2015; Charaudeau, 2006).

Para Bardin (2009), a análise de conteúdo, enquanto um método de investigação e tratamento de informações, é definida como um conjunto de técnicas de análise que explora e estuda todo e qualquer tipo de texto, utilizando-se de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição e detalhamento do conteúdo das mensagens, estimulando indicadores que possibilitem inferências referentes às circunstâncias de produção e recepção destas mensagens. Deste modo, escolhemos este método de pesquisa justamente pelas possibilidades que ele nos proporciona de analisar o conteúdo deste trabalho pelas perspectivas quantitativa, mas principalmente qualitativa, possibilitando resultados satisfatórios.

Pelas buscas feitas, apesar de haver uma grande quantidade de pesquisas realizadas com o método de análise aqui presente, pode-se notar a ausência de

⁵ Site brasileiro pertencente ao Grupo Record, disponibiliza conteúdo de notícias e entretenimento: <http://www.r7.com/>

⁶ Pesquisa disponível no anexo A.

estudos utilizando o objeto de pesquisa deste trabalho. Desta maneira, esta investigação também se justifica pela contribuição que pode trazer aos estudos da área da Comunicação, tendo em vista os poucos estudos existentes relacionados a análise de estratégias discursivas vigentes na comunicação governamental.

A comunicação governamental é a conversação do governo diretamente para com a sociedade, diferenciando-se da comunicação pública que abrange além do governo todas as organizações do terceiro setor assim como todas as instituições públicas, como por exemplo instituições financeiras, de ensino superior, atendimento hospitalar, etc.

A realização da composição deste trabalho é extremamente relevante para a formação de um profissional de Relações Públicas, pelo fato de que devemos ter conhecimento perante os dois lados de participação em referência a comunicação governamental. É importante compreender a parte da construção das estratégias comunicacionais de governo e simultaneamente ter o entendimento dessas estratégias para recepção delas em qualquer outra área de atuação em comunicação.

O estudo está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo é composto pela **Perspectiva Teórica**, contendo nele os conceitos de comunicação governamental, discurso e estratégia midiática. Para essas definições usaremos principalmente as obras de Charaudeau (2006) e Rodrigues (2015).

No segundo capítulo é apresentado o **Percorso Metodológico**, onde desenvolveremos o método da análise de conteúdo, incluindo seu histórico, sua inserção no campo da comunicação e suas etapas metodológicas. Também apresentaremos a proposta da Reforma do Ensino Médio, evidenciando suas ementas e os trâmites legais do processo no sistema político, além de expor o corpus estabelecido para esta pesquisa. Este capítulo está fundamentado nas obras de Bardin (1977), Fonseca Júnior (2005) e Herscovitz (2007).

Por fim, no terceiro e último capítulo apresentaremos os dados obtidos e os resultados da **Análise** realizada, detalhando as notícias selecionadas e a definição das categorias. Discorreremos também sobre a REM nos dois sites estabelecidos e abordaremos as estratégias comunicacionais presentes nas notícias governamentais juntamente com a articulação na divulgação da REM nas notícias publicadas pelo site R7. Para a finalização desta pesquisa, apresentaremos as **Considerações Finais**.

2. PERSPECTIVA TEÓRICA

Inicialmente devemos compreender a significância de sistematizar, analisar e argumentar adequadamente as informações produzidas sobre uma certa realidade. Isso nos garante pensar logicamente e nos exige a observação, crítica e entendimento do que ocorre em um país ou qualquer outro lugar em um dado momento da história, por exemplo. Para isso requerem-se recursos e, neste caso, os recursos são os conceitos. Para ter um pensamento lógico, com coerência, é preciso um conjunto de conceitos logicamente arquitetados entre si, ou seja, uma teoria. Assim deixamos manifestada a importância de perspectivas teóricas em todo e qualquer estudo.

Neste capítulo abordaremos os conceitos de comunicação governamental, utilizando-se principalmente das obras de Brandão (2012) e aspectos da comunicação midiática, empregando as definições de Charaudeau (2007). Aplicaremos estes conhecimentos sob as perspectivas de seus discursos (Charaudeau, 2006) e estratégias (Bueno, 2015), que introduzirão e embasarão esta pesquisa.

2.1. COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E SEUS DISCURSOS

O conceito norteador de nossa pesquisa é o de comunicação governamental. Entretanto, antes de desenvolvermos esse conceito detalhadamente, devemos explicitar um conceito mais abrangente, o de comunicação pública. Essa necessidade de explicarmos primeiramente o pensamento sobre comunicação pública ocorre em razão de haver diversos autores com concepções distintas do termo. Por isso utilizaremos da posição de Brandão (2012) para tratarmos sobre o tema.

Brandão (2012) afirma que o conceito de comunicação pública ainda está em processo de concepção, devido aos diversos significados que diferentes autores transmitem em suas obras científicas. A autora identifica cinco áreas distintas de conhecimento que se orientam pela comunicação pública. A primeira delas é a comunicação organizacional, correlacionada com as Relações Públicas e o Marketing por meio de suas técnicas. A comunicação organizacional é uma área que observa e investiga a comunicação entre as organizações e seus públicos, bem

como a comunicação no interior dessas organizações, sendo elas empresariais, sociais ou políticas. Na América Latina, nos EUA e na Austrália o termo *comunicação pública* emprega a significação de processos de informações direcionado à esfera pública e nesses casos tem objetivo mercadológico, vendendo imagens, ideias e produtos, afim de conquistar lucros tanto financeiros quanto pessoal, simbólico e de poder.

A segunda área identificada é aplicada a comunicação pública como comunicação científica. Compreende estudos e atividades com o propósito de desenvolver canais que integrem a ciência com o cotidiano das pessoas, assim estimulando o interesse delas pelo campo científico. Há dois aspectos que a autora coloca a comunicação científica reconhecida como comunicação pública. O primeiro deles é a divulgação científica, principalmente na agricultura e na saúde, criando estratégias de informação, aproximação e diríamos também de participação da população, no qual é planejado e preservado pelo Estado. Já o segundo aspecto se dá pela produção e disseminação de estudos científicos reunindo responsabilidades políticas, sociais, corporativas e econômicas, ou seja, essa interpretação traz às instituições de pesquisa a indispensabilidade da divulgação científica que produz à sociedade.

Outra perspectiva é a de comunicação pública identificada como comunicação política. A autora nos traz esse conceito sob dois enfoques. O primeiro refere-se as aplicações da comunicação para a manifestação pública de discursos, sejam de partidos políticos ou de governo. O segundo aspecto envolve as disputas entre proprietários de empresas de comunicação de massa e o direito de interferência da sociedade ao se inserir na determinação dos conteúdos produzidos junto aos veículos de mídia e ao acesso a eles gerando um benefício. Acrescentamos neste item a responsabilidade do estado em gerenciar as políticas públicas de comunicação e as discussões sobre o a comunicação como um direito, formando redes, conglomerados e convergindo tecnologias.

A quarta abordagem diz respeito as estratégias de comunicação da sociedade civil organizada, sendo estas produzidas e reproduzidas por comunidades, movimentos sociais e populares e membros do terceiro setor. Aqui, encontram-se as práticas de comunicação denominadas comunitárias e/ou alternativas, onde a comunicação é apropriada e desenvolvida promovendo o engajamento político de grupos da sociedade que querem independência em relação aos meios de

comunicação massiva. Entende-se as práticas de comunicação a partir da compreensão de que as incumbências públicas são de responsabilidade de toda a sociedade e suas instituições, e não exclusivamente dos governos.

Por fim, a comunicação do Estado e/ou governamental conceitua-se como “[...]uma forma legítima de um governo prestar contas e levar ao conhecimento da opinião pública projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que são de interesse público” (Brandão, 2007, p.5). Por essa definição já podemos perceber que a comunicação governamental é dissemelhante a comunicação pública. Há autores que as percebem como sinônimos, outros reconhecem que a comunicação governamental é um tipo de comunicação pública.

Neste estudo, buscamos expor os dois conceitos, sob o entendimento de que a comunicação pública se reporta ao Estado e a comunicação governamental se reporta ao Governo (Brandão, 2007). Portanto a comunicação governamental compreende todas as práticas desempenhadas pelos governos (federais, estaduais e municipais) juntamente com seus órgãos (ministérios, secretarias, etc.) democratizando o que é de interesse público e prestando contas.

Esse prestar contas à sociedade é o primeiro dos dois eixos da comunicação governamental, sendo definida pelo conceito da *accountability*. A *accountability* é utilizado para remeter a responsabilidade do governo com a ética e com a obrigação à transparência de suas ações perante a sociedade. Os membros de órgãos administrativos ou representativos devem prestar contas às instâncias controladoras e a seus representados. No Brasil a Constituição Federal do ano de 1988, determina no parágrafo único do artigo 71 que:

Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária. (CF/88)

Na concepção da autora Brandão (2007), a comunicação promovida pelo governo federal tem o dever de informar sobre programas e políticas que estão sendo implementadas. Como por exemplo, aproximando-nos do nosso objeto de pesquisa, a Proposta de Emenda da Constituição (PEC) acerca do caso da Reforma do Ensino Médio.

Esse ato do governo de informar a sociedade sobre tudo o que for de interesse público, é o ato da publicização. Configurando-se como o segundo eixo da

comunicação governamental, a publicização é o exercício de divulgar, é o ato de tornar algo público. Podemos assim dizer que a publicização integra-se à visibilidade que os meios de comunicação possibilitam. Para isso, este processo de visibilidade é denominado por Thompson (2012) de publicidade mediada. A denominação se dá devido ao fato de que assim como a visibilidade, a publicidade das informações não carece do compartilhamento de um mesmo espaço físico para estar visível, disponível e acessível. Assim, Thompson (2012, p.308) explica que

A publicidade mediada é um espaço não localizado no sentido de que ela não se vincula a locais espaciais ou temporais particulares. É um 'espaço' no sentido de que é uma esfera aberta de possibilidades na qual formas simbólicas mediadas podem aparecer; mas não é um 'lugar', isto é, um local particular no qual indivíduos possam agir e interagir. Assim como o desenvolvimento dos meios de comunicação permite que formas simbólicas circulem além dos contextos de sua produção, assim também ele subtrai o fenômeno da publicidade do local comum compartilhado: a esfera da publicidade mediada se estende no tempo e no espaço, e é potencialmente global em abrangência.

Ou seja, a divulgação de informações públicas e de interesse comum à sociedade pode, e deve ser realizada através do meio digital – na internet – possibilitando conseqüentemente a publicidade mediada. Contudo, Thompson (2012) afirma que a publicidade mediada é também um ambiente livre, tendo como propriedade a criatividade e a liberdade, no sentido de ser incontrolável. É por meio deste espaço que simbologias, percepções e opiniões podem ser amplamente expressas, resultando em uma visibilidade onde seus resultados e impactos não podem ser prevenidos nem controlados. Quando isso acontece por mediação das mídias, trazem conseqüências que não podem ser determinadas. Portanto, este processo de publicização, principalmente no ambiente digital deve ser visto e tratado como um processo de publicidade que objetiva estar mais próximo dos cidadãos.

Estabelecemos a nossa compreensão de comunicação governamental como aquela associada à publicidade do governo. Para criarmos um entendimento, devemos perceber que a comunicação governamental se encontra na esfera pública, pertencendo a ela a responsabilidade de seguir de acordo com os princípios da administração pública determinados na CF/88 no artigo 37, sendo eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade. Sendo neste último princípio, o nosso interesse para esta pesquisa e para a realização do próximo item.

2.1.1. O princípio constitucional da publicidade na administração pública e a Lei de Acesso a Informação

Na comunicação pública, segundo Duarte (2007), há quatro eixos principais que definem as condições para a ação dos agentes e instituições que operam a comunicação de interesse público: a transparência; o acesso; a interação; e a ouvidoria social. Neste item, levaremos em consideração os eixos da transparência e do acesso nas/às práticas públicas.

Com objetivo de determinar e orientar as diretrizes a serem seguidas pelos gestores públicos em suas ações, um dos princípios da administração pública conduz informações, de forma transparente, aos cidadãos relacionadas às aplicações de recursos públicos. O princípio constitucional agora descrito é o da publicidade, esse preceito pode ser tratado como uma ferramenta objetiva de transparência na administração pública.

A transparência na administração pública, se cumprida conforme as normas, coopera objetivamente para a avanço da relação entre o cidadão e o Estado – enquanto agente que detém poder sob a competência de proporcionar serviços de caráter público, como a oferta de informações, fomento ao acesso, prestação de contas e a facilitação da fiscalização.

O artigo 37 da CF/88 ainda ressalta que a publicidade de todos os atos, programas, políticas públicas e serviços oferecidos, deverão respeitar e cumprir o caráter de informar, educar e/ou orientar a sociedade “dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 37, § 1o). Para isso, existe uma lei que enfatiza o princípio de publicidade na gestão pública brasileira.

A Lei nº 12.527/2011⁷, de 16 de maio de 2012, refere-se ao direito fundamental ao acesso à informação. Essa norma instituiu recursos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, dispensável de esclarecimentos, o recebimento de informações públicas, salvo excessões, dos órgãos e entidades públicas.

Os autores Cezar e Barbosa (2012, p.4) expressam que

⁷ Lei de Acesso a Informação: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>

Tendo em vista o princípio constitucional de publicizar às informações, buscando transparência e responsabilidade no que tange o dever de comunicação à sociedade, a comunicação governamental avança consideravelmente com o advento da chamada Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011). Com o vigor dessa lei, qualquer cidadão pode ter acesso a documentos e informações dos órgãos públicos, tanto os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário quanto em nível de governo, União, Estados, Municípios e Distrito Federal (BRASIL, 2011). Como salientado, o princípio de publicidade torna-se então uma regra em busca de transparência e responsabilidade por parte de gestores públicos, como comunicadores das ações, e por parte da sociedade, em exigir informações de relevância, justificando assim o aperfeiçoamento e o avanço dos princípios democráticos no Brasil.

Com a Lei de Acesso à Informação, existe uma facilidade de acessar e obter informações. Com isso, também é dever do governo fazer com que a sociedade se sinta estimulada e orientada a buscar essas informações, contribuir com sua opinião, a fiscalizar e a intervir na gerencia de tudo que for público. As informações de interesse público devem provocar a atenção, ser compreendidas e apropriadas pelos interessados, de forma com que seja convertida em reflexão e ações cidadãs.

2.1.2. A comunicação governamental no Brasil

A comunicação governamental no Brasil surge com um viés publicitário, ela apresenta-se com o propósito de divulgar suas ações utilizando-se principalmente de propagandas com veiculação nas grandes mídias. Desde a época do Governo de Getúlio Vargas, que em 1938 assinou o Decreto 3.371, registrando a regulamentação dos serviços de imprensa, sofreu transformações diante do novo cenário político, com o objetivo de informar o cidadão, passando assim adotar o sentido de comunicação pública.

Brandão (2007) explica que, dentre os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – o Poder Executivo sempre teve presença e maior visibilidade em relação aos demais poderes públicos. Essa visibilidade evidenciada se deu justamente desde a época de Getúlio Vargas, utilizando-se de técnicas e estratégias planejadas, disseminadas por meio do rádio, políticas e propagandas de governo, campanhas cívicas, incluindo até o marketing.

Com a criação do Departamento Oficial da Propaganda (DOP), em 1921, foi possível presenciar a primeira manifestação de comunicação no sentido de Governo/Estado. Já em 1939, surge outra versão da DOP que foi denominada como

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O objetivo da DIP era controlar, centralizar, orientar e coordenar a propaganda oficial em torno do presidente. Assim foi criado, por Getúlio Vargas, um modelo de comunicação governamental direcionado a conquistar o apoio das massas.

Entretanto o sistema de comunicação do Governo, dentre todos os demais governos brasileiros que se importavam com a comunicação, a mesma somente foi efetivada realmente em 1968, no Regime Militar com a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) criada pelo governo Costa e Silva. A AERP operava como uma agência de propaganda ideológica que impulsionava o poder totalitário e assegurava a censura e a manipulação de notícias. No último governo de regime autoritário, em 1979, com o General Figueiredo, sucedeu a implantação da Secretaria de Comunicação Social (Secom), tendo como objetivo implementar uma política de comunicação que redemocratizasse o país.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, foi possível reimplantar a Secom, criando um Plano de Comunicação Institucional. Aqui, o interesse está na imagem pública do Governo. Com Luiz Inácio Lula da Silva sendo eleito à presidência da República, origina-se uma nova perspectiva de comunicação, indicando o que o governo designou de “comunicação para a construção da cidadania” (BRANDÃO, 2012). Identifica-se que a comunicação, seja praticada pelos governos ou por outras instituições públicas, teve numerosas modificações até o atual momento, como Brandão (2012) nos exemplifica que, independente do empenho de considerar a comunicação governamental como algo que transcende a propaganda e o marketing político, ainda há um composto entre educação cívica, propaganda política e marketing político.

2.1.3. O discurso na comunicação governamental

Partiremos do princípio que, todo discurso político é um discurso de poder, visto que pretende impor verdades a respeito de um tema ou um fato. O discurso que nos interessa é aquele produzido na instância governamental, utilizando estratégias comunicacionais específicas para produzir sentidos e opiniões favoráveis ao projeto em questão.

Devemos ressaltar que no âmbito dos discursos, sobretudo o discurso governamental, não há um entendimento bem definido a respeito dessa ideia.

Utilizaremos então, o conceito e percepção de discurso político, que possibilita a abrangência da compreensão acerca do estudo. No entanto, é necessário partir do princípio que o discurso político, não é apenas a fala de políticos ou de pessoas que cobiçam posições e cargos públicos. Mais do que isso, os discursos políticos são falas efetuadas por indivíduos, grupos, partidos, governos ou instituições que correspondem à vida em sociedade. Nesta perspectiva, o discurso governamental se localiza como uma possibilidade dentro do discurso político.

Assim, o discurso político, como um ato de comunicar, “concerne mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos” (CHARAUDEAU, 2006, p. 40). Charaudeau (2006) acrescenta que não há como exercer a política sem que haja o discurso, pois o discurso político é, de fato, um componente característico da ação de fazer política e ambos estão inseridos em um contexto psicológico e social. O autor ainda destaca a linguagem e a ação como componentes autônomos e que, simultaneamente, possuem uma relação de reciprocidade e assimetria.

Todo ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro, segundo um princípio de alteridade (sem a existência do outro, não há consciência de si). Nessa relação, o sujeito que não cessa de trazer o outro para si, segundo um princípio de influência, para que esse outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele. Entretanto, se esse outro puder ter seu próprio projeto de influência, os dois serão levados a gerenciar sua relação segundo um princípio de regulação. Princípios de alteridade, influência e regulação são fundadores do ato de linguagem que o inscreve em um quadro de ação, em uma praxiologia de agir sobre o outro (CHARAUDEAU, 2006, p. 16).

Em relação as estratégias do discurso político, utilizaremos das perspectivas de Charaudeau (2006) para expor essas estratégias. O autor apresenta essas estratégias como *palavras do campo político*, *estratégias discursivas* e *condições da palavra política* e *a citação*. Intencionalmente, para essa análise, será aplicada essa teoria das estratégias do discurso político adaptando-a à comunicação governamental. Antes de descrevermos essas estratégias, é preciso observar dois aspectos sobre o sujeito político. Charaudeau (2006) coloca o sujeito político em situação de enunciação, quando ele encontra-se “fora da governança” e o sujeito político em situação de enunciação, quando ele encontra-se “dentro da governança”.

De acordo com Charaudeau (2006) as *palavras do campo político* destacam-se em quatro tipos de palavra: palavras de promessa, palavras de decisão, palavras

de justificação e palavras de dissimulação. A palavra de *promessa* pode ser vista também como advertência e caracterizam-se quando o discurso parece prometer algo, ele define um ideal social. Simultaneamente o discurso está tencionado a ser idealista e realista, fazendo com que a sociedade acredite naquilo que está sendo dito, pois o discurso se torna credível à instância cidadã. Ainda, Charaudeau (2006) explica que a palavra de promessa (ou advertência) deve possuir uma “força de identificação” a uma ideia e a uma pessoa, ou seja, no discurso deve estar presente a intensão de que os cidadãos se identifiquem com o pensamento e propósito do enunciador.

Já a palavra de *decisão* se caracteriza quando o discurso expõe que há uma desordem social e o enunciador/discurso propõe uma decisão, como Charaudeau (2006) coloca o exemplo da decisão de editar leis, o que se encaixa com o tema desta pesquisa, a Reforma do Ensino Médio. A palavra de *justificação* se caracteriza quando o discurso necessita ser constantemente relegitimado, justificando constantemente suas ações e decisões. “O discurso de justificação confirma o fundamento da ação e abre a possibilidade de novas ações complementares” (p.260).

Charaudeau (2006) coloca a estratégia da palavra de *dissimulação* como um “jogo de máscaras entre palavras, pensamentos e ações que conduz a questão na mentira na política” (p.261). As palavras de dissimulação estipulam outras quatro estratégias: estratégia do vago (ou imprecisão), estratégia do silêncio, estratégia de denegação e estratégia da razão suprema. A estratégia do *vago* (imprecisão) é caracterizada pela tentativa de ganhar tempo e apostar no esquecimento da instância cidadã em relação as promessas através de um discurso vago ou impreciso, sem embasamentos (ou dados) ou apenas superficial. O autor completa, “a ação é anunciada, mas não é engajada. Trata-se de permanecer no vago, mas em um vago que não o faça perder a credibilidade” (p. 262).

A estratégia do silêncio define o discurso com ausência de fala, é uma estratégia de discurso “que entende que o anúncio do que será efetivamente realizado poderia a termo provocar reações violentas que impediriam a realização do que é julgado necessário ao bem da sociedade” (p.262). Ou seja, quando o enunciador tem uma informação, mas mesmo assim escolhe não divulgá-la, alegando ser para o bem social.

A estratégia de denegação é como corresponde a palavra em si, é um modo de defesa em que a pessoa se recusa a reconhecer como seu um desejo ou pensamento que foi anteriormente expresso conscientemente. O sujeito nega os fatos e suas ações. Charadeau (2006) apresenta outra versão da estratégia de denegação, o *blefe*: “deixar entender que se sabe alguma coisa quando não se sabe nada e assumir o risco de ser levado a provar” (p.263). E por fim a estratégia da *razão suprema*, onde o discurso é feito em nome do Estado e da razão de Estado e por conseguinte quase nunca é contestado.

As *condições da palavra política* é o terceiro conjunto de estratégias apresentadas nessa pesquisa. Essas condições analisam o discurso político em relação a produção da linguagem sob a perspectiva da persuasão, para isso é necessário ponderar os três tipos de condições: condições de simplicidade, condições de credibilidade, condições de dramatização.

As condições de *simplicidade* referem-se ao discurso em que os termos são simplificados, de fácil entendimento, onde o texto possibilite que qualquer pessoa consiga entender o que está sendo dito, independente do seu nível de conhecimento, informação, capacidade de raciocínio e experiências de vida. Charadeau (2006) ainda diz que as condições de simplicidade “implica a consideração de valores que possam ser partilhados e sobretudo compreendidos pela maioria, sem o que se romperiam os vínculos com o público” (p.265). Além disso, o autor também nos expõe que o discurso simplificado busca a redução da complexidade para uma simples expressão.

As condições de *credibilidade* se caracterizam por haver, no discurso, expressões ou termos que conduz o leitor a perceber que o sujeito enunciatador está em posição (ou cargo) credível e até mesmo de autoridade, como por exemplo o “Ministro da Educação” ou “Presidente da República”. Já as condições de *dramatização* conduzem um discurso de encenação, utilizando de argumentos ou palavras que tragam emoção ao leitor, por exemplo um discurso que traga um argumento de ameaça.

Ainda, temos também a *citação* como estratégia do discurso político, que, segundo Charadeau (2006), “consiste em referir-se, o mais fielmente possível, (ou pelo menos dando uma impressão de exatidão) às emissões escritas ou orais de um outro locutor” (p.23).

Por fim, o discurso político acontece em diversos cenários da cena política, como por exemplo em uma câmara de deputados, num debate presidencial, em um palanque eleitoral e, significativamente para este estudo, na comunicação do governo federal, etc. Porém verifica-se que estas falas/discursos excedem os limites da enunciação e as pessoas ao receberem e consumirem o discurso acabam construindo um novo discurso político, consequência das informações recebidas e das diferentes instâncias de mediação a que estão conectadas. Charaudeau (2006) revela três instâncias da comunicação: instância política, instância cidadã e instância midiática. Elas são definidas por seu propósito comunicacional, por exemplo: propor, reivindicar, denunciar, etc. Essas instâncias incluem-se nas estratégias do qual os discursos se apropriam. A seguir apresentaremos a instância midiática, ressaltando a comunicação midiática e suas estratégias comunicacionais.

2.2. COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA E SUAS ESTRATÉGIAS

Inicialmente devemos ter o conhecimento do que é a Mídia e o que ela compreende, para assim entendermos a comunicação midiática, suas práticas, estratégias e o que ela representa. Referente a terminologia do termo, em nossa língua, a palavra “mídia” teve origem a partir da palavra “*media*”, uma versão simplificada do termo “*mass media*”, vinda do idioma inglês. O termo representa justamente a expressão empregada ao fazer referência aos meios de comunicação em massa.

Além disso, em termos básicos, a mídia consiste no conjunto dos diversos meios de comunicação existentes até a atualidade e tem o propósito de produzir e/ou transmitir informações e conteúdos variados para seus públicos, exercendo uma forte influência no cotidiano e na vida das pessoas e também da sociedade em geral, como por exemplo nas instituições. Nessa esfera midiática há uma série desses meios de comunicação que exercem a função de disseminar essas informações e conteúdos, como o rádio, os jornais, a televisão, as revistas, os livros, a internet e qualquer outro tipo de plataforma analógica⁸ ou digital⁹ que transmita textos, imagens e áudios.

⁸A palavra analógico vem da palavra analogia. Analogia significa fazer uma comparação, portanto chamamos de analógicos objetos que fazem uma analogia com coisas reais, assim como o relógio de ponteiros faz analogia à posição do sol. Objetos analógicos são, de certa forma, mais palpáveis do

É evidente que esses aparatos existem e estão presentes na sociedade desde o início das civilizações, tendo em vista que os processos de constituição, processamento, divulgação e recepção, são parte naturalizada das interações humanas. Esse sistema dos meios de comunicação de massa, com todas suas tecnologias, implicou em organizações de comunicação que em quase sua totalidade são organizações de grande porte, com sua complexidade e com numerosos profissionais, ou seja, são realmente empresas que visam e estimulam os lucros, cuja as informações são transformadas em produtos a serem comercializados.

Os fatores tecnológicos desses meios despertaram inúmeros estudos, como o do sociólogo canadense Marshall McLuhan (1996), que afirma que os meios têm efeitos maiores do que a própria mensagem sobre os indivíduos e que são determinante no modo como esses indivíduos e as sociedades sentem, pensam e vivem. McLuhan (1996) ainda diz que as tecnologias possuem tanto poder que podem orientar a essência da sociedade. Entretanto, após o surgimento da internet em espaços de livre expressão, a mídia se torna mais heterogênea, relevando assuntos de interesses mais diversos, e não exclusivamente dos grandes grupos de comunicação que possuem uma conexão com o governo, por exemplo.

O termo "midiático" é uma utilização contemporânea dos meios de comunicação (principalmente a televisão e a internet, por serem mídias audiovisuais) onde um acontecimento, de qualquer natureza, que chama a atenção dos meios de comunicação e conseqüentemente se torna o foco da divulgação. É uma ocorrência que traz importância para a mídia. Portanto, a comunicação midiática se refere a concentração dos meios de comunicação, sua instantaneidade e a noticiabilidade dos acontecimentos¹⁰. Com isso, atualmente, a mídia é considerada por muitos pesquisadores como o quarto¹¹ poder da nossa sociedade.

que os digitais". Definição retirada do site Aquarela Comunicação, disponível no endereço: <<https://agenciaquarela.wordpress.com/2008/03/06/analogia-x-digital/>>

⁹"A palavra digital vem de dígito, números. Objetos digitais funcionam através da decodificação de códigos numéricos. Se utilizam de processamento de dados armazenados e possuem informações digitalizadas. Os objetos digitais trazem as mesmas informações do analógico, mas sem fazer uma analogia ao real ". Definição retirada do site Aquarela Comunicação, disponível no endereço: <<https://agenciaquarela.wordpress.com/2008/03/06/analogia-x-digital/>>

¹⁰A noticiabilidade dos acontecimentos refere-se ao propósito da informação midiática ao relatar o que acontece no espaço público. O acontecimento então será "selecionado e construído em função de seu potencial de atualidade, de socialidade e de imprevisibilidade." (Charaudeau, 2006, p. 101)

¹¹ Os demais poderes são: o executivo, o legislativo e o judiciário.

No entanto, nesses inúmeros pesquisadores, Charaudeau (2006) não se inclui, pois ele diz que a mídia não está em posição de se tornar um quarto poder, uma vez que ela é uma instância de denúncia desse poder. O autor se contrapõe a uma ideia pré-concebida de que a mídia manipula seus conteúdos. Porém, ele afirma que “a mídia manipula tanto quanto manipulam a si mesmas” (p.18). Além disso, o autor certifica que “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público” (p.19), em outras palavras, isso significa que elas escolhem, modificam e significam tudo o que elas transmitem. Desse modo os telespectadores/consumidores não críticos desse conteúdo ficam refém daquilo que é selecionado para ser reproduzido nos meios de comunicação.

A seguir, nos próximos dois subitens, abordaremos estes temas e concepções. Primeiramente, com o contexto dos meios de comunicação, trazendo para nosso estudo um breve resumo histórico dos meios midiáticos, as perspectivas de alguns estudiosos e o cenário atual desses meios, pontuando o funcionamento das grandes mídias. Após, apresentaremos referências sobre estratégia e estratégias de comunicação e desenvolveremos os aspectos e o conceito do discurso midiático – as manifestações, linguagens e expressões que as mídias utilizam, de maneira estratégica, para referir-se aos seus públicos.

2.2.1. Contexto dos meios de comunicação

Os estudos específicos sobre os meios de comunicação iniciam-se no século XX, porém a existência desses meios se deu desde a antiguidade com a concepção dos livros. Estes foram produzidos artesanalmente desde aquela época, mas fabricados para comercialização a partir da invenção da prensa, por Gutemberg, no século XV. No século XVII, proporcionados pelo invento da prensa, iniciou-se a confecção dos jornais e revistas. Mas só a partir do século XX, com o aparecimento do rádio e da televisão, que os meios de comunicação passaram a ter um impacto sobre a sociedade, assim despertando o interesse de estudiosos.

Existem duas grandes vertentes dos estudos em comunicação, uma analisa os efeitos da comunicação na sociedade e a outra investiga a compreensão da comunicação com seus fundamentos. A seguir, um breve resumo de alguns pesquisadores que desenvolveram diferentes estudos em comunicação: Lazarsfeld, em 1978, desenvolveu estudos sobre a audiência e os efeitos dos meios de

comunicação de massa, direcionando seus estudos para questões eleitorais; Lewin, também em 1978, dedicou-se à comunicação de grupos, com foco nos comportamentos e atitudes de seus integrantes, devido as pressões, normas e atribuições recebidas; e, ainda em 1978, Lasswel aplicou seus estudos à propaganda e às funções da comunicação.

A evolução dos estudos é consequência da evolução dos meios, proporcionado pelo avanço das tecnologias. Esses desenvolvimentos permitiram a produção e a reprodução de materiais tanto informativos, quanto de entretenimento, à preços muito baixos e, distribuídos a um público extremamente amplo. Nesta época, pela primeira vez, a multiplicação eletrônica foi possibilitada pela televisão e pelo rádio, que anteriormente eram reproduzidos em materiais físicos, como jornais impressos, discos de música, filmes, livros, etc. Agora pensemos, se a propagação realizada com materiais físicos (que geram mais custos), os lucros já eram altíssimos, imaginem então a produção eletrônica desses conteúdos que proporcionaram um declínio dos preços, gerando uma lucratividade altamente superior a anterior.

E no princípio dos meios midiáticos, a lógica da economia para eles era justamente essa e se denominava como reprodução linear: os produtos rendiam proporcionalmente ao número de exemplares e cópias vendidas, ao mesmo tempo em que a quantidade da produção crescia e os custos unitários decresciam, atingindo uma grande margem de lucro. As gigantescas fortunas que se formaram nas sociedades foram e ainda são devidas à indústria midiática.

Paralelamente a essas reflexões, devemos lembrar que os estudos norte-americanos em comunicação se deram a partir da emergência que os meios tinham de conduzir e comandar multidões. Ao mesmo tempo em que propagavam ideias de um grupo seletivo – os burgueses – as mídias de massa simbolizavam e desempenhavam um poder de coerção governamental perante a sociedade. Esses estudos realizados nos Estados Unidos desencadearam teorias variadas as quais eram desenvolvidas por meio da análise da disseminação de informação de massa. Foram realizadas análises de como a informação chegava ao consumidor das mídias, o que causou efeitos hipnotizadores por perceberem que a população era levada a ignorância, não apresentando senso crítico, em outras palavras, a sociedade apenas recebia aquele conteúdo, não o criticando nem havendo a

possibilidade de interação com o mesmo. Karl Max, anos mais tarde desenvolveu estudos sobre o senso crítico dos telespectadores das mídias.

Os verbos desse contexto histórico estão no passado, porém com um dado que mostraremos aqui, podemos perceber que a mídia, nos referindo ao território brasileiro, ainda é controlada por poucos, disseminando conteúdo para muitos. Atualmente no Brasil, existem dez grupos de mídia e sete famílias apenas que comandam os meios brasileiros de comunicação, sendo elas: a família Marinho (Rede Globo), a Abravanel (SBT), o Edir Macedo (Record¹²), a família Saad (Bandeirantes), a Farias (Folha de São Paulo), a Mesquita (Estadão) e a Civita da editora Abril (Revista Veja). Em suma, a realidade atual é de que, quem exerce esse poder de fato no Brasil são grandes empresários, dentre eles muitos senadores e deputados¹³.

No contexto midiático existe uma dupla lógica de funcionamento da mídia: a lógica econômica e a lógica simbólica. De acordo com Charaudeau (2006, p.21) a lógica econômica “faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa, tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo” e ainda inclui-se nessa lógica os meios tecnológicos acionados para a fabricação desses produtos. Já a lógica simbólica “faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública” (p.21), trazendo informações pertinentes ao interesse público. Mas o que seria essa informação? O que significa informar? E qual o sentido dessas informações transmitidas?

Para compreendermos melhor, Charaudeau (2006) estabelece a informação de dois modos: a informação como o ato de comunicar e a informação como discurso. A informação como um ato de comunicação é um fenômeno que depende da linguagem, o autor define a informação como

[...]a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo. Assim se produziria um ato de transmissão que faria com que o indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber, que o tiraria do desconhecido para mergulhá-lo no conhecido [...] A linguagem não se refere somente aos sistemas de signos internos a uma língua, mas a

¹² Neste grupo midiático que se realizará uma de nossas análises.

¹³ Matéria "Raio X da ilegalidade: políticos donos da mídia no Brasil": <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=29753>>

sistemas de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias de comunicação particulares. (CHARAUDEAU, 2006, p.33)

Além de definir a informação, Charaudeau (2006) ainda faz uma crítica ao que ela se tornou: um produto de comercialização das mídias. O ato de informar alguém de algo é uma prática natural de todas as pessoas, porém essa atividade se transforma em algo de domínio particular dos meios comunicacionais, tornando-se alvo de críticas sociais, mas mesmo assim a mídia se justifica e “como além de dizer “eis o que é preciso saber”, as mídias dissessem o tempo todos: “eis porque temos a competência para informar” (p.34) como se os sujeitos de uma sociedade não fossem capazes de exercer essa atividade tão oriunda da essência humana.

Toda informação emitida provém de uma fonte, que perpassa por uma instância de transmissão até chegar a um receptor. Em relação a fonte, existem duas questões colocadas a seu respeito. A primeira é indagação da *validade* que a fonte traz na sua emissão, aquilo que constitui o valor de verdade da informação (Charaudeau diz que o valor de verdade também depende do alvo e da forma de tratar a informação). Já a segunda questão refere-se a *seleção* da informação, onde configura-se a impossibilidade de noticiar a totalidade dos fatos. Sendo assim, a mídia possui critérios dessa seleção, através de importância e/ou prioridade, mas afinal, esses critérios são estabelecidos a partir do interesse de quem emite ou de quem recebe a informação? Há sempre uma escolha.

Quanto ao receptor, o autor expõe que ele “nunca é apenas o alvo visado pelo fornecedor da informação” (p.37), sendo conveniente diferenciar o efeito visado e o efeito produzido dessa ação. Ainda

Se a pertinência de uma informação depende das hipóteses que podem ser feitas sobre o não saber do destinatário (não se informa a alguém que já sabe), sobre o interesse que a notícia pode despertar (não se informa a alguém que não quer ser informado) e sobre sua aptidão em compreender (não se informa da mesma maneira, mas sim de acordo com a competência que se atribui ao interlocutor), de que meios dispões o informador para conhecer os estado do alvo? (CHARAUDEAU, 2006, p.37)

No caso desta pesquisa, essa é uma das questões que analisaremos no terceiro capítulo, identificando se a maneira como a mídia noticiou a Reforma do Ensino Médio atende ao interesse público.

Uma vez que essas questões, expostas por Charaudeau (2006) e citadas acima, estiverem solucionadas, o próximo estágio é o tratamento das informações. Este se refere ao “modo pelo qual o sujeito informador decide transpor em

linguagem (e também iconicamente, caso possa recorrer à imagem) os fatos selecionados, em função do alvo predeterminado, com o efeito que escolheu produzir” (p.38). Essa escolha conseqüentemente evidência alguns fatos, ao mesmo tempo em que rejeita outros, ou seja, como vimos, nada é informado em sua totalidade (embora este fosse o correto do jornalismo¹⁴). Resumindo: comunicar, transmitir, informar é uma escolha permanente. Charaudeau (2006, p.39) expressa que essa escolha não é apenas uma escolha de ideias, conteúdos e matérias, mas sim a “escolha de sentido para influenciar o outro”.

Dito isso, partiremos para o próximo item, onde veremos o segundo modo da informação estabelecido por Charaudeau (2006): a informação como discurso; e também as estratégias da comunicação midiática e suas funções de composição desse discurso.

2.2.2. Estratégias da comunicação midiática

Para iniciar, abordaremos a definição primária de estratégia e onde o conceito se originou. Porém, antes de qualquer coisa, devemos ter o conhecimento de que o conceito de estratégia é amplo e depende de autores e linhas teóricas para sua interpretação. Em um sentido geral, na definição do dicionário¹⁵, estratégia é a ciência das operações militares e a combinação engenhosa para conseguir um fim. Neste estudo, podemos defini-la como o estabelecimento de grandes objetivos e linhas de ação estabelecidas nos planos empresariais ou governamentais.

A palavra estratégia se originou na Grécia Antiga e significa στρατηγία: *stratēgia*, bem como a arte de comandar, remetendo-se aos generais da época da democracia ateniense. Atualmente, a palavra estratégia é um dos termos mais utilizados na área empresarial e governamental, como dito anteriormente, e trata-se da forma de raciocinar ações realizadas no futuro, integrada ao processo decisório, com base em procedimentos formalizados e articulador de resultados.

Tratando-se de estratégias de comunicação, não procedemos de maneira muito diferente. Segundo Bueno (2015, p.125), as estratégias de comunicação

¹⁴ O correto do jornalismo seria avaliar a maneira de como a informação será disseminada, os efeitos que será produzido ao recebimento da mesma, analisar distintas linguagens antes avançar em sua escolha. Entretanto, infelizmente na prática da profissão raramente tem-se esse cuidado, sob a pretensão de que a informação é emergente.

¹⁵ Dicionário Aurélio de Português Online: <https://dicionariodoaurelio.com>

“dizem respeito a um conjunto de ações de comunicação planejadas que visam atender a determinados objetivos e que, se bem formuladas, implicam metas, ou seja, definem resultados concretos a serem perseguidos.” Em outras palavras, as estratégias dependem dos objetivos traçados anteriormente, afinal, para algo ser realmente estratégico deve ser pensado para alcançar o que se é almejado. Esses objetivos e também as metas delineadas “têm a ver com as intenções de quem planeja as estratégias”, bem como a “competência dos profissionais que as planejam e as executam”. Além disso, Bueno (2015) diz que para cada objetivo, necessita-se planejar um conjunto de ações que irá compor a estratégia.

Ao encontro do nosso corpus de pesquisa, as notícias em plataforma digital, mas especificadamente em *sites*, expomos aqui a importância de definir estratégias específicas para esse âmbito, uma vez que é de suma importância descrever que a participação e interação neste espaço é essencial, construindo um local de relacionamento com os atores digitais. No entanto, isso não ocorre quando as organizações, privadas ou públicas,

“[...]consideram as mídias sociais apenas como espaço para divulgação de fatos ou informações de seu interesse (o que tem sido a realidade no caso brasileiro), suas estratégias de comunicação se limitam a produzir e disseminar conteúdos e incorporam níveis de interação muito reduzidos.”
(BUENO, 2015, p.128)

Dessa forma, para que esse diálogo ocorra da maneira adequada, é necessário que “a estratégia de atuação nas mídias sociais, identificada com essa proposta, implica criar canais e condições para que o diálogo entre a organização e os públicos aconteça naturalmente” (p.130). Essa criação de canais específicos é indispensável, principalmente, no setor público, pois deve-se dirigir atenciosamente a todos os cidadãos.

Assim como na comunicação governamental ou qualquer outra área dos estudos comunicacionais, também há um discurso na comunicação midiática que devemos explorar. Charaudeau (2006) refere-se ao discurso midiático como “as mídias diante do discurso da informação”, significando que o discurso midiático é a maneira como a mídia expõe a informação e por onde ela o faz.

Rodrigues (2002, p.217) apresenta a delimitação, a natureza e as funções do discurso midiático, especificando suas estratégias de discurso. O autor diz que o discurso não é uma função da instituição midiática, e sim seu “principal produto e o resultado final do seu funcionamento”.

Uma das principais características do discurso midiático é o fato de se apresentar como um discurso acabado e de funcionar aparentemente sem intermitências nem vazios. O funcionamento dos discursos espontâneos, dos discursos que trocamos uns com os outros no decurso da vida cotidiana, é intermitente, pontuando por todo um conjunto de hesitações, de esperas, de rupturas, de silêncios, de derivas. O discurso midiático, pelo contrário, flui de maneira constante e ininterrupta, encadeia enunciados que se apresentam habitualmente de forma acabada, escondendo seus processos de gestação. (RODRIGUES, 2002, p.217)

Além disso, é inaceitável os silêncios nos discursos midiáticos, dado que é preciso manter-se em contato com o público, caso contrário, a perda da relação pode ser arriscada para seu próprio funcionamento.

É por isso que uma das funções comunicacionais mais importantes do discurso midiáticos, além da função referencial, que consiste em dar conta dos acontecimentos que ocorrem no mundo, é a função fática, que consiste na manutenção de contato com o público. (RODRIGUES, 2002, p. 218)

O discurso midiático é capaz de circular por todos os tipos de discursos, como por exemplo no discurso governamental – referido no subcapítulo anterior (1.1) – e também possui a capacidade de infiltrar-se no restante das práticas discursivas, assim, tornando-se a delimitação dele dificultosa. Porém, essa circulação se torna benéfica, uma vez que o discurso midiático tem a função de mediador. E “para dar conta dessa distinção, dizemos que os discursos não midiáticos são esotéricos, ao passo que o discurso midiático é exotérico¹⁶”. Isso significa que o discurso midiático é o único discurso, dentre os outros, que ao se apropriar dos demais, transforma-os, preocupando-se em elaborar um discurso midiático transparente e compreensível a todos, em razão da natureza exotérica de seu funcionamento.

Ainda, no discurso midiático, segundo Rodrigues (2002), existem cinco funções estratégicas que o compõe, visando seus diferentes interesses: estratégias de naturalização, estratégias de reforço, estratégias de compatibilização, estratégias de exacerbação dos diferendos, e estratégias de visibilidade.

As estratégias de naturalização correspondem a ideia de naturalizar um recorte que ela mesmo fez a um fato. Rodrigues (2002, p.225) diz que “esta função

¹⁶*Esotérico* é aqui um termo técnico para designar o discurso destinado aos membros de uma instituição, exigindo a sua compreensão o domínio das suas representações simbólicas próprias, o que o torna relativamente opaco para os estranhos, aos que não pertencem ao corpo legítimo dessa instituição. *Exotérico*, pelo contrário, aplica-se às modalidades discursivas que não são reservadas a um corpo institucional em particular, mas destinadas a todos indiscriminadamente. (RODRIGUES, 2002, p.220)

estratégica pressupõe uma determinada relação com a memória ou, melhor dizendo, com a dimensão mnésica do discurso midiático.” Ou seja, ao passo que os sujeitos estão suscetíveis ao esquecimento, em conjunto com o fluxo de enunciados efêmeros, sob diferentes formas de fixação inconsciente de conteúdo que a mídia promove, forma-se essa dimensão amnésica de discurso.

As estratégias de reforço, como o próprio nome já diz, reforçam a “legitimidade das outras instituições, garantindo a sua permeabilidade por todo tecido social” (RODRIGUES, 2002, p. 226). O autor ainda destaca que a atribuição dessa estratégia decorre do valor que a visibilidade, proporcionada pelo campo midiático, garante à todas instituições da nossa sociedade, auxiliando na permanência de suas imagens no imaginário social.

As estratégias de compatibilização surgem para desempenhar o papel de harmonizar as pretensões diferentes de legitimidade de diferentes instituições, uma vez que elas tentem impor, cada uma, seus diferentes valores e normas. É preciso construir uma “[...]retórica destinada a esvaziar os discursos em confronto das formulações mais polêmicas, substituindo-as por enunciados formais[...]” (RODRIGUES, 2002, p. 226), causando intimidação aos detentores de cada uma das diferentes posições em confronto conflito. Este é um processo de esvaziamento da conflitualidade.

Ao contrário das duas últimas estratégias (de reforço e de compatibilização), o discurso midiático por outras vezes, busca intensificar essas diferenças, desencadeando ou agravando-as, constituindo as estratégias de exacerbação dos diferendos.

E por último, mas de suma importância, as estratégias de visibilidade instituem a instituição midiática o papel de promover a visibilidade pública às outras instituições. De acordo com Rodrigues (2002, p.227) “[...]o fato de termos hoje à nossa disposição a instituição midiática faz com que aquilo que não seja objeto de sua intervenção mediadora não tenha existência socialmente reconhecida.” Ou seja, os sujeitos não tomam conhecimento daquilo que não é divulgado. Esse fato ocorre excessivamente quando o assunto é política, o que é curioso, pois a política refere-se diretamente aos cidadãos, seus direitos e deveres quotidianos.

Nos processos e decisões que ocorrem nas instituições e instâncias governamentais, não são frequentes os cidadãos que buscam, com espontaneidade, as informações direto de fontes governamentais (meios e plataformas oficiais de

comunicação do governo). Normalmente, o conhecimento que os cidadãos possuem sobre os acontecimentos na esfera política, é devido a essa visibilidade e divulgação que a mídia possibilita. Dessa forma, utilizaremos dessas estratégias do discurso midiático para analisar o objeto dessa pesquisa, destacando suas aplicações.

Após essa abordagem, retomamos a informação como forma de discurso. O discurso de informação é o alicerce da democracia, cooperando decisivamente para que se introduzam nas sociedades os vínculos sociais sem os quais não existiria o sentimento de compartilhamento de identidades. Todavia, partindo da hipótese de que o âmbito de informação midiática é um ambiente construído, e não apenas a reprodução completa do que ocorre no espaço público.

Conforme Charaudeau (2006, p. 40) “no âmbito da informação, o sentido de discurso, equivale a se interrogar sobre a *mecânica de construção do sentido*, sobre a *natureza do saber* que é transmitido e sobre o *efeito de verdade* que pode produzir no receptor.” A *construção do sentido* é dada pelo ato de expressão em situações de troca social. Como Charaudeau (2006, p. 41) refere-se que “o sentido só é perceptível através de formas. Toda forma remete a sentido, todo sentido remete a forma, numa relação de solidariedade recíproca. O sentido se constrói ao término de um duplo processo de semiotização¹⁷[...]”.

Em relação a *natureza do saber*, Charaudeau (2006, p. 43) diz que “o saber não tem natureza, visto que é o resultado de uma construção humana através do exercício da linguagem”, para uma melhor compreensão explicitaremos essas três construções: os saberes do conhecimento, que “são aqueles que procedem de uma representação racionalizada da existência dos seres e dos fenômenos sensíveis do mundo”, construindo um conhecimento a partir da “aprendizagem que se desenvolve através das práticas da experiência” (p.44); os saberes de crenças, que “são os saberes que resultam da atividade humana quando esta se aplica a comentar o mundo, isto é, a fazer com que o mundo não mais exista por si mesmo, mas sim através do olhar subjetivo que o sujeito lança sobre ele” (p.45), possibilitando que os sujeitos revelem julgamentos, colocando-os em posição de reação e críticas que vão de acordo com as suas crenças, no que esse sujeito acredita. Os sujeitos podem aderir ou rejeitar as propostas de enunciação; e por fim, as representações, que

¹⁷Ação ou resultado de semiotizar. O termo advém da palavra semiótica, que é a ciência que analisa detalhadamente as representações sociais definidas como sistema de significados e significantes.

implica tanto os saberes do conhecimento quanto os saberes de crença, isso significa que as representações são construídas pelos sujeitos a partir da “organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais[...]” (Charadeuau, 2006, p.47). Ainda, as práticas sociais são o agente natural das representações (o contrário também ocorre), atribuindo-lhes valores que tendem a confirmá-las ou modificá-las. A mídia tem o poder de influenciar através do saber fazer, do fazer pensar e do fazer sentir.

Agora, acerca dos *efeitos de verdade*: eles referem-se mais ao fato de acreditar ser verdadeiro do que realmente o ser verdadeiro, no qual “surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo” (Charaudeau, 2006, p.49). Por fim o discurso de informação articula os efeitos de verdade

Segundo as supostas razões pelas quais uma informação é transmitida (por que informar?), segundo os traços psicológicos e sociais daquele que dá a informação (quem informa?) e segundo os meios que o informador aciona para provar sua veracidade (quais são as provas?). (CHARAUDEAU, 2006, p.50)

Para finalizar este capítulo trazemos a ideia de discurso circulante. Charaudeau (2006, p.118) que diz que "o discurso circulante é uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados". Sendo assim, o discurso circulante produz expressões de linguagem, provérbios, ditados populares, jargões, etc. que coloque em evidência o funcionamento interno da cultura de um grupo (seus comportamentos, hábitos, costumes, ideias, opiniões, etc.). Com a internet, surge também as *hashtags*, expressão exclusiva do meio digital e muito utilizada pelos usuários das redes sociais. As *hashtags* são representadas por uma palavra-chave antecedida pelo símbolo #, como por exemplo *#ReformadoEnsinoMédio*. Sua função é categorizar os conteúdos publicados na internet, estimulando uma interação dinâmica do conteúdo com os usuários/internautas interessados naquele assunto publicado, permitindo o acesso a todas publicações disponíveis referente a hashtag escolhida.

Assim, consideramos as três funções, expostas por Charaudeau (2006), pertencentes ao discurso circulante: Instituir poder (considerado o poder que é exposto por meio de um discurso efetuado por alguém que é visto como superior

aos indivíduos de uma sociedade) e contrapoder (considerado o poder que contrapõe esse discurso, produzido por grupos sociais organizados que buscam reivindicar direitos, questionar, protestar e resistir às normas determinadas por outro grupo); Regular o cotidiano social, que é constituído por discursos que determinam os comportamentos da vida em sociedade; e a dramatização, que é uma função conduzida por discursos que retratam os dilemas da vida, frequentemente compondo-se de superstições e folclores.

Conclui-se então que um discurso circulante é capaz de manter a visibilidade de certos fatos e acontecimentos, por tantas vezes polêmicos, causando discussões quotidianas relacionados a esses eventos que são veiculados pela imprensa, como é o caso do objeto de estudo deste trabalho de conclusão de curso – um acontecimento político (Reforma do Ensino Médio) muito repercutido, causador de discussões e que divide opiniões. A imprensa tem a propensão de criar discussões que muitas vezes nem seriam percebidas pelas pessoas se não estivessem “na mídia”. Sendo assim, sem essa influência que a mídia exerce na sociedade, dificilmente as pessoas públicas e suas opiniões acerca do objeto em discussão, configurariam novos pensamentos para a opinião e esfera pública.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa será realizada através do método de análise de conteúdo, utilizando as obras de Bardin (1977), Fonseca Júnior (2005) e Herscovitz (2007) para abordar e discutir o método em sua perspectiva híbrida, isto é, realizar tanto uma análise qualitativa, quanto uma análise quantitativa do objeto de pesquisa. Neste capítulo, além de expor o método de pesquisa escolhido, também apresentaremos o objeto de pesquisa que será analisado – a Reforma do Ensino Médio (REM) – o site de notícia e o site governamental que buscamos para a apresentação das matérias e veiculação da proposta da Reforma.

3.1. O MÉTODO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Em um conceito mais atual, segundo Fonseca Júnior (2005, p.280), a análise de conteúdo (AC) “se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa”. Entretanto este método de investigação percorre entre outras tantas áreas de conhecimento e formação – como saúde, tecnologia e linguística – porém, cada uma com sua maneira própria, seus entendimentos e suas delimitações.

Esse procedimento de pesquisa apresenta uma importância atual nos meios de investigação, principalmente nas áreas sociais, onde a análise de conteúdo é mais utilizada. A forma sistemática desse método, proporciona um alto grau em aprofundamento de resultados. Devido a essa importância, a evolução e desenvolvimento do método tem ocorrido em academias e pesquisadores das áreas, principalmente pelo empenho do campo da informática, linguística e comunicação.

A análise de conteúdo compreende quaisquer materiais relativos a comunicação tanto verbal, quanto não-verbal. Sendo jornais, revistas, cartas, filmes, vídeos, fotografias, gravações, entrevistas, livros, músicas, séries, programas televisivos, cartazes, enfim, uma série de produtos comunicacionais que nesta metodologia se tornam elementos da matéria-prima para a pesquisa. Porém necessitam ser processados e articulados pelo investigador, a fim de simplificar o entendimento, a interpretação e a inferência dos dados e resultados da análise.

No decorrer da evolução do método o entendimento do contexto mostra-se fundamental para a compreensão do conteúdo. Além dos textos, autores, formatos,

mensagens e codificações, é necessário considerar o contexto, assim compreendendo os significados e sentidos do todo. Esse contexto deve estar explicitado em qualquer pesquisa que utilize a análise de conteúdo como metodologia de investigação e ele deve ser informado pelo pesquisador dentro das possibilidades de exposição. Isso significa que não existem limitações lógicas para a definição de tal contexto. Ele está sujeito ao investigador, a organização, a propriedade dos elementos e aos objetivos propostos para o estudo.

Acrescentando aqui a contribuição dos autores OLABUENAGA e ISPIZÚA (1989), a análise de conteúdo é uma estratégia para identificar e interpretar qualquer conteúdo de todos os tipos de produtos e documentos comunicacionais, assim quando analisados corretamente, nos concede novas e diferentes aprendizagens, que muitas vezes não são possíveis com outros processos metodológicos.

Atualmente, após o desenvolvimento do método, a análise de conteúdo apresenta duas vertentes, os aspectos quantitativos e os aspectos qualitativos. Em seu fragmento qualitativo, dispõem-se de um conjunto de pressupostos, nos quais ao investigar minuciosamente um texto, observa-se e assimila-se o seu sentido simbólico que poderá se destacar em perspectivas diferentes. Dessa forma um texto possui distintos e variados significados como apresentam OLABUENAGA e ISPIZÚA (1989, p.185):

(a) o sentido que o autor pretende expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor do mesmo; (b) o sentido do texto poderá ser diferente de acordo com cada leitor; (c) um mesmo autor poderá emitir uma mensagem, sendo que diferentes leitores poderão captá-la com sentidos diferentes; (d) um texto pode expressar um sentido do qual o próprio autor não esteja consciente.

Ademais é imprescindível destacar que os textos analisados podem ser estudados diante de numerosas perspectivas e interpretações, como de acordo com a afirmação de KRIPPENDORF (1990, p.30):

Em qualquer mensagem escrita, simultaneamente, podem ser computadas letras, palavras e orações; podem categorizar-se as frases, descrever a estrutura lógica das expressões, verificar as associações, denotações, conotações e também podem formular-se interpretações psiquiátricas, sociológicas ou políticas.

A determinação dos objetivos, quando se aplica a análise de conteúdo, também auxilia na restrição das informações e dados significativos. Essa determinação pode referir-se a abordagem quantitativa, onde os objetivos são definidos com precisão e a abordagem qualitativa, em que a definição dos objetivos

pode ocorrer durante o processo de análise. No geral, ao longo da pesquisa, esses objetivos vão sendo efetivados juntamente com as categorias de análise, sempre lembrando que o importante do estudo é ser capaz de desenvolver e concluir o pensamento em relação a eles.

3.1.1. Apanhado histórico

Conforme registros, esse tipo de método é utilizado desde o século XVIII, contudo de uma maneira diferente da que vemos e utilizamos atualmente. A análise de conteúdo sucede do positivismo, uma corrente resultante de fundamentos filosóficos, sociológicos e políticos. Isso significa que para estudar as ciências sociais e humanas, introduziu-se aspectos de metodologias das ciências exatas, tendo em vista a forma metódica e dados numéricos como maneiras comprobatórias e de verificabilidade, conseqüentemente havendo o descarte de dados ou intenções que não fossem quantitativos. A análise de conteúdo começou a ser estudada após os modos tradicionais de investigação serem incapazes de acompanharem as novas pesquisas. No princípio, este novo método foi utilizado sempre em seu aspecto quantitativo.

No contexto histórico desse método, antes de ser introduzido nos estudos de comunicação, a análise de conteúdo já era utilizada em outras áreas do conhecimento como por exemplo, nas ciências políticas. Nesse campo, a aplicação do método proporcionou aos britânicos, através de estudos das propagandas nazistas, o descobrimento de armas secretas alemãs; no campo da crítica literária, a análise minuciosa por meio dessa técnica, foi capaz de caracterizar os estilos literários de cada autor; no campo sociológico, a aplicação do método trouxe a percepção e o entendimento da pluralidade dos raciocínios; na psicologia, auxiliando no diagnóstico de pacientes através de análises de gravações de sessões terapêuticas; e inclusive na comunicação massiva, comparando jornais em período eleitoral e verificando suas diferentes atitudes discursivas (Kientz, 1973, *apud*, Fonseca Júnior, 2005).

No decorrer dos estudos e pesquisas, de acordo com a necessidade de interpretação discursiva dos textos, não bastando apenas o processo quantitativo da metodologia, buscou-se uma nova perspectiva do método, a análise de conteúdo

qualitativa. Seu aspecto qualitativo se deu após a Segunda Guerra Mundial, tendo seus estudos na propaganda.

Com o surgimento e desenvolvimento da informática e programas de computador, a análise de conteúdo dispôs do auxílio destes para a contagem de palavras ou termos frequentes nos textos, possibilitando maior precisão na abordagem por constância. Outra vantagem ocorre com o aparecimento da internet aliada aos desenvolvimentos já mencionados. Inicia-se uma era de pesquisas e estudos na internet, com textos, conteúdo e materiais midiáticos.

3.1.2. Inserção no campo da comunicação

A análise de conteúdo no campo da comunicação surge com Harold Lasswell, em 1927, nos Estados Unidos, ainda sendo apenas em sua perspectiva quantitativa, por meio de estudos relacionados ao jornalismo sensacionalista. Verificava-se a superfície dos artigos, tamanho dos títulos, localização na página, entre outros (Fonseca Júnior, 2005).

Durante muitos anos a análise de conteúdo era conceituada, pela maioria dos estudiosos da época, como apenas um método quantitativo. Por volta do ano de 1950, houve uma interessante discussão sobre as duas abordagens da análise de conteúdo. Observou-se que a principal característica da análise de conteúdo é a *inferência*.

Bardin (2007, p. 34) afirma que “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”, ou seja, o importante de uma pesquisa, utilizando o método de análise de conteúdo ou qualquer outro, é chegar a uma conclusão satisfatória, através de questionamentos e intuições bem sucedidas.

Entretanto, Herscovitz (2007) diz que para haver um bom resultado nos estudos que se aplicam a análise de conteúdo, é necessário a junção do procedimento quantitativo e do procedimento qualitativo, que a autora designa de abordagem híbrida ou hibridismo da análise de conteúdo, de acordo com Herscovitz (2007, p.127)

A identificação sistemática de tendências e representações obtém melhores resultados quando emprega ao mesmo tempo a análise

quantitativa (contagem de frequências do conteúdo manifesto) e a análise qualitativa (avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina).

Com o surgimento da internet e a possibilidade de acesso às páginas na web, inicia-se os estudos através dos meios digitais, desenvolvendo novas técnicas de análise de conteúdo e renovando o interesse dos pesquisadores. Assim surge uma nova possibilidade de aplicação do método, sugerida por Herscovitz (2007, p.126), sendo a análise de conteúdo um

Método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer interferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente e exclusivas e passíveis de replicação.

Através do desenvolvimento tecnológico e a utilização da internet cada vez mais frequente, tornou-se quase impossível que empresas, organizações e instituições não estejam presentes em plataformas online, sejam em sites, blogs, redes sociais digitais ou qualquer outra página na internet. Sendo assim, o mesmo ocorre com instituições governamentais, onde é indispensável a presença dos órgãos públicos e políticos no meio digital.

A internet é um meio de democratizar e descentralizar a informação, modificando o hábito de acessar e ter acesso à dados e informações. Por ser um meio de grande circulação, onde não só as organizações, mas também qualquer pessoa presente na internet, pode colocar, publicar, divulgar e circular toda e qualquer informação, em quantidades sem nenhuma limitação, essa plataforma se tornou um amplo ambiente de pesquisas para muitas áreas do conhecimento, principalmente para a comunicação. No entanto é preciso termos cuidado ao ingressar em pesquisas no meio digital,

[...]é necessário considerar sua natureza constantemente mutável e efêmera, além de sua rápida e ampla adoção por pesquisadores nos mais diversos contextos de pesquisa, o que nos permite alinhar o questionamento acerca da justificativa dos estudos e sua relevância para a área e sua confiabilidade e credibilidade dos dados assim obtidos (FRAGOSO, S. RECUERO, R. AMARAL, A. 2011, p.29).

Para estudos sob a análise de conteúdo, particularmente na internet, Jorge (2015) nos proporciona o termo “Análise de Conteúdo Digital” (ACD), uma expressão

atual que surge com a utilização da informatização e de dados digitalizados. A autora expõe as três principais ideias da ACD

1) AC utilizando os programas de computador no tratamento estatístico dos dados; 2) a rede mundial de computadores como fonte de informação, com o emprego de motores de busca; e 3) pesquisa na internet. Em geral, o conteúdo digital sob análise está na Word Wide Web, um setor da internet que se caracteriza pela hipertextualidade – *hiperlinks* conectam os textos. O ambiente digital se caracteriza ainda pela multimídia, a capacidade de oferecer textos, sons e imagens ao mesmo tempo, usando tecnologia virtual; e pela interatividade, o contato com o público (JORGE, 2015, p. 261).

Com o intuito de que não fique dúvidas, Jorge (2015) esclarece que a ACD é o mesmo método que a AC, porém utiliza-se da automatização mediante sistemas. Diria que a principal característica da ACD está na procura de dados e informações em buscadores online, como por exemplo o site do Google¹⁸. Em relação a esta pesquisa, esta característica se dá na busca das notícias nos sites específicos a serem estudados.

As ferramentas digitais de procura na internet descomplexificam o trabalho de qualquer pesquisador, por ser instantâneo e de fácil manuseio. Segundo Jorge (2015, p.260) esses mecanismos “[...]cumpram quatro funções: localizar documentos; indexar; funcionar como interface para o usuário; e buscar a informação em banco de dados”. Entretanto é aconselhável usar “mais de um buscador para localizar a informação requerida” (p.261) com intuito de verificar sua veracidade.

Por fim, precisamos ter consciência de que é importante para a análise qualitativa dos conteúdos o não apego pelas pré-definições estabelecidas. Durante o andamento das observações e da análise pode haver o surgimento de questionamentos e comparações que ainda não tinham sido questionadas ou previstas.

¹⁸O Google, além de ser um site utilizado como ferramenta de busca na internet é também uma empresa multinacional americana de serviços online e software. O Google hospeda e desenvolve uma série de serviços e produtos baseados na *internet* e desenvolve a missão de organizar a informação mundial e torná-la universalmente acessível e útil.

3.1.3. Etapas e adaptação metodológica

A análise de conteúdo, segundo Bardin, possui cinco estágios importantes para sua realização: Organização da análise; Codificação; Categorização; Inferência; Tratamento informático. A seguir iremos explorar cada uma das etapas:

Na **organização da análise**, a primeira etapa é a pré-análise e seu exercício inicial é a leitura flutuante que de acordo com Fonseca Júnior (2005, p.290) é o “contato com os documentos a serem analisados, visando conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações”. Através da leitura flutuante podemos escolher o tema, o referencial teórico, a formulação do problema, dos objetivos e das hipóteses de pesquisa, esses itens desse estudo estão apresentados na introdução. Após essa atividade, realizamos a constituição do *corpus*, onde definimos o conjunto de documentos que serão analisados. No caso dessa pesquisa foram analisadas 30 notícias ao total.

A segunda etapa é a exploração do material, é onde realizamos a análise propriamente dita, envolvendo as operações de codificação e categorização. Já a terceira etapa é a do tratamento dos resultados obtidos e interpretação, aqui é abrangido o tratamento informático, ou seja, as estatísticas do estudo, os resultados quantitativos em gráficos, por exemplo; também a análise e a interpretação desses resultados, inferência.

Na **codificação** a primeira etapa é o recorte. Neste item definiremos as unidades de registro – que nesta pesquisa serão as informações no site do MEC e as notícias site do R7 – e unidades de contexto, que é a contextualização das palavras, a compreensão de seu verdadeiro significado/sentido. Por conseguinte a enumeração, nesta etapa é feita a escolha das regras de enumeração, resultando nos modos de quantificação e assim estabelecendo os índices. Krippendorff (1990) propõe três índices: frequência; equilíbrio entre discursos favoráveis e desfavoráveis; e quantidade de associações e classificações manifestadas nos documentos, no qual utilizamos tão somente a frequência de palavras e expressões e a quantificação dos discursos favoráveis e desfavoráveis.

A **classificação e agregação** constituem o terceiro estágio. São as escolhas e definições das categorias, sendo elas: Defasagem do atual ensino médio; Urgência e necessidade de mudança no atual ensino médio; Benefícios da mudança do ensino médio; Processo, trâmites e debates sobre REM; Autoridade e sociedade

em defesa do novo ensino médio – para o site do MEC. E, Resistência em relação a REM; Defasagem e necessidade de mudança no atual ensino médio; Alterações propostas na REM; Processo, trâmites e debates sobre REM; Autoridade e sociedade em defesa do novo ensino médio – para o site R7. Os critérios e características para categorização serão esclarecidas no próximo item.

Na **categorização** a primeira etapa são os critérios de categorização que de acordo com Bardin (1988) podem ser semânticos, sintáticos, léxicos e expressivos. Utilizamos nesta investigação apenas um critério de categorização, o critério semântico. Já na segunda etapa procede as características da categorização. Fonseca Júnior (2005) diz que uma boa categorização deve possuir as seguintes características: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, produtividade, objetividade e fidelidade. Aqui a escolha das categorias se deu pelas características de homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade.

A **Inferência** é subdividida em inferências específicas, onde situações específicas serão questionadas e/ou deduzidas; e as inferências gerais, que são as situações de cunho mais amplo, questionamentos mais gerais sobre o tema.

No **tratamento informático** são feitas as análises estatísticas, nelas manifesta-se o uso e auxílio de softwares para classificar, organizar e numerar os dados. Também é feito o auxílio nos estudos e descobertas, que é determinar uma visão geral do conteúdo, toda e qualquer informação do material recolhido. E por último é realizada a análise de conteúdo por computador, que tem o “objetivo de representar algum aspecto do contexto social dos dados, ou seja, de realizar inferências” (Fonseca Júnior, 2005, p.300).

Devemos destacar que neste trabalho de pesquisa, o item do tratamento informático não será utilizado. Esta etapa não é necessária pelo volume reduzido de documentos. E por fim apontamos que a informatização, citada no item anterior, é parte significativa e útil “[...] em todas as fases da AC, da análise exploratória à codificação, do tratamento descritivo[...] ao estabelecimento de categorias, acrescentando controle à fase de compilação de resultados” (Jorge, 2015, p.258).

Nessa perspectiva, é necessário cumprir todas as etapas do método escolhido e adaptá-la ao seu estudo, de modo com que a pesquisa fique clara, cumpra com seus objetivos propostos e confirmem suas hipóteses de pesquisa.

3.2. REFORMA DO ENSINO MÉDIO: PROPOSTAS DA MEDIDA PROVISÓRIA E TRÂMITES LEGAIS

O objeto empírico a ser estudado é a proposta governamental de Reforma do Ensino Médio (REM) apresentada pelo governo federal em setembro de 2016. Essa proposta de reformulação aparece em caráter de urgência devido ao fato de ter sido apresentada em formato de Medida Provisória. A medida provisória (MP) “é um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei.” (Câmara dos Deputados).

A proposta da REM implica em uma série de mudanças, tais como a flexibilização curricular, o aumento da carga horária, a divisão em disciplinas obrigatórias e optativas, a eliminação de disciplinas obrigatórias do currículo, a não obrigatoriedade da formação do docente por licenciatura na área específica em que for lecionar, assim podendo lecionar apenas com notório saber, entre outras. Todas essas mudanças estão projetadas dentre as 568 emendas existentes acerca dessa reforma, declaradas por deputados e senadores.

Atualmente o ensino médio se divide em três anos. A cada ano, o aluno cumpre 800 horas, totalizando assim 2.400 horas cumpridas em todo ensino médio. As 13 disciplinas cursadas no ensino médio são obrigatórias, sendo elas português, matemática, biologia, física, química, educação física, artes, sociologia, filosofia, geografia, história, língua inglesa e outra língua estrangeira, na maioria das escolas se estuda o espanhol e somente professores que fizeram curso de licenciatura em suas áreas de formação específica podem lecionar.

As mudanças começam através das propostas de flexibilização da grade curricular, sendo 60% das horas para cumprimento do currículo estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular¹⁹ (BNCC), ou seja, disciplinas comuns entre os estudantes e os outros 40% das horas será cumprida no aprendizado das áreas eletivas, o aluno poderá optar qual dessas áreas estudar o restante do tempo, sendo elas: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III –

¹⁹ A Base Nacional Comum Curricular é um documento que orienta e serve como referência única para todas as escolas, redes públicas e privadas, de educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) para que elas possam elaborar seus próprios currículos.

ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional. Estas são chamadas de Itinerários Formativos.

Além disso, para dar início a implementação, a REM está propondo o aumento da carga horária para 1 mil horas por ano e após o período de adaptação a carga horária passará para 1,4 mil horas anual. Significando assim que os turnos passarão das atuais 4 horas para 5 horas inicialmente e assim tendo em vista o turno integral, com 7 horas diárias.

Outra intenção é a eliminação/exclusão da obrigatoriedade de disciplinas que atualmente são obrigatórias para todo estudante de ensino médio. No texto inicial da MP, apenas português e matemática serão obrigatórias nos três anos. Educação física, artes, sociologia e filosofia estão citadas no Diário Oficial da União²⁰ como apenas obrigatórias, não deixando explícito se a obrigatoriedade ocorrerá nos três anos vigentes de ensino médio. Isso também ocorre com a língua estrangeira, sendo ela o inglês. Já o restante das disciplinas estão divididas entre os itinerários formativos.

3.2.1. A ementa e sua tramitação no sistema político

Está expresso na ementa da MP nº 746 o seguinte texto:

Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Seu prazo de vigência é de sessenta dias, prorrogáveis uma vez por igual período. Se não for aprovada no prazo de 45 dias, contados da sua publicação, a MP tranca a pauta de votações da Casa em que se encontrar (Câmara ou Senado) até que seja votada. (Senado Federal)

De uma forma mais clara, o texto quer dizer que será promovido modificações na estrutura atual do ensino médio brasileiro através da criação e instituição da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Como mencionado anteriormente, gera ampliação gradativa da carga horária mínima anual do ensino médio para 1.400 horas. Define a obrigatoriedade

²⁰Um dos veículos de comunicação nacional do Brasil. A Imprensa Nacional tem o dever de, através do Diário Oficial da União, tornar público todo e qualquer assunto acerca do âmbito federal. <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2017/02/merged.pdf>. Acessado em: 14.04.17.

das disciplinas de língua portuguesa e matemática nos três anos do ensino médio e restringindo a mesma exigência para as disciplinas de arte e educação física à educação infantil e ao ensino fundamental, estabelecendo-as opcional no ensino médio.

O aproveitamento de matérias cursadas no ensino médio ao ensino superior também será possível. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelos itinerários formativos e proporciona autonomia aos sistemas de ensino para estabelecer a sistematização das competências, habilidades, áreas de conhecimento, e a probabilidade de aprendizado e experiências deliberadas na BNCC.

Os relatores da MP que traz a Reforma do Ensino Médio Pedro Chaves e Wilson Filho – apresentaram, no dia 30/11/2016 o parecer aprovado pela comissão mista desta votação. No dia 08/02/2017, Pedro Chaves apresentou o parecer do Plenário. Os prazos e datas do processo de tramitação da Medida Provisória foram:

- **23/09/2016**– 29/09/2016: Recebimento de emendas perante a Comissão Mista e apresentação das 568 emendas;
- **23/09/2016**– 21/11/2016: Prazo de vigência a prorrogar por mais 60 dias;
- **07/11/2016**– 02/03/2017: Tramitação em regime de urgência;
- **22/11/2016**– 02/03/2017: Prazo de vigência prorrogado e Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59/2016 (publicado no DOU de 16/11/16);
- **09/02/2017** – 23/02/2017: Prazo de 15 dias para apresentação do projeto de decreto legislativo pela Comissão Mista;
- **24/02/2017** – 17/04/2017: Prazo de 60 dias para edição de Decreto Legislativo.
- **08/02/2017** – Votação nominal. Altera a LDB; a Lei nº 11.494/2007 (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica); a CLT; e o Decreto-Lei nº 236/1967; revoga a Lei nº 11.161/2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolar de Ensino Médio em Tempo Integral.
- **08/02/2017**– Últimas inclusões em Ordem do Dia. Discussão, em turno único (Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, com 43 votos a favor, 13 votos contrários e 0 abstenções, totalizando 56 parlamentares.) A matéria vai à sanção;
- **07/02/2017**– Discussão, em turno único (Não houve deliberação.);
- **16/02/2017** – O Presidente da República sanciona a MP nº746.

A tramitação completa, dentre outros detalhes das votações referente a MP nº 746 vigente no ano de 2016, pode ser acessada através do site disponibilizado na nota de rodapé²¹.

²¹Site do Senado Federal: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126992>

3.3. DO CORPUS ESTABELECIDO: SITES MEC E PORTAL R7

Como objeto empírico, definimos um site de conteúdo governamental e dois sites de notícias, totalizando três sites a serem analisados. Thaís Mendonça (2015, p. 262) considera a notícia digital uma “notícia elevada em sua máxima potência”, pois segunda ela, a notícia digital

[...]participa, organiza, padroniza o processo de absorção de conhecimento dos indivíduos, da sociedade ou de um grupo dela, a partir de promessas de velocidade, redução de tempo e precisão, dentro de um meio sacralizado, a internet.

O site do Ministério da Educação (MEC²²), por estar diretamente vinculado ao tema pesquisado, foi o site governamental escolhido. Já a seleção do site de notícia foi baseada em uma pesquisa feita pela empresa Torabit²³, que apresenta o ranking dos veículos de notícias que mais possuem seguidores nas redes sociais digitais. Essa pesquisa traz dados atualizados, realizada em fevereiro do ano de 2017. O site que possui o maior número de fãs/seguidores é o site do R7 possuindo 13.064.832 de seguidores na mídia social digital *Facebook*, 4.381.601 seguidores no *Twitter* e 1.706.621 fãs no *Instagram*.

O site do MEC, como já dito, é um site governamental, um meio de comunicação e informação pública e deve ser regido pela comunicação pública e pela comunicação governamental, assim cumprindo a lei de acesso à informação. Além do site, o portal do MEC possui outras plataformas digitais: *Twitter*, *Youtube*, *Facebook*, *Instagram*, *Flickr* *SoundCloud*. Já o site do portal R7, é um site de caráter comercial, que vai desde notícias com importância social, a entretenimentos e matérias de celebridades, deve cumprir com os papéis éticos de um veículo jornalístico. O *Facebook*, *Twitter* e *Instagram* são suas outras plataformas digitais.

A intenção era captar as 3 notícias mais acessadas de cada site em cada mês, sendo assim 6 notícias por mês, nos dando um total de 36 notícias analisadas e comparadas. Entretanto, no período analisado, obtivemos 16 notícias do site do MEC e 14 notícias do site R7, porque no mês de janeiro de 2017 foi publicado

²² Endereço eletrônico: <http://www.mec.gov.br/>

²³ É uma empresa de “aferição de presença, análise de sentimento, comparação de perfis e construção de rankings para quem já se move ou pretende se mover no ambiente digital”. A Torabit processa grandes quantidades de dados, compõem gráficos, fazem comparações entre marcas, produtos e nomes. Eles também permitem análises em profundidade em relação a qualquer tema, nome, empresas e instituições.

apenas uma notícia do site governamental e nenhuma no site jornalístico, além do mês de dezembro de 2016, havendo nesse mesmo site somente duas notícias. Assim sendo 30 notícias analisadas no total.

A análise foi realizada com os materiais publicados no período de 22 de setembro de 2016 à 16 de fevereiro de 2017, datas em que foi divulgada a Medida Provisória da REM no Diário Oficial da União e sancionada por Michel Temer em cerimônia no Palácio do Planalto, respectivamente.

4. ANÁLISE

Neste capítulo será realizado um estudo das notícias referente a Reforma do Ensino Médio por meio da análise de conteúdo acompanhado por duas teorias sobre estratégias de comunicação: teoria das estratégias do discurso político (Charaudeau, 2006) e a teoria das funções estratégicas de composição do discurso midiático (Rodrigues, 2002) –referindo-se à comunicação governamental e a comunicação midiática, respectivamente.

Utilizaremos das perspectivas de Charaudeau (2006), descritas no primeiro capítulo, para apresentar essas estratégias do discurso político. A análise da comunicação governamental será pelas estratégias das *palavras do campo político* (palavras de promessa, de decisão, de justificação e de dissimulação – estratégias do vago, estratégia do silêncio, estratégia de denegação e estratégia da razão suprema), *condições da palavra política* (simplicidade, credibilidade e dramatização) e a *citação*.

Para a análise das estratégias de comunicação midiática, utilizaremos a teoria das funções estratégicas de composição do discurso midiático a partir de Rodrigues (2002) e complementaremos com a perspectiva de Charaudeau (2006) acerca das funções do discurso circulante. Como vimos no primeiro capítulo, Rodrigues apresenta cinco estratégias: estratégias de naturalização, estratégias de reforço, estratégias de compatibilização, estratégias de exacerbação dos diferendos, e estratégias de visibilidade. E o discurso circulante (Charaudeau, 2006) com três funções: instituir poder e contrapoder, regular o cotidiano social e a dramatização.

A seguir detalharemos as notícias selecionadas, identificando os tipos de texto nelas presente; mostraremos as categorias estabelecidas e suas unidades; por fim, analisaremos, de forma quanti e qualitativa, os dados obtidos na pesquisa,

indicando percepções a respeito dos discursos enunciados. Na análise qualitativa iremos expor algum trecho ou unidade, denominado aqui de *trecho/unidade destaque*. Esse trecho/unidade destaque é onde destacam-se termos representativos daquela categoria ou onde há uma crítica principal a ser feita. Também foram elaborados gráficos²⁴ que demonstram o parâmetro geral das estratégias comunicacionais utilizadas em cada unidade de cada categoria.

A porcentagem contida nos gráficos é relacionada à totalidade de cada uma das estratégias presentes em cada categoria, por exemplo: se no gráfico de uma dada categoria constatar 100% da presença da estratégia de condição da palavra política de simplicidade, significa que essa estratégia está vigente em todas as unidades dessa categoria, totalizando a porcentagem de 100%. Os gráficos estão disponíveis no corpo do texto, logo após a análise qualitativa de cada categoria.

4.1. DETALHAMENTO DAS NOTÍCIAS SELECIONADAS

A análise foi realizada com os materiais publicados no período de 22 de setembro de 2016 a 16 de fevereiro de 2017, datas em que foi divulgada a Medida Provisória da REM no Diário Oficial da União e sancionada por Michel Temer em cerimônia no Palácio do Planalto, respectivamente.

A intenção era captar as 3 notícias mais acessadas de cada site em cada mês, sendo assim 6 notícias por mês, nos dando um total de 36 notícias analisadas e comparadas. Entretanto, no período analisado, obtivemos 16 notícias do site do MEC e 13 notícias do site R7, porque no mês de janeiro de 2017 foi publicado apenas uma notícia do site governamental e nenhuma no site jornalístico, além do mês de dezembro de 2016 e fevereiro, havendo nesse mesmo site somente duas notícias em cada um desses meses. Assim sendo 30 notícias analisadas no total.

No site no MEC, foram encontradas 16publicações, que ao longo da leitura destacamos nelas 16 textos, 7 imagens, 10 vídeos, 5 links direcionados²⁵, 10

²⁴ Esses gráficos foram elaborados a partir de tabelas criadas, onde separamos e deixamos exposto as estratégias utilizadas em cada uma das unidades presentes em cada uma das categorias. Essas tabelas estão disponíveis no apêndice desta pesquisa.

²⁵ Links direcionados refere-se aqui aos links que são introduzidos ao final da notícia, porém remete a outro assunto que não foi expresso na própria notícia.

palavras/expressões link²⁶ e 10 áudios, além de quatorze das dezesseis notícias terem como fonte a Assessoria de Comunicação do Governo (uma das outras duas notícias não possui fonte publicada e a fonte da outra notícia é a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República). Já no Portal R7, foram encontradas 13 publicações, destacando-se 13 textos, 7 imagens, 3 vídeos, 4 links direcionados, 7 palavras/expressão link. Diferentemente do outro site, nesse aqui somente uma notícia possui fonte, sendo ela a Agência Brasil.

A partir desses dados sobre os conteúdos encontrados em cada site, observamos que o número de textos é muito superior ao número dos demais formatos. Assim, optamos por analisar somente os textos, resultando em uma análise textual.

4.2. CATEGORIAS ESTABELECIDAS

As categorias em destaque nos próximos itens foram identificadas por meio de uma leitura flutuante, realizada no início desta pesquisa. Foram selecionadas as notícias no período de análise, 22 de setembro de 2016 a 16 de fevereiro de 2017, e então estabelecidas categorias de acordo com o que mais estava noticiado em cada uma delas. Após isso, distribuímos as unidades de notícia (parágrafos) nas categorias a elas pertencentes, sendo essas: ‘Defasagem do atual ensino médio’, “Urgência e necessidade de mudança no atual ensino médio”, “Benefícios da mudança do ensino médio”, “Trâmites e debates sobre a reforma do ensino médio”, “Autoridades e sociedade em defesa da REM” – para as notícias do site do MEC; e “Resistência em relação a REM”, “Defasagem e necessidade de mudança no atual ensino médio”, “Alterações propostas na REM”, ‘Processo, trâmites e debates sobre REM’, “Autoridades em defesa do novo ensino médio” – para as notícias do site do Portal R7.

4.2.1. Categorias relacionadas as notícias do site do MEC:

²⁶ Palavras ou expressões link refere-se aqui aos links que estão introduzidos no próprio texto da notícia em formato de palavras ou expressões. Direcionam à páginas na internet que informem algo relacionado àquela notícia.

4.2.1.1. Defasagem do atual ensino médio

1ª - “Hoje, cerca de **80% dos nossos jovens que terminam o ensino médio não entram na faculdade e saem sem formação para o mundo do trabalho**. Precisamos dar oportunidade para esses jovens”, ressaltou o ministro. – (22/09/16, 20h21)

2ª - **Em 20 anos, os jovens que estão concluindo o ensino médio no Brasil estão aprendendo menos português e matemática**. Essa é apenas **uma das constatações** preocupantes registradas nos últimos estudos apresentados sobre a situação da educação no país. **No resultado do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2015, o desempenho foi de 267 pontos em língua portuguesa. Uma redução de 8% em relação a 1995, quando a nota foi de 290 pontos**. Em 2015, os alunos obtiveram uma proficiência média em matemática de 267 pontos, quando em 1995, a pontuação foi de 267. – (22/09/16, 20h21)

3ª - **O Ensino Médio no Brasil é tido como principal desafio da educação brasileira**. Os resultados do Ensino Médio no índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) 2015 revelam que **o país está estagnado**, de acordo com as últimas quatro avaliações, em um **patamar abaixo da meta desejada**. E que apenas duas redes estaduais ultrapassaram a meta prevista. Além disso, **o País ainda tem 1,7 milhão de jovens, de 15 a 17 anos, fora da escola**. – (22/09/16, 20h21)

4ª - **De cada cinco jovens de 15 a 17 anos que ainda não concluíram o ensino médio, três estão matriculados nesta etapa, um ainda está no ensino fundamental, e um está fora da escola**. – (22/09/16, 20h21)

5ª - “Nos últimos anos, **o fracasso do ensino médio** brasileiro é um dado da realidade apontado por todos os especialistas da área. **O modelo faliu, quebrou, não funciona** e o ensino médio é uma etapa importante da formação dos jovens”, disse a secretária executiva do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães Castro, durante o Encontro Internacional Educação 360, realizado no Rio de Janeiro. – (23/09/16, 18h52)

6ª - Segundo Maria Helena, **o atual modelo está defasado** e transformou-se em curso preparatório para o Enem. – (04/10/16, 15h48)

7ª - Dentre as **dificuldades do atual ensino médio**, o documento classifica **o currículo atual como currículo excessivamente acadêmico, inteiramente desconectado da realidade do mercado de trabalho e pouquíssimo atraente para os jovens estudantes**. “**Prova disso são as elevadíssimas taxas de evasão, de 9,5% na primeira série, 7,1% na segunda e 5,2% na última**”, destaca o documento. – (26/10/16, 18h02)

8ª - O ministro da Educação, Mendonça Filho, que acompanhou a votação, na Câmara, **considera negativos os números da educação no país, em especial os do ensino médio**. “**O último resultado do Pisa [Programa Internacional de Avaliação de Estudantes] demonstra claramente a falência do ensino médio brasileiro**”, disse. – (07/12/16, 23h04)

9ª - “**O Brasil tem uma conexão baixíssima: 8% apenas dos jovens cursam educação de nível médio com educação técnica**, diferente do que ocorre na média da Europa, superior a 40%; na Alemanha, quase 50%.” **Mendonça Filho acredita que esse quadro gera ampliação da desigualdade e expulsa os jovens das escolas brasileiras**. – (07/12/16, 23h04)

10ª - “Para a imensa maioria dos jovens, **o ensino médio é apenas uma etapa de passagem para a universidade**. Mas, para outros, nem isso é. Então, eles acabam evadindo, reprovando. Eles acabam perdendo o estímulo com o ensino médio”, disse Deschamps. **Atualmente, mais de um milhão de jovens de 17 anos que deveriam estar no terceiro ano do ensino médio estão fora da escola. “Esses dados apontam para a necessidade de fazer a reformulação.”** – (15/12/16, 10h18)

11ª - “**Pelo Brasil é possível verificar que todos concordam que o ensino médio atual não dá conta das demandas que nós temos**”. – (15/12/16, 10h18)

12ª - **Atualmente, o estudante que pretende uma formação técnica de nível médio precisa cursar 2,4 mil horas do ensino médio regular e mais 1,2 mil horas do técnico.** – (16/02/17, 11h30)

13ª - **Hoje, mais de 1 milhão de jovens de 17 anos que deveriam estar no terceiro ano do ensino médio estão fora da escola.** Outros 1,7 milhão de jovens não estudam nem trabalham. **O resultado mais recente do índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) também mostra a defasagem do formato atual do ensino médio brasileiro. O último levantamento realizado mostrou que o país está estagnado.** – (16/02/17, 11h30)

14ª - **Em 2015, o ensino médio não alcançou a meta estipulada, de 4,3 pontos no Ideb. O indicador se mantém estável desde 2011, na casa dos 3,7. Além disso, as taxas de abandono na escola são elevadas e o desempenho dos estudantes está cada vez mais em declínio.** – (16/02/17, 11h30)

15ª - Dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), divulgados em dezembro do ano passado, mostram **que o Brasil está estacionado há dez anos entre os países com pior desempenho.** O levantamento mediu o conhecimento dos estudantes de 72 países em leitura, ciências e matemática. **Nas três áreas, a média dos brasileiros ficou abaixo da obtida pelos demais países.** – (16/02/17, 11h30)

16ª - **Em matemática, o país apresentou a primeira queda desde 2003, início da série histórica da avaliação, e constatou que sete em cada dez alunos brasileiros com idade entre 15 e 16 anos estão abaixo do nível básico de conhecimento.** – (16/02/17, 11h30)

4.2.1.2. Urgência e necessidade de mudança no atual ensino médio

1ª - Para a secretária, **o ensino médio precisa de mudanças urgentes**, entre as quais se destacam a ampliação gradual da carga horária dos estudantes e a flexibilização de parte do conteúdo. **“O Novo Ensino Médio é uma maneira de encararmos a necessidade urgente de mudar o ensino médio tão conhecido por suas mazelas. É importante que os jovens tenham tempo de se aprofundar em suas áreas de conhecimento**, para que eles possam ter um projeto de formação integrado”, afirmou. – (23/09/16, 18h52)

2ª - “Há uma urgência de se resolver o problema do ensino médio, **faz cinco anos que a reforma está em discussão**, tanto no Consed [Conselho Nacional dos Secretários de Educação] quanto no Congresso Nacional. **A reforma do ensino médio está sendo discutida desde os anos 90**”, ressaltou Maria Helena. – (23/09/16, 18h52)

3ª - **Os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2015 por escola**

reforçam a imperiosa necessidade de se reformar o ensino médio brasileiro. – 04/10/16, 15h48

4ª - “As pessoas encaram a MP como se fosse um decreto inalterável, imposto. Ela pode ser alterada e até mesmo recusada ao longo do processo”, afirmou. **“O que ela faz é traduzir relevância e urgência, que é o caso do ensino médio brasileiro.”** – (06/10/16, 14h14)

5ª - “Consideramos que **uma significativa reforma do ensino médio é medida de caráter urgente, urgentíssima. Sem ela, o país continuará retardatário, condenando-se ao atraso. E não ingressará na agenda do século 21**”, ressalta o documento do órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo. – (26/10/16, 18h02)

6ª - A nota enfatiza que a educação vive hoje um **momento de transição**, reiterando a **necessidade de mudanças: “É essencial que as escolas estejam muito diferentes** em poucos anos e que se marche para um **ensino cada vez mais multidisciplinar e transversal**, em que as aulas expositivas se combinem com o estudo por projetos, a exemplo do que **já acontece em outros países** e em algumas escolas de ponta de nossa rede de ensino”, prossegue o comunicado, publicado no dia 13 de outubro. – (26/10/16, 18h02)

7ª - A nota do CEE ressalta ainda o fato de que as **mudanças estão sendo levadas à frente por meio de uma medida provisória, reforçando o sentido de urgência, relevância e a prioridade da reformulação do ensino médio no Brasil.** – (26/10/16, 18h02)

8ª - Na cerimônia de abertura, o titular da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, Rossieli Soares da Silva, destacou a importância das alterações que estão em curso no Brasil. **“A oportunidade de mudança é uma chance para podermos caminhar, como vários países já fizeram”**, afirmou – (17/11/16, 17h01)

9ª - **Ele ressaltou o caráter de urgência que justifica a celeridade do processo.** “Estamos com o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) estagnado desde 2011; o desempenho em português e em matemática é o mesmo de 1997; temos 1,7 milhão de jovens entre 15 e 24 anos que não estudam, nem trabalham”, enumerou. – (23/11/16, 19h35)

10ª - Outra medida apontada por Mendonça Filho é a reforma do ensino médio, que corresponde exatamente à segunda parte da Base Nacional Comum Curricular. **O ministro afirma que a prova do Pisa reforça a necessidade de mudança. “O novo desenho do ensino médio vai dialogar com as mudanças que estamos propondo e que, de certo modo, casam com o diagnóstico que está sendo feito”**, disse o ministro. – (06/12/16, 17h42)

4.2.1.3. Benefícios da mudança do ensino médio

1ª - **Com foco na aprendizagem do aluno, na manutenção dos jovens na escola e na oferta de uma proposta curricular que atenda não apenas às necessidades individuais dos estudantes, a proposta também oferece oportunidades iguais aos principais países do mundo.** – (22/09/16, 20h21)

2ª - Um dos principais pontos do Novo Ensino Médio é a **flexibilização do currículo**. Serão ofertadas quatro áreas de estudo – linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências sociais e humanas. O modelo trará, ainda, a **formação técnica e profissional dentro da carga horária do ensino regular**. – (22/09/16, 20h21)

3ª - Segundo o ministro, **a política de fomento à educação em tempo integral é eficaz e tem mostrado resultados altamente positivos no ensino médio** em estados como Amazonas, Goiás, Rio de Janeiro e mais notadamente Pernambuco. – (22/09/16, 20h21)

4ª - A carga horária continuará sendo de 2.400 horas, sendo o limite máximo de 1.200 horas para a Base Nacional Curricular Comum (BNCC). As demais 1.200 horas serão voltadas para o **currículo flexível**. – (22/09/16, 20h21)

5ª - O Novo Ensino Médio **estabelece a ampliação gradual da jornada escolar** conforme o Plano Nacional de Educação (PNE). – (22/09/16, 20h21)

6ª - **No Novo Ensino Médio a oferta de língua portuguesa e matemática será obrigatória, ano a ano, durante os três anos do ensino médio. As demais disciplinas da Base Comum poderão ser ministradas conforme determinação das redes e das próprias escolas**. – (22/09/16, 20h21)

7ª - O Novo Ensino Médio trata da **oferta de uma alternativa de formação média de nível técnico e profissional**. Nessa proposta, essa formação deverá ocorrer dentro do programa escolar regular, que hoje só é possível nas **escolas de tempo integral**. Com isso, **será possível que os jovens continuem desenvolvendo as competências gerais que fazem parte da base comum e possam se dedicar a atividades de cunho mais prático e aplicado, desenvolvendo competências específicas em áreas profissionais, capacitando-se para o trabalho qualificado, e continuem os estudos em nível superior, em cursos tecnológicos e superiores**, em uma etapa seguinte. – (22/09/16, 20h21)

8ª - “É importante ressaltar que a **opção pela formação técnica profissional – cursos técnicos nas áreas de serviços, saúde, indústria, agricultura e outros – proposta no novo modelo, deve corresponder à parte da flexibilidade do currículo** do novo ensino médio”, explicou o ministro. – (22/09/16, 20h21)

9ª - **O modelo de ensino integral proposto já foi alvo de vários estudos que demonstram que o impacto em proficiência e fluxo é bastante relevante**. Ele foi inspirado na **experiência exitosa de Pernambuco, onde cerca de metade da rede é de ensino médio integral**. – (22/09/16, 20h21)

10ª - Conforme anunciado pelo presidente da República, Michel Temer, e pelo ministro da Educação, Mendonça Filho, durante cerimônia no Palácio do Planalto, na quinta-feira, 22, **a medida considera prioritária a aprendizagem do aluno e a manutenção dos jovens na escola, a partir de uma proposta curricular que contemple as necessidades individuais dos estudantes e ofereça oportunidades equivalentes às ofertadas nos principais países**. – (23/09/16, 14h38)

11ª - **Com as mudanças, os estudantes terão 1.200 horas que serão dedicadas aos conteúdos estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular** para o ensino médio, **nas outras 1.200 horas eles poderão se dedicar ao aprofundamento de conhecimentos de suas áreas de interesse**, como ciências humanas e ciências da natureza, além de poderem se dedicar a **formação técnica e profissional**. – (23/09/16, 18h52)

12ª - **Trata-se da maior mudança ocorrida na educação brasileira nos últimos anos**, desde a Lei das Diretrizes e Bases da Educação [[Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#)]. – (23/09/16, 14h38)

13ª - (...) De acordo com Maria Inês, a baixa autoestima desses estudantes, que, em sua maioria, vêm de lares em que os pais não cursaram a educação superior, os induz a deixar de fazer o Enem. **“Nesse sentido, a reforma do ensino médio é mais do que apropriada porque fará com que a escola seja mais amigável, mais acolhedora, e esteja de acordo com a trajetória de vida dos alunos”**, afirmou. – 04/10/16, 15h48

14ª - **“A reforma do ensino médio é um passo extraordinário”**, disse. **“É a maior mudança na educação brasileira desde 1998**, quando foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o Fundef [atual Fundeb, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação].” – 04/10/16, 15h48

15ª - O comunicado relaciona os **principais objetivos da reforma**, como **flexibilizar os currículos escolares, ampliar a jornada e reforçar o ensino profissionalizante**, além de **fortalecer o pacto federativo**, ao **descentralizar as decisões para os estados**, que passam a ter papel preponderante nas **decisões de currículo e organização dessa etapa da educação básica**. – (26/10/16, 18h02)

16ª -(...) a reforma do ensino médio –, com base em uma **grade curricular mais enxuta e flexível, na adoção paulatina do ensino integral e na formação dos professores**. – (26/10/16, 18h02)

17ª - Além disso, de acordo com Swars, **os estudantes podem continuar no sistema educacional**. **“É possível começar no ensino técnico e chegar ao doutorado, se ele optar por isso”**, garantiu. – (17/11/16, 17h01)

18ª - A proposta do Novo Ensino Médio **visa a flexibilizar o currículo escolar, ampliar a jornada e reforçar o ensino profissionalizante**. Além disso, busca **melhorar a gestão escolar, o peso e a divisão dos recursos públicos alocados para a área da educação**. – (07/12/16, 23h04)

19ª - Voltado essencialmente para a aprendizagem, o novo modelo também **valoriza a formação de professores e dá mais liberdade para que o estudante escolha as áreas de conhecimento de seu interesse**, de acordo com a vocação ou projeto de vida. **“Com a reforma, os jovens terão a oportunidade de escolher seu itinerário formativo”**, explicou Mendonça Filho. **“Eles poderão definir suas prioridades com ênfase nas suas áreas de interesse**. – (07/12/16, 23h04)

20ª - A proposta analisada pelos parlamentares **permitirá ao estudante escolher os itinerários formativos, dentro das áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional**. – (07/12/16, 23h04)

21ª - **“Precisamos gerar perspectivas de futuro, valorizar a flexibilidade do ensino e o protagonismo do jovem na definição da sua própria trajetória rumo à educação técnica profissionalizante ou rumo à universidade.”** – (07/12/16, 23h04)

22ª - O presidente lembrou, no entanto, que **a reformulação do ensino médio não trata só**

da mudança de currículo. Ele destacou que a **proposta envolve, ainda, a formação de professores, a organização da escola, da estrutura, a forma de contratação dos professores e a chegada do material didático no ambiente escolar, além de questões relacionadas a novas tecnologias.** “O principal é a forma de tornar esse ensino médio mais atrativo para o jovem, que faça sentido para ele”, ressaltou. – (15/12/16, 10h18)

23ª - Para o ensino médio, será proposta uma nova formatação, que terá como diretriz a diversificação da oferta para possibilitar aos jovens diferentes percursos acadêmicos e profissionalizantes de formação. – (09/01/17, 19h01)

24ª - A reforma do ensino médio será instrumento fundamental para a melhoria do ensino no país. Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá maior diálogo com os jovens, que poderão adaptar-se segundo inclinações e necessidades pessoais. Com isso, o ensino médio aproximará ainda mais a escola do setor produtivo à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. E, sobretudo, permitirá a cada aluna e aluno que siga o caminho de suas vocações e sonhos profissionais. – (08/02/17, 22h17)

25ª - No novo modelo o jovem passará mais tempo na escola: a jornada escolar do Ensino Médio será progressivamente ampliada para 1.400 horas, como dispõe o Plano Nacional de Educação (PNE). – (08/02/17, 22h17)

26ª - O novo sistema deverá contribuir ainda para, em poucos anos, colocar o Brasil em melhores posições em exames internacionais de avaliação de desempenho escolar, como o PISA, em benefício, portanto, dos estudantes brasileiros e de nossa sociedade. – (08/02/17, 22h17)

27ª - Entre as principais mudanças estão a flexibilização curricular, a ampliação da carga horária e a formação técnica na grade do ensino médio. A reforma ainda prevê política de indução da escola em tempo integral. – (16/02/17, 11h30)

28ª - Mendonça Filho destacou que o novo ensino médio vai ser mais atrativo e permitirá a melhora na qualidade da educação. “Essa é a maior mudança estrutural na educação básica do Brasil em décadas e mostra a sintonia do nosso governo com os projetos de futuro dos jovens do país”, enfatiza. **“O novo ensino médio vai proporcionar mais protagonismo para o jovem e mais oportunidades para ele do ponto de vista profissional e educacional.”** – (16/02/17, 11h30)

29ª - Na esteira da reforma, destacou o ministro, há boas perspectivas. “Entre as coisas que queremos fazer nos próximos anos está alinhar o ensino médio com o ensino profissionalizante, hoje restrito a 8% do total de matrículas”, afirmou. “Em três anos, queremos dobrar a oferta de ensino público em tempo integral”. – (16/02/17, 11h30)

30ª - Algumas mudanças já estão definidas. Com o novo ensino médio, a carga horária subirá de 800 para 1,4 mil horas anuais. As escolas devem fazer essa ampliação de forma gradual, em um prazo de cinco anos. O texto aprovado **permite ainda que as redes autorizem profissionais com notório saber a ministrar aulas exclusivamente em disciplinas dos cursos técnicos e profissionalizantes.** – (16/02/17, 11h30)

31ª - A BNCC, que será obrigatória para todas as escolas, vai ocupar o máximo de 60% da carga horária total do ensino médio. O tempo restante deve ser preenchido por disciplinas de interesse do aluno, que vai eleger prioridades de acordo com a formação

desejada em uma das cinco áreas de interesse — linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. – (16/02/17, 11h30)

32ª - Com a mudança, **o jovem pode optar por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino médio regular e, ao final dos três anos, receber os dois certificados.** Os estados e o Distrito Federal organizarão seus currículos a partir da BNCC e das demandas dos jovens, que **terão melhores chances de fazer escolhas e construir projetos de vida.** – (16/02/17, 11h30)

33ª - Além dos componentes curriculares previstos na BNCC, **o novo ensino médio prevê a obrigatoriedade das disciplinas de língua portuguesa e matemática ao longo dos três anos.** Além disso, a língua inglesa, não obrigatória, segundo a [Lei de Diretrizes e Bases da Educação](#) (LDB) [Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996], passará a ser a partir do sexto ano do ensino fundamental. **No ensino médio, as redes poderão oferecer outras línguas estrangeiras, com preferência para o espanhol.** – (16/02/17, 11h30)

4.2.1.4. Trâmites e debates sobre a reforma do ensino médio

1ª - (...) **O evento discutiu os desafios da qualidade na educação e a reforma do ensino médio.** – (23/09/16, 18h52)

2ª - Em dois dias de programação gratuita (23 e 24 de setembro), o Educação 360 reúne nomes de peso da educação mundial na Escola Sesc de Ensino Médio do Rio de Janeiro. **Nos encontros, sociedade e representantes das esferas pública e privada debatem os rumos da educação** e conhecem casos inovadores e bem-sucedidos no Brasil e no mundo. **A programação inclui palestras, mesas de debate e oficinas sobre educação,** cultura, tecnologia, inovação e nutrição. – (23/09/16, 18h52)

3ª - Ao dar posse ao novo presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Eduardo Deschamps, nesta quinta-feira, 6, o ministro da Educação, Mendonça Filho, afirmou que **o conselheiro assume com a responsabilidade de presidir o debate de temas extremamente relevantes para o país, como a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** – (06/10/16, 14h14)

4ª - Mendonça Filho defendeu a medida provisória como ferramenta adequada para dar andamento à reforma do ensino médio. **“As pessoas encaram a MP como se fosse um decreto inalterável, imposto. Ela pode ser alterada e até mesmo recusada ao longo do processo”, afirmou.** “O que ela faz é traduzir relevância e urgência, que é o caso do ensino médio brasileiro.” – (06/10/16, 14h14)

5ª - “Infelizmente, o Brasil se acostumou a debater apenas temas econômicos. **Com a edição da medida provisória [nº 746, de 22 de setembro último], a educação voltou a ocupar o espaço de debate”,** disse o ministro, numa referência à MP do Novo Ensino Médio. “Estou convicto de que esse é o caminho para construir um consenso mínimo em torno da educação. E o CNE expressa essa vertente, essa unidade na defesa da educação de qualidade. **Conto com o novo presidente para que o CNE atue de forma exaustiva nesse debate.**” – (06/10/16, 14h14)

6ª - O comunicado destaca que **a reformulação no ensino médio vem sendo discutida há vários anos** e há décadas especialistas e entidades como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) vêm **apresentando propostas para a educação (...)**–

(26/10/16, 18h02)

7ª - **Integrante de uma das mesas de discussão**, a diretora do Instituto Europeu de Educação e Política Social, Janet Looney, falou sobre a possibilidade de os estudantes estarem entediados com os currículos tradicionais. – (17/11/16, 17h01)

8ª - **O ministro debateu com os deputados diversos temas da pasta, com ênfase na pauta da reforma do ensino médio.** – (23/11/16, 19h35)

9ª - O senador Pedro Chaves (PSC-MS), relator da medida provisória, reforçou que sempre esteve atento às demandas sobre o tema. “Há um grande equívoco no discurso da senadora e da deputada com relação à democratização da medida provisória. **Eu nunca vi tanta generosidade de um ministro da Educação e do presidente da República de permitir tantas audiências públicas para debater o mesmo tema**”, disse. “**Eu peguei um relatório integral da Câmara e anexei à MP. Ouvi a TV Senado, todos os depoimentos. Analisei mais de 566 emendas, quando foram aproveitadas mais de 90 delas. Isso significa que é um documento totalmente democratizado em todos os sentidos. Não pode ninguém reclamar que não ouve diálogo**”. – (28/11/16, 20h21)

10ª - **Na próxima semana, serão votados os destaques ao texto base da medida provisória. Depois, o documento seguirá para votação no plenário do Senado Federal. O prazo para tramitação se encerra em março do próximo ano.** – (07/12/16, 23h04)

11ª - **O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira, 7, por 263 votos a 106 e três abstenções, o texto-base da Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro deste ano, que reformula o ensino médio no país.** – (07/12/16, 23h04)

12ª - Mendonça Filho salienta que a discussão em torno da reforma do ensino médio está em curso há pelo menos dez anos. **Somente agora, na gestão do presidente da República, Michel Temer, o governo federal entrou em ação e promulgou a medida provisória, em função da urgência do tema.** De acordo com o ministro, os dados do ensino médio são preocupantes, uma vez que os jovens hoje sabem menos matemática e português do que na década de 1990. “Há um diagnóstico consensual de que a educação brasileira, principalmente o ensino médio, está na UTI”, afirmou. “Por isso, exigia-se providência imediata.” – (07/12/16, 23h04)

13ª - **Um dos temas mais debatidos na área da educação atualmente é a reformulação do ensino médio no país.** – (15/12/16, 10h18)

14ª - “**Eu participo da discussão da questão do ensino médio desde 2012. Discuti essa demanda como secretário da educação e como presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação [Consed] com seis ministros, e basicamente há um consenso.**” – (15/12/16, 10h18)

15ª - (...)a proposta de mudança é fruto de vários estudos. “**É lógico que o debate com a sociedade precisa ser aprofundado – e será, dentro do CNE. Há todo um processo ainda de construção a ser feito, e o conselho vai abrir as portas para que esse debate possa ser feito**”, garantiu. – (15/12/16, 10h18)

16ª - A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também está entre as atribuições do CNE. Segundo o titular do conselho, **o órgão já possui uma comissão bicameral voltada à análise da proposta. “Assim que o Ministério da Educação encaminhar a última versão**

do documento, os conselheiros vão se debruçar sobre os textos que foram elaborados, realizar seminários, consultas públicas e audiências para aprimorar ainda mais a proposta e, a partir daí, gerar um parecer que poderá se transformar em resolução. – (15/12/16, 10h18)

17ª - O entrevistado explicou que **a BNCC é um dos pilares para a nova organização do ensino médio, pois só a partir de sua aprovação é que a reformulação poderá ser colocada em prática.** Isso não significa dizer, no entanto, que o que for aprovado agora na LDB será aplicado imediatamente. **“Essas mudanças orientam a elaboração do novo ensino médio. Primeiramente, muda-se a arquitetura do ensino. Dessa mudança, é elaborada a Base Comum Curricular, e a partir daí, é feita a regulamentação, que levará às escolas as mudanças que todos estão esperando do ensino médio”,** concluiu. – (15/12/16, 10h18)

18ª - **A proposta de reforma, em debate no Congresso Nacional, acaba de ser enviada para apreciação do Senado Federal. Os destaques ao texto-base da Medida Provisória nº 746/2016 foram aprovados pelo plenário da Câmara dos Deputados na última terça-feira, 13.** – (15/12/16, 10h18)

19ª - **O Comitê Gestor da Base Nacional Curricular Comum e Reforma do Ensino Médio está reunido em São Paulo nestas segunda-feira, 9, e terça, 10, para concluir a versão final do documento que vai balizar o ensino fundamental em todo o país.** Ajustes finais, inclusão das análises críticas e a revisão de cada área fazem parte da intensa agenda de trabalho. – (09/01/17, 19h01)

20ª - A secretária executiva do MEC e presidente do comitê, Maria Helena Guimarães de Castro, explica que **ainda estão sendo recebidas sugestões.** “A reunião de hoje [9] **discutiu as sugestões dos leitores críticos e os redatores apresentaram a versão final de cada área. Até o fim de janeiro teremos uma rodada de seminários com várias entidades, como Consed [Conselho nacional de Secretários de Educação], Undime [União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação] e especialistas”,** disse. – (09/01/17, 19h01)

21ª - **O comitê foi criado em julho, para acompanhar o processo de discussão da segunda versão preliminar da Base. Vai encaminhar ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a proposta final do documento, além de contribuir com subsídios para a reforma do ensino médio.** – (09/01/17, 19h01)

22ª - **A Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República divulgou na noite desta quarta-feira, 8, nota sobre a aprovação da Medida Provisória (MP) nº 746, que reformula o ensino médio no país, no plenário do Senado Federal. Foram 43 votos a favor, 13 contra e nenhuma abstenção. A MP segue, agora, para sanção do presidente da República, Michel Temer.** – (08/02/17, 22h17)

23ª - **A aprovação da reforma do ensino médio conclui com êxito um longo ciclo de debates iniciado há muito tempo na área da educação.** As soluções eram amplamente conhecidas não só por especialistas, mas também pela classe política e pela sociedade em geral. Faltava vontade política para chegar a um resultado com a urgência exigida pelo assunto. – (08/02/17, 22h17)

24ª - **O ministro da Educação, Mendonça Filho, debateu com estudantes de Recife, na última segunda-feira, 13, a reforma do ensino médio, aprovada pelo Senado em 8 de**

fevereiro e à espera de sanção presidencial. Ele falou sobre as principais mudanças que a reformulação trará, na prática, para os estudantes. **A discussão foi realizada durante a aula inaugural do ano letivo de 2017 do colégio Motivo, com a presença de alunos, professores, pais e sociedade civil.** – (15/02/16, 18h20)

25ª - A estudante **Giovana Palas Soares Santos também celebrou o debate apresentado na escola** onde vai cursar o terceiro ano do ensino médio. **“Eu acho que todo debate sobre educação é muito importante, principalmente num país como o Brasil, em que pouco se fala sobre isso”,** disse. **“Foi importante a gente saber, por exemplo, se o que está sendo falado na internet é verdade ou não”,** concluiu. – (15/02/17, 18h20)

26ª - **A Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, agora transformada em lei, foi aprovada na última semana, no Senado Federal, por 43 votos a favor, 13 contra e nenhuma abstenção.** – (16/02/17, 11h30)

27ª - Após a sanção presidencial, **o próximo passo para implantar o novo ensino médio é a publicação do texto final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que está sendo debatido e elaborado por comitê presidido pela secretária executiva do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro.** “Vamos aprovar, com a participação de toda a sociedade, a Base Nacional Comum Curricular”, assegurou o ministro. – (16/02/17, 11h30)

28ª - **O ministro ressaltou o avanço representado pela reforma ao destacar que foi preservado todo o eixo central da proposta.** “Conseguimos a mais relevante estruturação na educação pública brasileira dos últimos 20, 30 anos”, afirmou. **“Houve debates durante esse período; o que não existia, na prática, era vontade política de avançar.”** – (16/02/17, 11h30)

4.2.1.5. Autoridade e sociedade em defesa do novo ensino médio

1ª - “Nosso foco é manter o aluno da escola e **oferecer a ele uma educação de qualidade, dentro de um formato flexível,** atual, viável e adequado à sua necessidade e ao seu projeto de vida”, **defendeu o ministro Mendonça Filho.** – (22/09/16, 20h21)

2ª - A secretária executiva do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães Castro, também **defendeu a reforma do ensino médio.** “Os dados mostram que quanto maior o nível socioeconômico, melhor é o desempenho. Isso revela a enorme desigualdade do ensino médio”, afirmou. **“A reforma vem justamente para reverter isso, para promover a equidade.”** – (04/10/16, 15h48)

3ª - **Mendonça Filho defendeu a medida provisória como ferramenta adequada para dar andamento à reforma do ensino médio.** – (06/10/16, 14h14)

4ª - **Mendonça Filho defendeu a medida provisória como ferramenta adequada para dar andamento à reforma do ensino médio.** “As pessoas encaram a MP como se fosse um decreto inalterável, imposto. Ela pode ser alterada e até mesmo recusada ao longo do processo”, afirmou. “O que ela faz é traduzir relevância e urgência, que é o caso do ensino médio brasileiro.” – (06/10/16, 14h14)

5ª - **O Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE) manifestou-se favoravelmente**

ao projeto do Novo Ensino Médio, enfatizando a urgência e relevância do tema. – (26/10/16, 18h02)

6ª - “Tal proposta procura retomar e fortalecer a flexibilização da oferta do ensino médio, há muito **defendida por alunos, familiares, educadores e gestores da área**”, salienta o documento. – (26/10/16, 18h02)

7ª - Também presente, a secretária-executiva do MEC, Maria Helena de Castro, **defendeu a reforma proposta pelo governo federal para o ensino médio. “No momento em que a Finlândia extinguiu o conteúdo tradicional, só oferecendo língua e matemática, não faz sentido estarmos presos a um currículo ultrapassado”**, disse. – (17/11/16, 17h01)

8ª - Outro convidado foi Erik Swars, gerente internacional sênior do Instituto Federal para Educação Vocacional da Suíça. Em seu país de origem, os estudantes já escolhem, ao concluírem o ensino fundamental, entre o ensino médio ou o técnico. “Na Suíça, o dado é surpreendente: dois terços dos jovens optam pelo caminho do ensino técnico”, revelou. “Para os jovens, essa é uma opção muito atraente por causa do trabalho e do salário.” – (17/11/16, 17h01)

9ª - Ao participar de audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira, 23, **o ministro da Educação, Mendonça Filho, ressaltou que continua aberto ao diálogo com parlamentares, estudantes, professores e sociedade. “Sempre que me chamarem, virei para dialogar e defender a reforma do ensino médio, um tópico tão importante”**, disse. “Esta será uma mudança para os jovens brasileiros, que hoje são vítimas de um sistema educacional excludente.” – (23/11/16, 19h35)

10ª - **Em entrevista à TV NBR, o presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Eduardo Deschamps, defendeu a implantação das mudanças.** “Essa é uma demanda muito antiga; os resultados apontam para isso”, disse. – (15/12/16, 10h18)

11ª - **O aluno do ensino médio João Pedro Barreto aprovou as mudanças sugeridas na Medida Provisória nº 746, que reformula o ensino médio no país.** Segundo ele, o debate foi fundamental para que ele compreendesse a proposta. **“É uma mudança muito mais radical do que eu esperava”, disse. João Pedro observou que “uma mudança na educação era necessária e urgente”.** “Acho que uma das falhas dos governos anteriores foi não ter debatido tanto a educação, que é a base para tudo. Não existe nenhuma outra área profissional que não seja fruto da educação.” – (15/02/17, 18h20)

12ª - **O ministro da Educação, Mendonça Filho, defendeu, nesta quinta-feira, 16, um consenso nacional em torno da educação. “A educação é prioridade e tem de estar acima de filiação partidária ou ideológica”, disse, durante a sanção da Lei do Novo Ensino Médio, pelo presidente da República Michel Temer, no Palácio do Planalto.** – (16/02/17, 11h30)

4.2.2. Categorias relacionadas as notícias do *site* Portal R7

4.2.2.1. Resistência em relação a REM

1ª - **A medida já vem causando polêmica entre entidades do setor, por causa do "atalho" proposto pelo ministro da Educação, Mendonça Filho**, ou seja, o fato de propor as mudanças por meio de Medida Provisória (que vigora a partir da publicação no Diário Oficial da União) e não projeto de lei, com trâmite no Congresso e discussão mais ampla. – (22/09/16, 07h30)

2ª - **Os estudantes de ensino médio ocuparam na madrugada desta sexta-feira, 7, o Colégio Estadual do Paraná (CEP)**, o maior do Estado, com mais de cinco mil alunos matriculados. **A ocupação é um protesto contra a reforma no ensino médio** proposta pelo governo Michel Temer. **Além dele, outros 45 colégios situados em 15 cidades, incluindo a capital, estão tomados por estudantes.** – (07/10/16, 19h58)

3ª - **As ocupações tiveram início na quarta-feira, 5.** Em nota, a União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES), disse que **a reforma no ensino médio, por meio de medida provisória "é limitada e não nos representa"**. A UPES diz, ainda, que **"a proposta tem sido veementemente refutada pelo movimento estudantil, que discorda do projeto autoritário que pretende eliminar o pensamento crítico das instituições de ensino"**. – (07/10/16, 19h58)

4ª - **Após estudantes invadirem duas escolas estaduais em São Paulo contra a medida provisória que reforma o ensino médio no País, proposta pelo governo Michel Temer**, a Secretaria Estadual da Educação (SEE) anunciou que vai promover um "amplo debate" com alunos e professores. Com isso, **o governo Geraldo Alckmin (PSDB) pretende evitar que novas ocupações aconteçam pelo Estado.** – (11/10/16, 09h)

5ª - **Os alunos afirmam que fazem encontros e assembleias nas instituições para discutir a possibilidade de novas ocupações nos próximos dias.** – (11/10/16, 09h)

6ª - A decisão da gestão Temer de promover as mudanças por meio de medida provisória também é **alvo de críticas.** – (11/10/16, 09h)

7ª - **Um protesto de estudantes, contra a reforma do ensino médio, terminou em confusão no centro de São Paulo** no início da tarde desta terça-feira (18). **Após um ato, que seguiu da avenida Paulista até a praça da República, os jovens tentaram fazer um "catracaço" no metrô** — pular as catracas sem pagar a passagem — e foram impedidos pelos seguranças. – (18/10/16, 16h05)

8ª - A reforma do ensino médio foi **anunciada em setembro pelo governo Michel Temer (PMDB)** e, desde então, **vem motivando diversos protestos de estudantes pelo país.** De acordo com a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), **em todo o Brasil já são 672 instituições de ensino ocupadas por alunos contra a reforma e a PEC 241.** – (18/10/16, 16h05)

9ª - A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou nesta quarta-feira, 23, **uma nota em que considerada "abusiva" e "inadequada" a reforma do ensino médio - proposta pelo governo Michel Temer - por meio de medida provisória.** De acordo com o texto, **"toda a vez que um processo dessa grandeza ignora a sociedade civil como interlocutora, ele se desqualifica"**. A CNBB pondera a necessidade de mudanças na educação, mas **considera "inadequado e abusivo que esse assunto seja tratado através de uma Medida Provisória"**. – (23/11/16, 20h42)

10ª - **Desde a publicação da medida provisória do ensino médio, pelo menos 1.197 instituições de ensino foram ocupadas pelos estudantes**, em 19 Estados e no Distrito Federal (DF), de acordo com levantamento da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). – (23/11/16, 20h42)

11ª - **A polêmica sobre a reforma do ensino médio está levantando várias discussões.** – (30/11/16, 11h26)

12ª - **A proposta é considerada polêmica** por mexer em toda a estrutura de aprendizagem do Ensino Médio. – (13/12/16, 21h45)

13ª - **A Medida Provisória foi um dos principais motivos que levaram estudantes de todo País a ocuparem escolas em protesto contra o governo federal** no segundo semestre deste ano. **Mais de mil unidades de ensino foram tomadas por jovens contrários às mudanças, o que levou, inclusive, ao adiamento da prova no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) para cerca de 270 mil inscritos.** – (13/12/16, 21h45)

4.2.2.2. Defasagem e necessidade de mudança no atual ensino médio

1ª - "**Há um senso forte de urgência**", justificou **Mendonça** em fala no plenário da Câmara dos Deputados na quarta-feira (21) em sessão solene comemorativa aos 10 anos do movimento Todos Pela Educação. – (22/09/16, 07h30)

2ª - **Convencido pelo ministro da "necessidade urgente de mudar a arquitetura legal" desta etapa da educação básica, o presidente Michel Temer aceitou editar a MP.** – (22/09/16, 07h30)

3ª - Para o governo do Estado, "**pesa contra o modelo atual a pouca flexibilidade do currículo e a fraca conexão entre o que o estudante aprende e seu projeto de vida**". – (11/10/16, 09h)

4.2.2.3. Alterações propostas na REM

1ª - **A reformulação tem o objetivo de evitar a evasão escolar e melhorar a qualidade.** Com a nova proposta, **a carga horária passa de 800 para 1.400 horas/ano —, exigindo turno integral.** O currículo, que hoje abarca 13 disciplinas obrigatórias, também sofrerá modificações. – (22/09/16, 07h30)

2ª -Durante todo o primeiro ano e metade do segundo, o estudante seguirá aprendendo o básico de cada matéria, com base nos pilares que já norteiam o Enem (Exame Nacional de Ensino Médio): Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Matemática. **No ano e meio seguinte, porém, ele terá mais flexibilidade para priorizar assuntos que sejam da sua área de interesse para um futuro ensino técnico ou superior. Por exemplo: se o aluno quiser ser engenheiro, o programa aprofundará as disciplinas de Exatas.** – (22/09/16, 07h30)

3ª - Para o presidente do Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação), Eduardo Deschamps, **ao ver que o conteúdo aprendido pode realmente ter aplicabilidade na vida prática o aluno se sentirá mais interessado e motivado a continuar o ensino médio.** – (22/09/16, 07h30)

4ª - **A proposta enviada ainda prevê que 50% do currículo será obrigatório e comum nacionalmente; os outros 50%, ficarão a cargo dos sistemas estaduais, incluindo a formação técnica profissionalizante** (como parte complementar às matérias).

5ª - Segundo fontes do MEC, para reduzir o déficit de professores, **a pasta também deve**

permitir a contratação de docentes com "notório saber", ou seja, quem leciona Matemática não necessariamente precisará ter formação na disciplina — poderá ser em Física, por exemplo. – (22/09/16, 07h30)

6ª - Anunciado na quinta-feira (22), o texto confirma que apenas as disciplinas de Português, Matemática e Inglês serão obrigatórias durante os três anos do ensino médio. – (23/09/16, 16h26)

7ª - As demais matérias passam a ser optativas da metade para o fim da etapa, a depender da área de conhecimento que o aluno decidir seguir, entre cinco possibilidades: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional. – (23/09/16, 16h26)

8ª - A reforma do ensino médio prevê a flexibilização do currículo, com disciplinas optativas. – (11/10/16, 09h)

9ª - A MP, que estabelece a partir de 2017 mais horas de aulas e menos disciplinas, com metade do curso montado pelo aluno, é a maior mudança da educação brasileira em 20 anos, desde a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. – (23/11/16, 20h42)

10ª - Pela reforma, o estudante vai ter que escolher logo no primeiro ano uma área específica e ficará mais tempo na escola; a carga mínima anual aumentará, progressivamente, de 800 até chegar a 1.400 horas. – (09/12/16, 00h01)

11ª - Entre outros pontos, a proposta aprovada na Câmara ampliou de 50% para 60% a composição do currículo da etapa preenchido pela Base Nacional Comum. Os 40% restantes serão destinados aos chamados itinerários formativos, em que o estudante poderá escolher entre cinco áreas de estudo: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. – (13/12/16, 21h45)

12ª - O projeto prevê, ainda, que os estudantes escolham a área na qual vão se aprofundar já no início do Ensino Médio. Foi mantida no texto a permissão para que profissionais com notório saber, ou seja, sem formação acadêmica específica na área, possam dar aulas no ensino técnico e profissional. – (13/12/16, 21h45)

13ª - A proposta também estabelece uma meta intermediária de ampliação da carga horária para pelo menos mil horas anuais no prazo máximo de cinco anos para todas as escolas do Ensino Médio. – (13/12/16, 21h45)

14ª - A reforma do ensino médio define que as escolas devem passar a oferecer opções de itinerários formativos para os estudantes. Eles deverão optar por uma formação com ênfase em linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas ou formação técnica. Parte da formação (40%) será voltado para a ênfase escolhida e o restante do tempo, para a formação comum, definida pela Base Nacional Comum Curricular. – (13/02/17)

15ª - A reforma do ensino médio define ainda que as escolas devem ampliar a carga horária para 5 horas diárias – atualmente a obrigação é 4 horas diárias – em cinco anos. A intenção é que progressivamente ampliem a carga horária para 7 horas diárias, para ofertar educação em tempo integral. – (13/02/17)

16ª - O projeto flexibiliza a grade curricular, permitindo que o estudante escolha parte

das matérias que irá cursar. – (16/02/17, 14h36)

17ª - O texto aprovado no Congresso divide o conteúdo do ensino médio em duas partes: **60% para disciplinas comuns a todos, a serem definidas pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular), e 40% para que o aluno aprofunde seus conhecimentos em uma área de interesse**, entre as opções Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Profissional. **A proposta original do governo defendia uma divisão 50% a 50%.** – (16/02/17, 14h36)

18ª - Outro pilar da medida é **ampliar a oferta de turno integral de 800 horas para 1,4 mil horas anuais**, mediante financiamento da União aos Estados e ao Distrito Federal durante dez anos. **As disciplinas de Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes funcionarão como matérias "optativas". As escolas serão obrigadas a oferecer as matérias, mas ficará a cargo do aluno escolher estudar as disciplinas ou não.** – (16/02/17, 14h36)

4.2.2.4. Processo, trâmites e debates sobre REM

1ª - **O governo Michel Temer divulga na quinta-feira (22) a maior mudança da educação brasileira em 20 anos**, desde a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. – (22/09/16, 07h30)

2ª - **Com o desempenho ruim dos alunos nas avaliações recentes, e sem previsão de avanços no Congresso, a reforma do ensino médio virá por Medida Provisória**, estabelecendo a partir de 2017 mais horas de aulas e menos disciplinas, com metade do curso montado pelo aluno. – (22/09/16, 07h30)

3ª - (...) **a reformulação será implementada pelas redes estaduais de forma gradual e ainda não há prazo definido para que todas as escolas estejam plenamente de acordo com o que preconiza o texto.** – (22/09/16, 07h30)

4ª - Mendonça Filho ainda disse a outros interlocutores que **a MP que será editada na quinta-feira "reflete 99%" do que já foi discutido no âmbito do Consed, que vem debatendo a proposta há mais de dois anos.** A área de educação do governo, porém, tentado evitar "vazamentos" sobre o conteúdo da MP. Isso para não esvaziar **o ato oficial de lançamento, que será na quinta-feira, às 15h, quando Temer volta de sua participação na Assembleia-Geral das Nações Unidas.** – (22/09/16, 07h30)

5ª - A oficialização da MP ocorre após o texto da medida distribuído na quinta-feira à tarde aos jornalistas, antes da cerimônia de assinatura, causar polêmica ao dispensar o ensino de Artes e Educação Física durante todo o ensino médio. No início da noite, porém, a Secretaria de Educação Básica do MEC informou que a redação divulgada estava errada e carecia de "ajustes técnicos", mas o texto publicado no DOU não foi alterado. – (23/09/16, 16h26)

6ª - **O governo federal editou na tarde desta sexta-feira (23) edição extra do DOU (Diário Oficial da União), na qual está publicada a Medida Provisória 746, que reestrutura o currículo do ensino médio do País.** – (23/09/16, 16h26)

7ª - Já Vera Lucia da Costa Antunes, coordenadora pedagógica do Objetivo, acredita

que não dever haver mudança. "O que os alunos vão aprender como base comum é o que o Enem já cobra e é também o que já aparece na primeira fase da Fuvest. Uma grande revisão no final do 3.º ano resolve. Já a etapa de especialização vai servir para a segunda fase." – (24/09/16, 11h21)

8ª - Wilson Levy, assessor do secretário da Educação José Renato Nalini, e coordenador do projeto Gestão Democrática, disse que **a expectativa da secretaria é evitar novas invasões usando o diálogo. "A sinalização do poder público é de que vamos discutir, tudo será transparente e com a participação do estudante", afirmou.** – (11/10/16, 09h)

9ª - **Levy explicou que a discussão com os alunos será feita primeiro nas escolas, já que houve o "fortalecimento de espaços de democratização", como a eleição para os grêmios estudantis. "O estudante é o destinatário dessa política pública e, por isso, precisa ser engajado para entrar nessa discussão."** Segundo Levy, **depois da discussão nas escolas, serão marcados debates nas 91 diretorias de ensino do Estado e um encontro estadual.** – (11/10/16, 09h)

10ª - **A proposta de fortalecimento dos "espaços de participação" nas escolas estaduais surgiu quase um ano depois de estudantes da rede estadual terem invadido quase 200 escolas, no ano passado, em protesto contra a reorganização da rede estadual proposta pelo governo Geraldo Alckmin.** – (11/10/16, 09h)

11ª - (...)a secretaria afirmou que **"nada será mudado" antes do debate.** – (11/10/16, 09h)

12ª - **Uma das principais polêmicas da medida foi a retirada da exigência de Artes e Educação Física. No entanto, o governo disse que elas serão contempladas.** – (11/10/16, 09h)

13ª - **A Medida Provisória que reforma o ensino médio foi editada por Temer em 22 de setembro e encaminhada para discussão do Congresso no dia 23.** – (23/11/16, 20h42)

14ª - A nota do CNBB foi divulgada após reunião do Conselho Episcopal Pastoral (Consep), em Brasília, nesta terça, 22, e quarta-feira, 23. **Além de criticar a forma como a mudança foi conduzida, a nota também questiona a possível exclusão de disciplinas como Artes e Educação Física da grade curricular obrigatória do ensino médio.** "Dizer que disciplinas como filosofia, sociologia, educação física, artes e música são opcionais na formação do ser humano é apostar em um modelo formativo tecnicista que favorece a lógica do mercado e não o desenvolvimento integral da pessoa e da sociedade", diz o texto. **O texto também apontou "surdez social" do governo, em não ouvir estudantes e professores e conclamou a sociedade, em especial os alunos e suas famílias, "a não se deixar vencer pelo clima de apatia e resignação". A CNBB defende ser fundamental a participação popular "pacífica" na busca de soluções, "sempre respeitando a pessoa e o patrimônio público".** – 23/11/16, 20h42)

15ª - **A Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta (8), o texto base da reforma do Ensino Médio, com algumas mudanças em relação à MP do governo.** – (09/12/16, 00h01)

16ª -Com a inclusão da obrigatoriedade das disciplinas de educação física, arte, sociologia e filosofia na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, **a Câmara dos Deputados concluiu, nesta terça-feira (13), a votação da Medida Provisória 746/16, que trata da**

reforma da etapa. O texto-base foi aprovado na semana passada, mas ainda era necessário votar os destaques que pretendiam modificar partes da proposta. O texto segue agora para o Senado. A inclusão das disciplinas foi o único ponto alterado no texto da MP na tarde dessa terça-feira. Os deputados rejeitaram os demais destaques. Durante toda a tramitação da MP na comissão especial foram apresentadas ao texto encaminhado pelo governo 570 emendas. – (13/12/16, 21h45)

17ª - O texto, aprovado no último dia 30 na comissão mista que analisou a matéria, incluiu artes e educação física entre as disciplinas obrigatórias para o Ensino Médio. Essas disciplinas, junto com sociologia e filosofia, fazem parte da atual grade curricular, mas tinham sido suprimidas no texto da MP encaminhado pelo Palácio do Planalto. – (13/12/16, 21h45)

18ª - O destaque aprovado em plenário, de autoria do deputado André Figueiredo (PDT-CE), mantém a obrigatoriedade da filosofia e da sociologia, mas não determina especificamente se elas deverão ser oferecidas nos três anos da etapa. Anteriormente, o plenário rejeitou uma emenda da senadora Vanessa Graziottin (PCdoB-AM) que pretendia tornar filosofia disciplina obrigatória desde o 1º até o 3º ano do Ensino Médio. – (13/12/16, 21h45)

19ª - Aprovada na quarta-feira (8), a reforma do ensino médio poderá ser implementada apenas em 2020 e ainda assim, não deve chegar imediatamente a todas as escolas. A previsão é dos estados e das escolas particulares. Isso porque a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), elemento fundamental para a implementação da reforma ainda está em discussão no Ministério da Educação (MEC). “Quem entra nos holofotes agora é a Base, o início da implantação da reforma é atrelado à Base”. A BNCC do ensino médio será definida pelo MEC e encaminhada para a aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE), para depois retornar à pasta para homologação. “Se isso ocorrer no segundo semestre, teremos até 2020 para iniciar o processo. Claro que vai depender de grande discussão, de várias definições. Começa agora uma etapa de discussão nos estados de como se dará a implementação”, diz. – (13/02/2017)

20ª - Os estados devem começar a implementar o novo modelo no segundo ano letivo subsequente à data de publicação da BNCC. Isso pode ser antecipado para o primeiro ano, desde que com antecedência mínima de 180 dias entre a publicação da Base Nacional e o início do ano letivo – ou seja, caso aprovada no primeiro semestre, poderia começar a vigorar em 2019. – (13/02/2017)

21ª - A diretora da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), Amábile Pacios, acredita que a reforma deve ser implementada em 2020 porque não há tempo hábil, sobretudo para o setor público se adequar. As escolas, segundo ela, precisam ter os projetos político-pedagógicos encaminhados às secretarias de educação para começarem a implementar as mudanças. “O setor [privado] é mais ágil na mudanças, mas no final depende da secretaria de educação, que define as normas e as propostas a serem implementadas. De qualquer maneira, vamos fazer a melhor proposta e prestar o melhor serviço”, diz. – (13/02/2017)

22ª - Em termos de implementação cada estado poderá definir a melhor forma de ofertar os itinerários formativos. As escolas particulares estudam parcerias entre si. Uma das possibilidades é que um conjunto de escolas próximas ofertem cada uma um itinerário e atenda também os estudantes das demais. – (13/02/2017)

23ª - **O presidente Michel Temer sancionou na manhã desta quinta-feira (16) a Lei do Novo Ensino Médio no Palácio do Planalto.** – (16/02/17, 14h36)

24ª - **Esta é a primeira reforma do governo Temer aprovada.** – (16/02/17, 14h36)

25ª - **A Medida Provisória do Ensino Médio foi aprovada pelo Congresso no último dia 8.** – (16/02/17, 14h36)

26ª - **O MEC (Ministério da Educação) pagou R\$ 295 mil para seis youtubers fazerem uma campanha publicitária sobre a reforma do ensino médio, sancionada nesta quinta-feira (16) pelo presidente Michel Temer (PMDB).** Os vídeos explicam as mudanças e fazem elogios à proposta, sem identificar que o conteúdo foi patrocinado pelo ministério. **A pasta informou ter pago os "influenciadores digitais" porque eles estão incluídos nas mídias digitais e complementam a estratégia de comunicação institucional para divulgação e esclarecimento sobre a reforma.** – (17/02/17, 20h12)

27ª - **A proposta original apresentada pelo MEC não explicitava a obrigatoriedade dessas duas disciplinas, além de Filosofia e Sociologia, no ensino médio, o que motivou críticas de especialistas e entidades. Foi apenas em dezembro, com uma emenda protocolada na Câmara, que a obrigatoriedade dessas disciplinas voltou a ser fixada.** – (17/02/17, 20h12)

4.2.2.5. Autoridades em defesa do novo ensino médio

1ª - "O mais determinante é o engajamento e o compromisso dos Estados em colocar tudo em prática, uma vez que o Brasil é o país das leis que não pegam. Mas **conversei com vários secretários e a adesão é fortíssima, maior do que se esperava**", disse ao jornal O Estado de S. Paulo a presidente executiva do Todos Pela Educação, Priscila Cruz, salientando que a diversificação das trajetórias formativas é um dos pontos principais para melhorar o ensino médio. – (22/09/16, 07h30)

2ª - Durante a cerimônia, ele declarou que a proposta é fruto de uma "ousadia responsável" do governo, que **continuará defendendo a aprovação das "grandes reformas"**. – (16/02/17, 14h36)

3ª - **O presidente avaliou que a reforma foi "consensuada" entre o governo, o Congresso e a sociedade, que agora "recebe o aplauso de todos".** "As modificações que foram feitas no Congresso nasceram também da sociedade, que participou de maneira expressiva", disse. **Temer defendeu que é preciso modernizar a educação no Brasil,** lembrando que há um orçamento previsto de R\$ 10 bilhões para o setor. **Ele afirmou que decidiu fazer a reforma porque o tema estava "parado" no Congresso há mais de 20 anos. "Com a Medida Provisória, a Reforma do Ensino Médio ganhou espaço extraordinário no debate nacional",** avaliou. – (16/02/17, 14h36)

4.3. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NO SITE DO MEC: ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS ACIONADAS PELO GOVERNO

4.3.1. Defasagem do atual Ensino Médio

Nessa primeira categoria, denominada “defasagem do atual ensino médio”, é explorada a maneira como a comunicação governamental expôs essa ideia à sociedade de que o atual ensino médio está defasado e promove a desigualdade entre os jovens. Além disso, também são mencionadas algumas taxas e dados sobre o esvaziamento das salas de aula do ensino médio pelos jovens estudantes.

A ideia de defasagem e desatualização do ensino médio brasileiro é apresentada em sete (3^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, 11^a e 13^a) das dezesseis unidades dessa categoria. Em relação ao tema, expressões como “[...]principal *desafio* da educação brasileira”, “o país está *estagnado*”, “*fracasso* do ensino médio brasileiro é um dado apontado por especialistas”, “o modelo *faliu, quebrou, não funciona*”, “o atual modelo está *defasado*”, “ensino médio atual *não dá conta* das demandas”, “*defasagem* do formato atual do ensino médio brasileiro”, “o país está *estagnado*”, estão presentes nas notícias veiculadas no site do MEC, trazendo uma concepção de que o atual ensino médio se tornou obsoleto. Entretanto, são apenas palavras emitidas com tom negativo. Não são apresentados estudos, pesquisas ou dados reais que confirmem essas informações.

Além disso, seguindo esse pensamento, destacamos alguns termos expressos na sétima unidade:

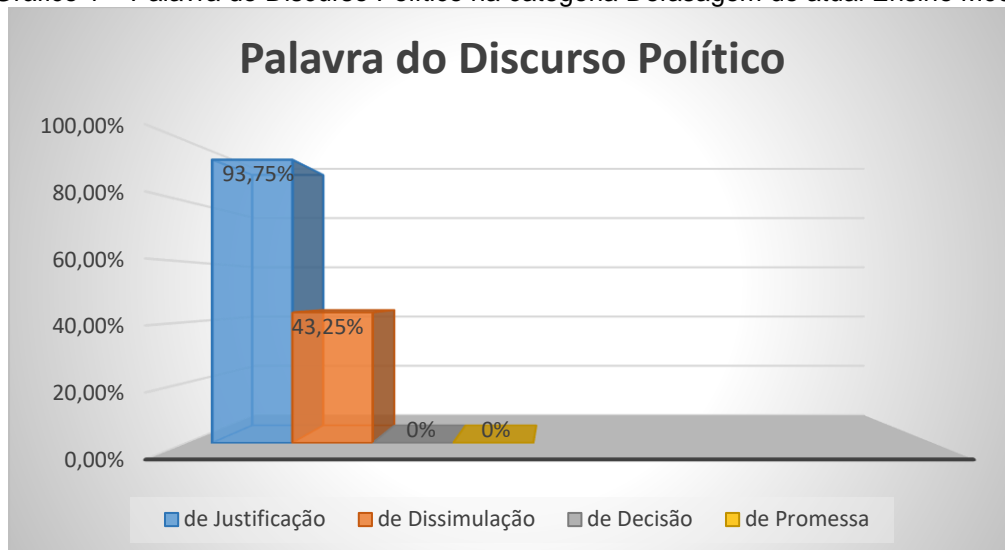
“Dentre as **dificuldades** do atual ensino médio, o documento classifica o currículo atual como **currículo excessivamente acadêmico**, inteiramente **desconectado da realidade do mercado de trabalho** e **pouquíssimo atraente** para os jovens estudantes.” (trecho do texto publicado em 26/10/16, às 18h02)

Na décima primeira unidade, a citação traz a generalização de que “todos concordam” que o ensino médio atual não dá conta das demandas que nós temos”, entretanto é óbvio que em uma sociedade com milhões de habitantes como o Brasil é, é impossível e improvável que todos os cidadãos tenham a mesma opinião e concordem com uma mesma situação. Além disso, nas 1^a, 3^a, 7^a, 10^a, 13^a e 14^a unidades, os textos trazem a ideia de aumento de taxas de evasão ou abandono dos estudantes, nas escolas de ensino fundamental e médio, porém sendo destacadas

algumas porcentagens em algum dos trechos, essa informação não se sustenta na notícia.

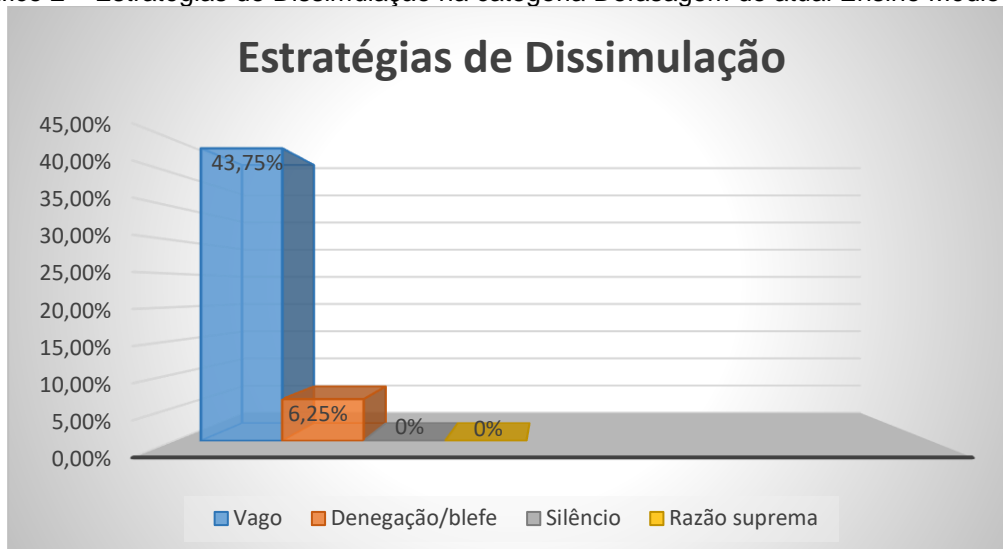
Abaixo, os gráficos apresentando a porcentagem de cada estratégia comunicacional existente na categoria:

Gráfico 1 – Palavra do Discurso Político na categoria Defasagem do atual Ensino Médio



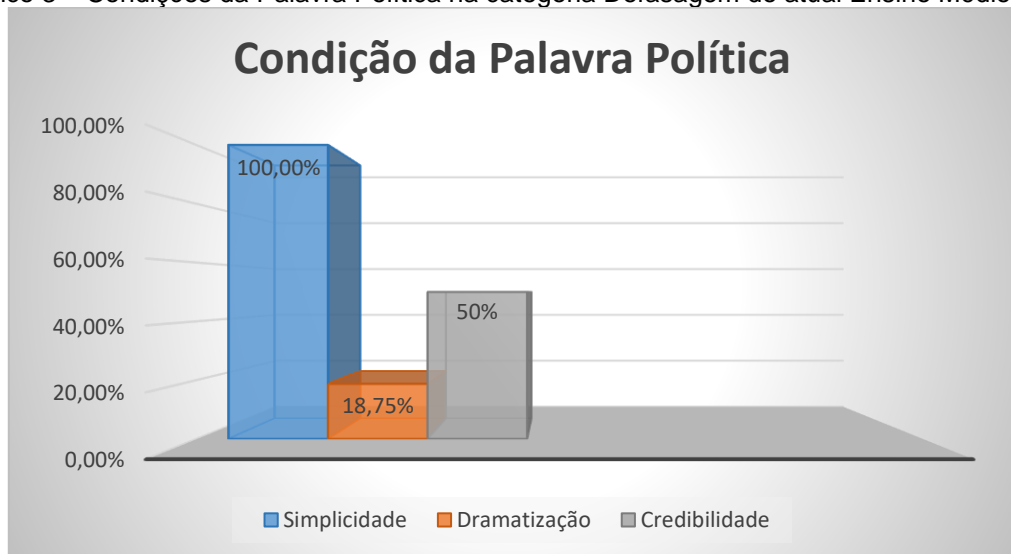
Fonte: A autora.

Gráfico 2 – Estratégias de Dissimulação na categoria Defasagem do atual Ensino Médio



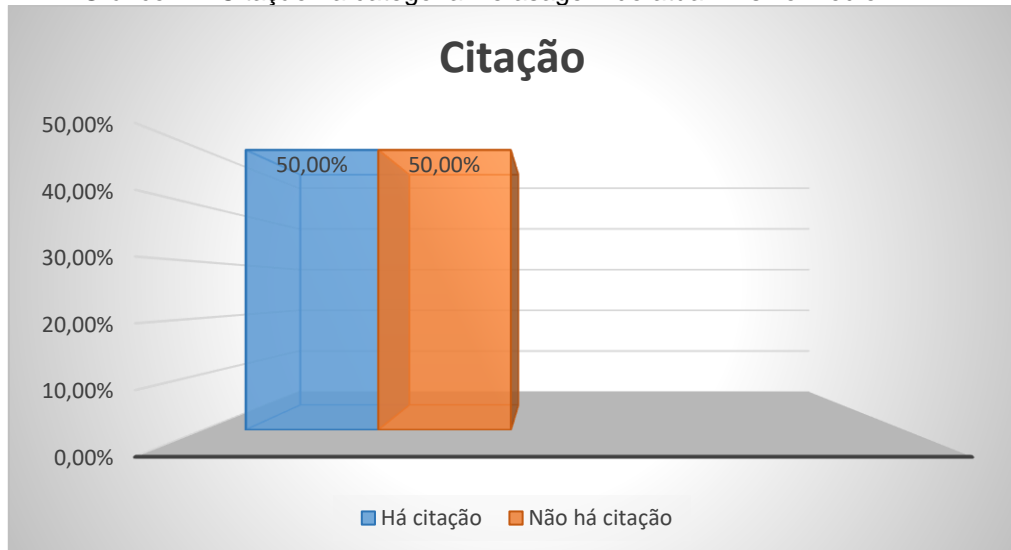
Fonte: A autora.

Gráfico 3 – Condições da Palavra Política na categoria Defasagem do atual Ensino Médio



Fonte: A autora.

Gráfico 4 – Citação na categoria Defasagem do atual Ensino Médio



Fonte: A autora.

4.3.2. Urgência e necessidade de mudança no atual ensino médio

A segunda categoria, “urgência e necessidade de mudança no atual ensino médio”, compreende as manifestações sobre a urgência e necessidade de mudança/reformulação no atual ensino médio no Brasil. Essa categoria possui a nomeação exatamente com termos utilizados nas falas dos indivíduos ao se referirem a REM. No entanto, observamos que em seis de dez unidades dessa categoria os enunciados carregam as expressões “urgência/urgente/urgentíssima” e

em quatro dessas dez a expressão “necessidade²⁷”, sendo que uma dessas unidades, as expressões aparecem juntas (primeira unidade da categoria – *necessidade urgente de mudar o ensino médio*).

Ainda na quarta e sétima unidade a reformulação do ensino médio aparece como uma “relevância”²⁸, algo como sendo muito importante e prioritário nas questões políticas. A palavra “essencial” também aparece, reforçando a ideia da Reforma ser necessária. Além disso, a expressão “oportunidade” está presente na oitava unidade, trazendo a opinião do sujeito para mensagem, com a visão de que esse é momento oportuno do Brasil se igualar a outros países, no quesito educação.

Explorando ainda essa unidade, observamos que o sujeito dono da fala (Rossieli Soares da Silva, titular da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC), utiliza do argumento de que é uma chance para evolução, “[...] *como vários países já fizeram*”. Nesse trecho ela realiza uma comparação do Brasil com outros países, mas em nenhum momento relata quais países seriam, além de podermos destacar que um país, uma sociedade e todo seus contextos histórico, social, econômico, etc., possuem suas diferenciações e suas realidades distintas, tornando assim a questão mais complexa do que a Secretária faz parecer.

Em outra percepção, evidenciamos também a nona unidade. Na fala do sujeito ele ressalta o caráter de urgência e traz uma justificativa acompanhada do que deveriam ser dados, entretanto esses dados são rasos e não possuem a fonte das pesquisas, além dele não informar números algum, veja:

“Estamos com o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) estagnado desde 2011; o desempenho em português e em matemática é o mesmo de 1997; temos 1,7 milhão de jovens entre 15 e 24 anos que não estudam, nem trabalham” (trecho do texto publicado em 23/11/16, às 19h35)

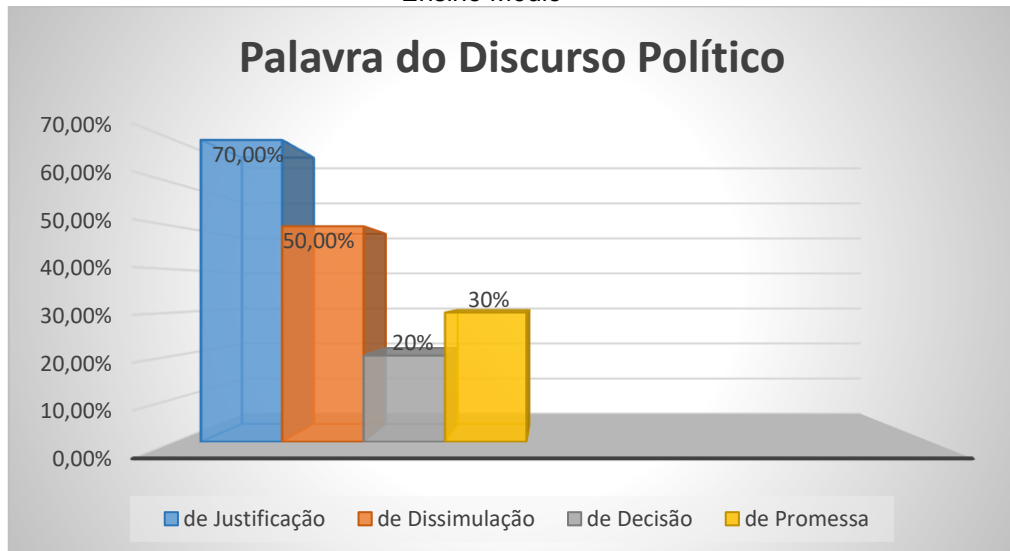
O mesmo acontece na décima e última unidade, sem fontes e sem dados, é relatado que há um diagnóstico em execução: “O novo desenho do ensino médio vai dialogar com as mudanças que estamos propondo e que, de certo modo, casam com o **diagnóstico que está sendo feito**” – Ministro da Educação Mendonça Filho (trecho do texto publicado em 06/12/16, às 17h42).

²⁷ Nas unidades, quando a expressão *necessidade* é mencionada, ela sempre aparece seguida de palavras como mudar, reformar, mudança(s), trazendo essa tal ideia de que é necessário alterar, modificar algo.

²⁸ Expressão utilizada pelos indivíduos que detinham a fala.

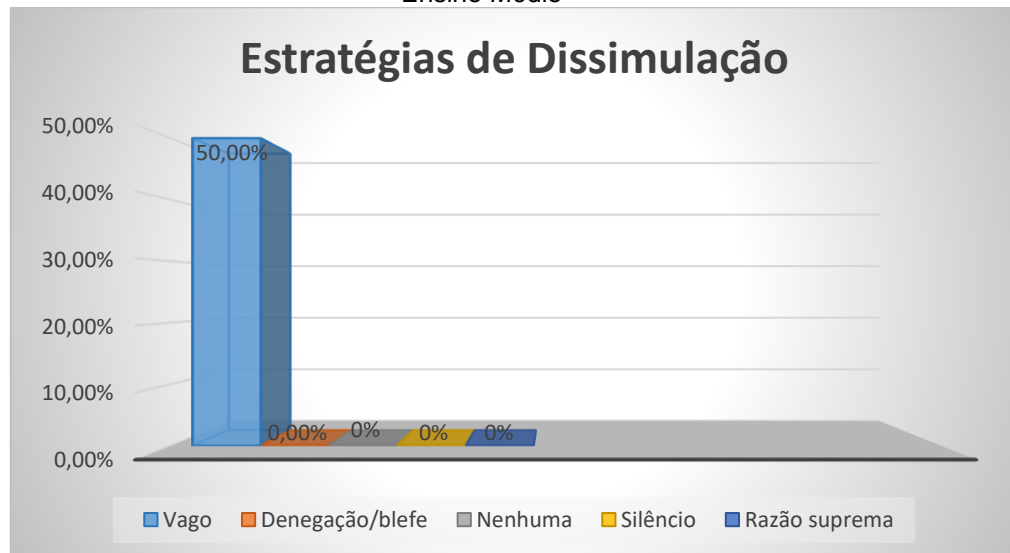
Abaixo, os gráficos apresentando a porcentagem de cada estratégia comunicacional existente na categoria:

Gráfico 5 – Palavra do Discurso Político na categoria Urgência e necessidade de mudança no atual Ensino Médio



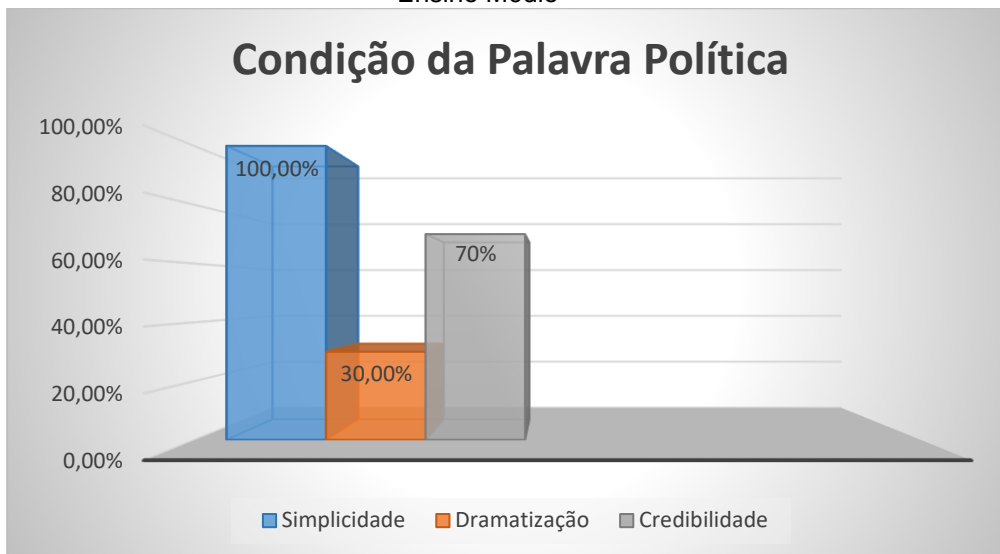
Fonte: A autora.

Gráfico 6 – Estratégias de Dissimulação na categoria Urgência e necessidade de mudança no atual Ensino Médio



Fonte: A autora.

Gráfico 7 – Condições da Palavra Política na categoria Urgência e necessidade de mudança no atual Ensino Médio



Fonte: A autora.

Gráfico 8 – Citação na categoria Urgência e necessidade de mudança no atual Ensino Médio



Fonte: A autora.

4.3.3. Benefícios da mudança do Ensino Médio

Essa categoria refere-se às mudanças que ocorrerão com a Reforma. Nela, as notícias expõem os principais pontos de mudança e transição das leis que compõem a Educação no Brasil. O termo “benefícios” é utilizado para representar termos que remetem a essa percepção e que estão constantemente presentes nos textos das notícias e na fala de autoridades e fontes.

De um modo geral, a proposta de REM é representada nas notícias governamentais como uma oportunidade. Oportunidade em se igualar a outros

países, no quesito educação, descentralizar as decisões para os estados, e a oportunidade para os jovens – de ter uma formação técnica em seu currículo; de escolha; e também de um modo subjetivo e emocional dos estudantes, como conforto, sentir-se acolhido e o trabalho da autoestima, assim acompanhando e estando de acordo com a trajetória de vida deles. Essas percepções estão presentes nas unidades 1, 2, 7, 8, 10, 11, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 27, 28, 29, 31 e 32. Ou seja, de trinta e três unidades, vinte carregam essas ideias.

Além disso, as notícias abordam de maneira muito positiva algumas das principais mudanças da Reforma, tal como a formação técnica dos jovens, atuação de professores com notório saber, itinerários formativos, ampliação gradual da jornada escolar e a perspectiva de escolas de tempo integral, e ainda a promessa de distribuição de materiais escolares de qualidade. No entanto, esses pontos e a maneira de como está sendo realizada a REM (através de MP) possuem muitas críticas.

Para a Doutora em Educação, Monica Ribeiro da Silva, do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, a implementação de formação técnica juntamente com a formação de ensino regular, nas 1.200 horas prometidas, “não contempla nem a formação básica, nem a profissional”. Mesmo que as horas de ensino aumentem, para inserir uma formação técnica de grande desenvolvimento, seria preciso excluir algum outro conhecimento. É improvável que a REM de conta de manter as duas formações (técnica profissional e de ensino médio regular) impecáveis em todo território brasileiro, até porque, nessa perspectiva, o custo de cada aluno é mais caro.

Tratando-se de investimentos para a educação, além do custo de cada aluno, a promessa de novas matérias escolares para os itinerários formativos (que não podem ser improvisados por questões de aprendizado e conhecimento) e a implementação de escolas de tempo integral é totalmente contraditório, pois recentemente foi aprovada uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) onde o objetivo é congelar os gastos públicos, em todos os setores, por 20 anos – é a PEC 55 ou 241²⁹. Em momento algum o governo se manifestou de como ele pretende realizar esta implementação, onde, de um lado é proposto grandes investimentos em

²⁹Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>

educação, e de outro, o congelamento e limite de gastos públicos, em valores monetários altíssimos.

Ademais, a publicização e divulgação do poder de escolha que os estudantes terão perante os itinerários formativos são vagas e possuem omissões. No texto da proposta, está explícito que cada escola precisará ter no mínimo dois itinerários formativos. Conclui-se que não haverá a obrigatoriedade de oferta de todos eles, sendo improvável que todas as escolas ofertem os cinco itinerários formativos. Isso promove um falso discurso de poder de escolha, pois é descartado todo a logística de locomoção dos estudantes e localização das escolas, como explica Antônio Gomes Batista, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec): “Assim, corre-se o risco de o jovem escolher uma determinada área que não esteja disponível em seu bairro ou até em sua cidade, dependendo da região do País”.

Já a questão crítica da atuação de professores com notório saber, é de que as escolas terão autorização para possuírem profissionais lecionando no ensino técnico profissional mesmo sem formação em licenciatura da área ministrada ou qualquer preparo pedagógico. Essa situação resulta ainda mais na desvalorização dos professores, que possuem estudos, preparação e formação no processo de ensino-aprendizagem, comprometendo a didática do ensino e conseqüentemente a aprendizagem dos estudantes.

Por fim, a maior crítica de que a REM é alvo, é a ausência de democracia no processo de aprovação da proposta. A REM foi proposta através de uma MP, no qual significa que ela é urgente e relevante para a sociedade brasileira. Sendo urgente, isso designa uma certa rapidez no processo, gerando exclusão de diversos pontos necessários para a aprovação de uma PEC, como por exemplo a participação social.

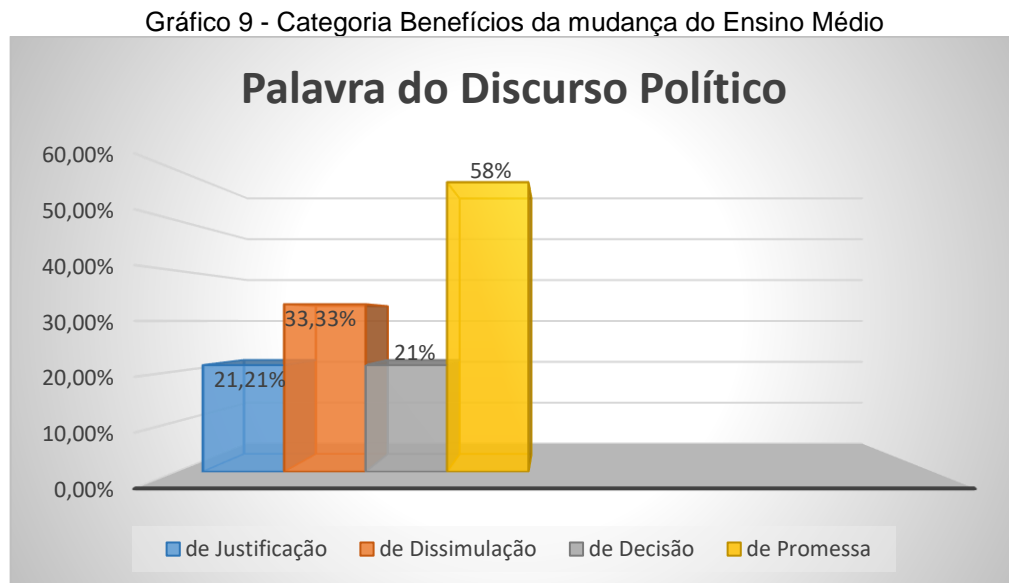
Em contrapartida, há uma pesquisa realizada pelo Ibope, a pedido do Governo, em que o resultado demonstra que 72% dos brasileiros aprovam a REM. Nesta pesquisa, foram entrevistados 1.200 brasileiro em todo território nacional, no período de 30 de outubro a 6 de novembro do ano de 2016. A interrogativa feita aos participantes da amostragem foi a seguinte:

"O senhor é a favor ou contra a reformulação do ensino médio que, em linhas gerais, propõe ampliação do número de escolas de ensino médio em tempo integral, permite que o aluno escolha entre o ensino regular e o

profissionalizante, define as matérias que são obrigatórias, entre outras ações?" (Fonte: Rede Brasil Atual³⁰)

A formulação da pergunta é inteiramente omissa a diversas questões tratadas no documento oficial, às críticas da sociedade e às contradições que a proposta gera. Sendo assim, deixamos uma questão: Qual o grau de confiabilidade e credibilidade que este resultado, de 72% de aprovação, tem ao realizar uma pesquisa extremamente fundamental para a aprovação social da REM (Ihe dando suporte), onde a pergunta feita é vaga, sem aprofundamento, sem contextualização, com omissão de informações e dados e ainda de caráter positivo, gerando a indução dos respondentes? Fica então uma reflexão acerca da exposição midiática dos fatores de mudança propostos na REM.

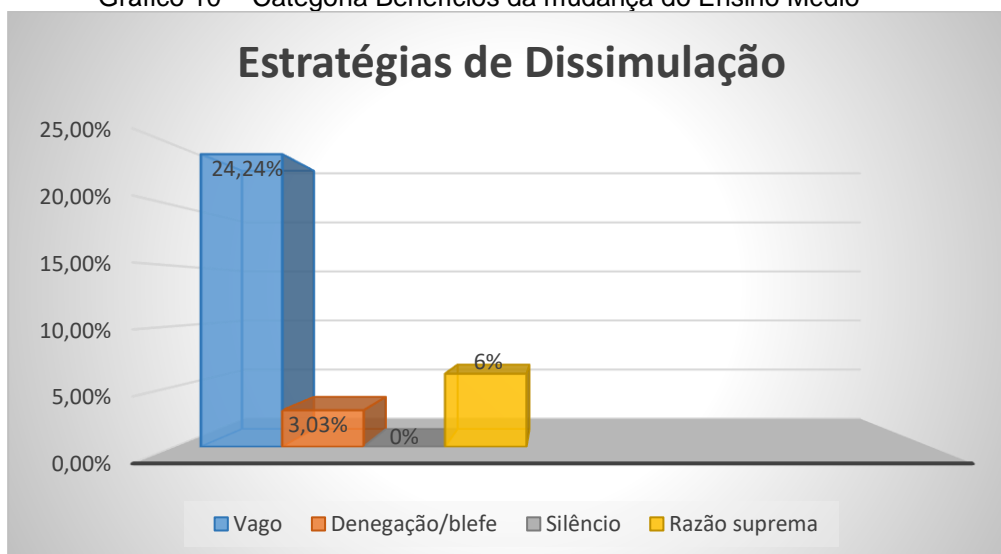
Abaixo os gráficos apresentando a porcentagem de cada estratégia comunicacional existente na categoria:



Fonte: A autora.

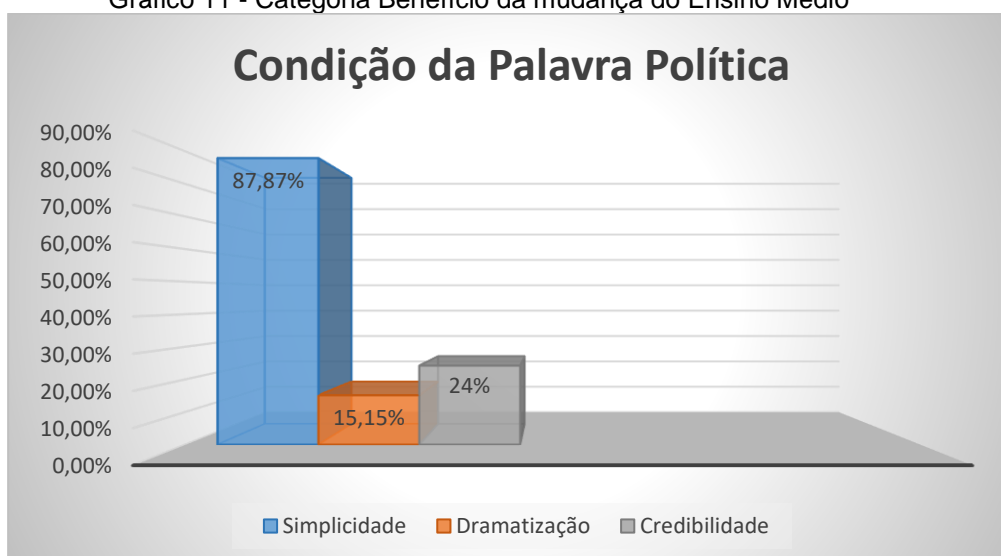
³⁰Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/12/propaganda-do-mec-esconde-erros-e-omissoes-da-reforma-do-ensino-medio-8710.html>

Gráfico 10 - Categoria Benefícios da mudança do Ensino Médio



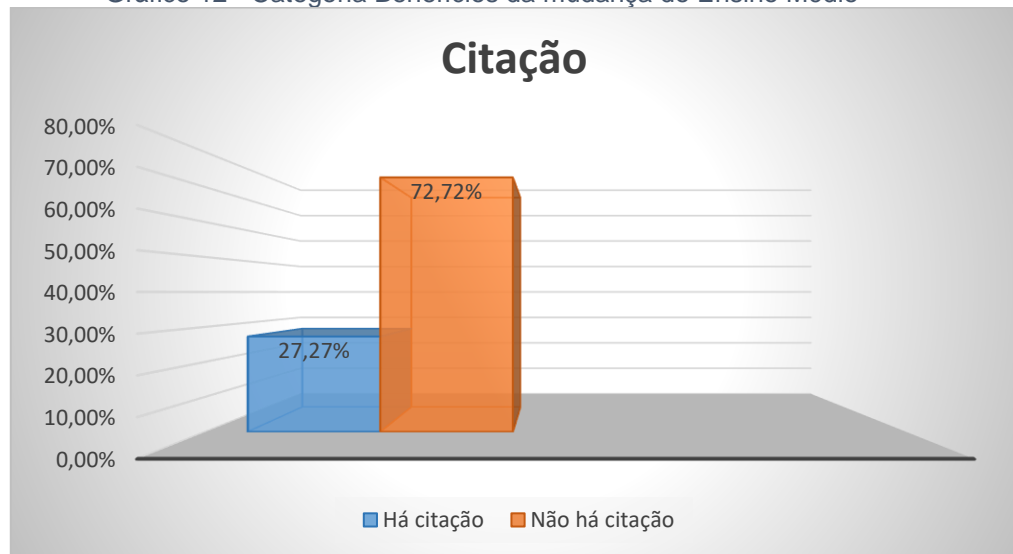
Fonte: A autora.

Gráfico 11 - Categoria Benefício da mudança do Ensino Médio



Fonte: A autora.

Gráfico 12 - Categoria Benefícios da mudança do Ensino Médio



Fonte: A autora.

4.3.4. Trâmites e debates sobre a REM

Essa categoria reporta-se aos debates e trâmites do processo de aprovação da REM, como as datas, os prazos e os votos. Além disso, as unidades da categoria não só expõem os trâmites como reforça a aprovação da reforma sob um viés de que o tema foi extensamente debatido e que os debates foram democráticos. Também, as notícias descrevem as datas mais importantes do processo, como a divulgação oficial da proposta da REM no dia 22 de setembro de 2016. No dia 7 de dezembro de 2016, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou a Reforma com 263 votos a favor, 106 contra e 3 abstenções. Com a tramitação para o plenário do Senado Federal, a MP nº746, foi aprovada com 43 votos a favor e 13 contra, no dia 8 de fevereiro de 2017, encaminhando-se para a sanção presidencial, confirmada no dia 16 de fevereiro de 2017.

Acerca dos debates sobre a REM, há um consenso político determinado nas notícias analisadas de que a REM já vinha sendo discutida há vários anos. Essa percepção supõe que não haveria tanta necessidade de novos debates sobre o tema. De acordo com a unidade dezesseis, a realização de seminários, consultas e audiências públicas seriam realizadas após o Ministério da Educação encaminhar a última versão do documento oficial aos conselheiros. Ou seja, as contribuições dos parlamentares para a reformulação do ensino médio no país, foram realizadas antes

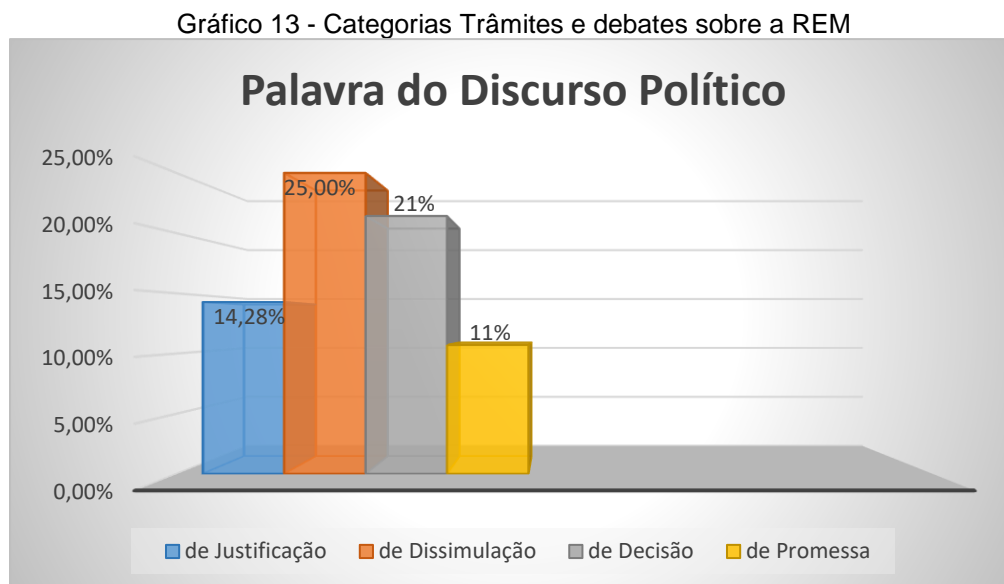
de haver as sugestões e a participação social, ignorando os anseios da sociedade atual.

Na vigésima terceira unidade, o trecho traz o seguinte discurso:

“A aprovação da reforma do ensino médio conclui com êxito um longo ciclo de debates iniciado há muito tempo na área da educação. **As soluções eram amplamente conhecidas não só por especialistas, mas também pela classe política e pela sociedade em geral.** Faltava vontade política para chegar a um resultado com a urgência exigida pelo assunto. (trecho do texto publicado em 08/02/2017, às 22h17)

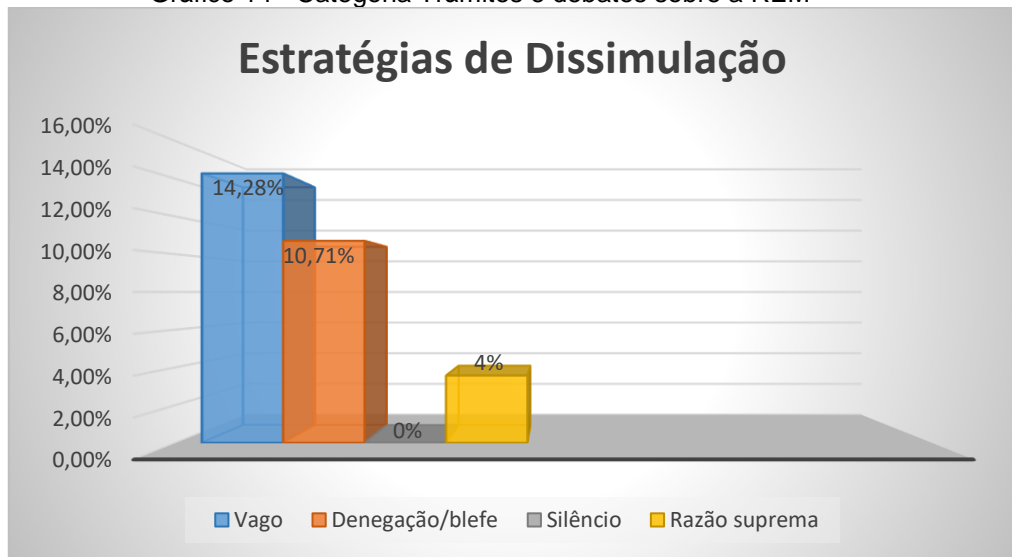
No trecho destacado, chamamos atenção para a expressão “as soluções eram amplamente conhecidas”, o autor do texto afirma que as soluções para a “defasagem do atual ensino médio” já eram amplamente conhecidas, e ainda conhecidas pela sociedade, no entanto houveram muitas críticas em relação a desinformação sobre o tema e as decisões/soluções propostas. Aqui, evidencia-se a estratégia de blefe – quando alguém fala algo sem saber o que está sendo dito.

Abaixo os gráficos apresentando a porcentagem de cada estratégia comunicacional existente na categoria:



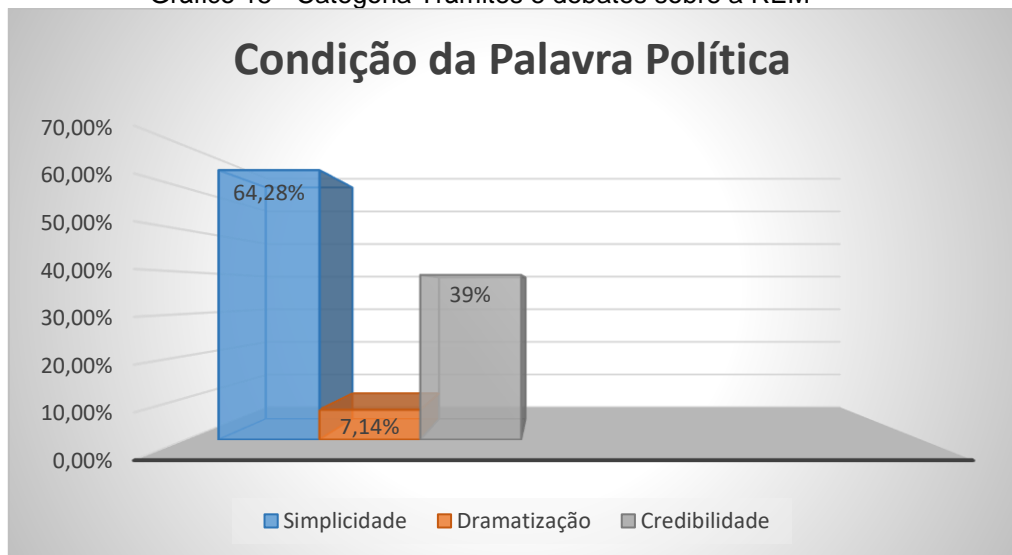
Fonte: A autora.

Gráfico 14 - Categoria Trâmites e debates sobre a REM



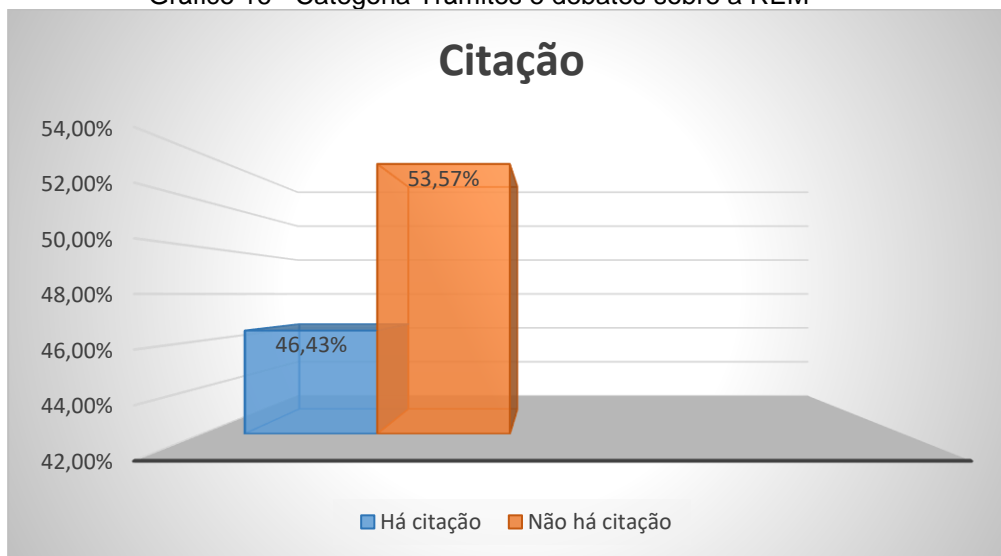
Fonte: A autora.

Gráfico 15 - Categoria Trâmites e debates sobre a REM



Fonte: A autora.

Gráfico 16 - Categoria Trâmites e debates sobre a REM



Fonte: A autora.

4.3.5. Autoridades e sociedade em defesa da REM

Encontram-se nessa categoria as unidades de notícia que referem-se a defesa da proposta de REM. Aqui, encontram-se doze unidades. Em cada uma delas está presente a fala (citação) de alguém que perceptivelmente está defendendo a Reforma. Dessas doze unidades, em onze delas estão presentes as consideradas autoridades, e em apenas uma alguém que fala “pela” sociedade.

Vejamos agora, quem são essas figuras de autoridade que defendem a REM: em cinco das unidades (1^a, 3^a, 4^a, 9^a e 12^a) é citado o Ministro da Educação, Mendonça Filho; em duas das unidades (2^a e 7^a) é citada a Secretária Executiva do MEC; em uma (5^a) o Conselho Estadual de Educação de São Paulo; em outra (10^a) é citado o presidente do Conselho Nacional de Educação, Eduardo Deschamps; em outra (8^a) é citado o gerente internacional sênior do Instituto Federal para Educação Vocacional da Suíça, Erik Swars; em outra (6^a) é citado e referenciado o documento da REM; e por fim, na 11^a é citado um estudante de ensino médio, João Pedro Barreto.

Evidenciamos aqui a 6^a e 11^a unidade. Na 6^a unidade o trecho diz: “Tal proposta procura retomar e fortalecer a flexibilização da oferta do ensino médio, há muito defendida por alunos, familiares, educadores e gestores da área” – salienta o documento (trecho do texto publicado em 26/10/16, às 18h02). Há uma imprecisão quando o documento cita os interessados à REM. Em momento algum o documento

apresenta quem e qual o volume perante a sociedade desses alunos, educadores e gestores da área, resultando assim em um discurso vago.

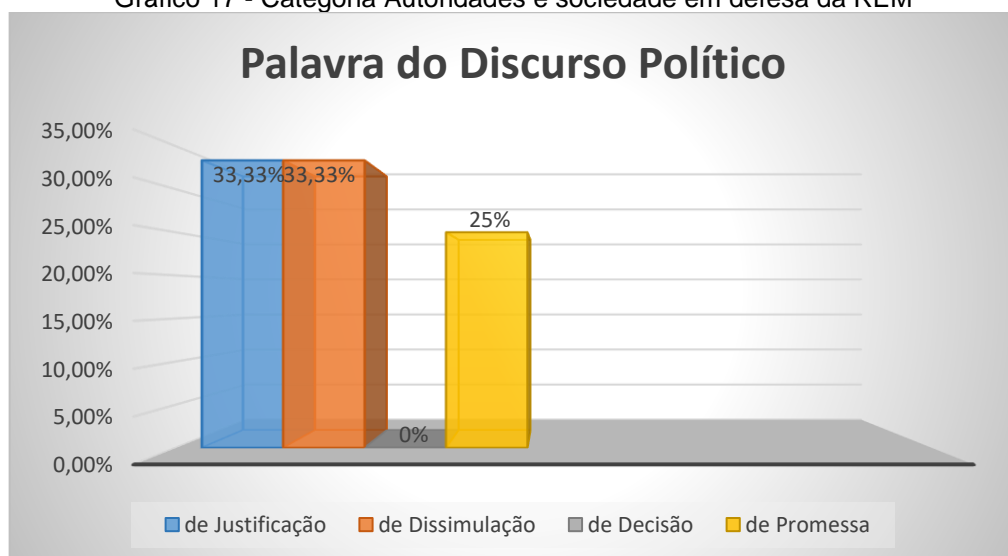
Ainda, na 11ª unidade, percebemos o enquadramento que é realizado na fala do estudante:

“O aluno do ensino médio João Pedro Barreto aprovou as mudanças sugeridas na Medida Provisória nº746, que reformula o ensino médio no país. Segundo ele, o debate foi fundamental para que ele compreendesse a proposta. “É uma mudança muito mais radical do que eu esperava”, disse. João Pedro observou que “uma mudança na educação era necessário e urgente”. “Acho que uma das falhas dos governos anteriores foi não ter debatido tanto a educação, que é a base para tudo. Não existe nenhuma outra área profissional que não seja fruto da educação.” (trecho do texto publicado em 15/02/17, às 18h20)

Aqui, a notícia traz o estudante como alguém que defende a REM, entretanto João Pedro não fala explicitamente que defende essa Reforma. Além disso, ele revela a REM como radical e observa que uma mudança na educação era sim necessária e urgente, porém não revela as circunstâncias dessa necessidade e nem como essa mudança deveria ocorrer. Fica vago também se, ele defende a REM como ela está proposta ou se ele defende uma reforma na Educação, mas não como estão propostas atualmente.

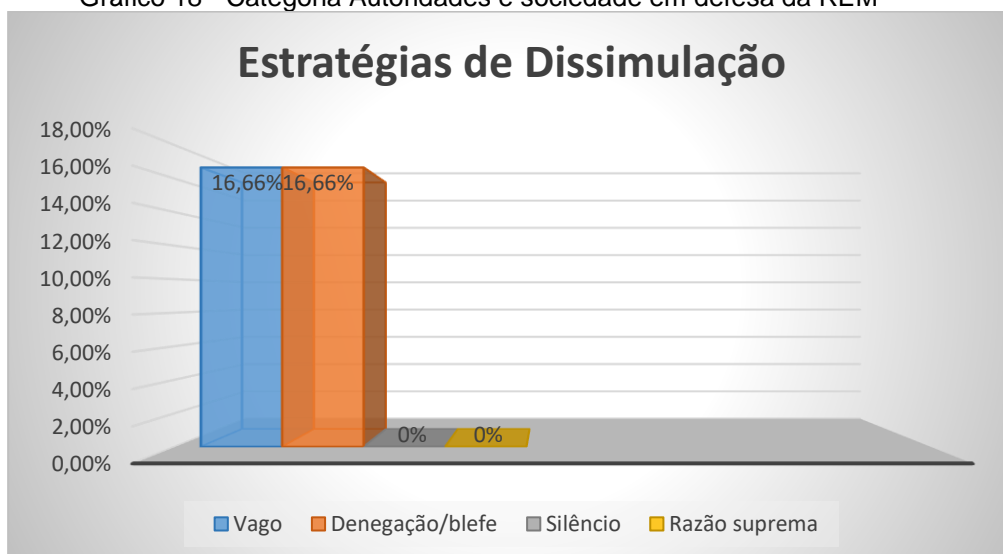
Abaixo os gráficos apresentando a porcentagem de cada estratégia comunicacional existente na categoria:

Gráfico 17 - Categoria Autoridades e sociedade em defesa da REM



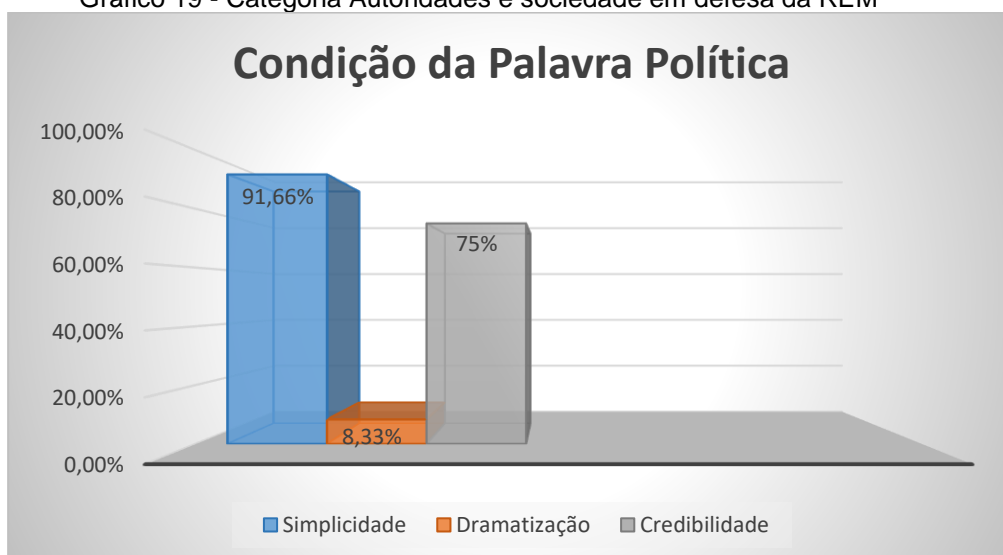
Fonte: A autora.

Gráfico 18 - Categoria Autoridades e sociedade em defesa da REM



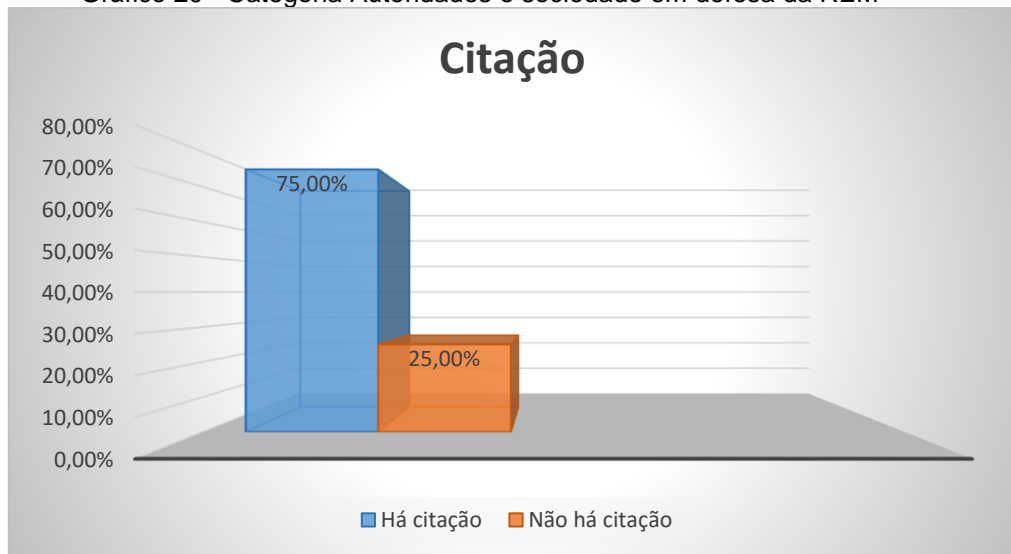
Fonte: A autora.

Gráfico 19 - Categoria Autoridades e sociedade em defesa da REM



Fonte: A autora.

Gráfico 20 - Categoria Autoridades e sociedade em defesa da REM



Fonte: A autora.

4.4. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NO SITE DO PORTAL R7: ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS ACIONADAS PELA MÍDIA

4.4.1. Resistência em relação a REM

A categoria “resistência em relação a REM”, retrata a ideia de crítica à Reforma e do próprio ato de resistir, representado pelas ocupações nas escolas de ensino médio e protestos por todo o Brasil, realizados por estudantes, pais, professores, comunidade acadêmica e cidadãos que se sensibilizaram com a situação. Essa categoria possui treze unidades, onde oito delas (2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 7ª, 8ª, 10ª e 13ª unidades) relatam as ocupações e protestos, representando a ideia de contrapoder.

Já a 1ª, 6ª e 9ª unidades noticiam a crítica da REM ser promovida por meio de Medida Provisória. Ainda na 9ª unidade, destacamos que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil também crítica e considera “abusiva” e “inadequada” (termos por eles falados) essa proposta pela MP, e ainda, veem essa ação governamental como desqualifica por ignorarem a sociedade civil, veja no trecho destacado:

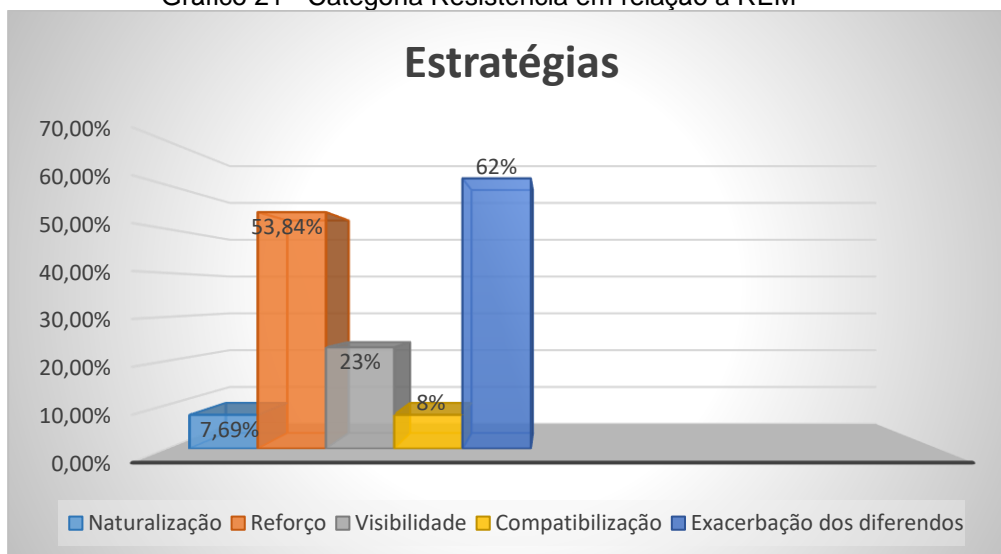
“A conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou nesta quarta-feira, 23, **uma nota em que considera “abusiva” e “inadequada” reforma do ensino médio – proposta pelo governo Michel Temer – por meio de medida provisória.** De acordo com o texto, **“toda a vez que um processo dessa grandeza ignora a sociedade civil como interlocutora,**

ele se desqualifica". A CNBB pondera a necessidade de mudanças na educação, mas considera **"inadequado e abusivo que esse assunto seja tratado através de uma Medida Provisória."** (trecho publicado em 23/11/16, às 20h42)

Por fim, faço uma observação em relação a um termo utilizado no trecho da notícia presente na unidade quatro, que penso ser válida, mesmo que brevemente. O site usa o termo "invadirem", referindo-se aos estudantes em seu ato de ocupar um local público, no caso as escolas municipais e estaduais. Um termo pejorativo e julgador, que o significado vai contra aos direitos dos cidadãos brasileiros. De acordo com a Constituição Federal/88, listados no artigo 5º, é garantido o direito à liberdade de expressão³¹, liberdade de reunião³² e liberdade de associação³³, uma combinação de três direitos que garante o direito ao protesto.

Abaixo os gráficos apresentando a porcentagem de cada estratégia comunicacional existente na categoria:

Gráfico 21 - Categoria Resistência em relação a REM



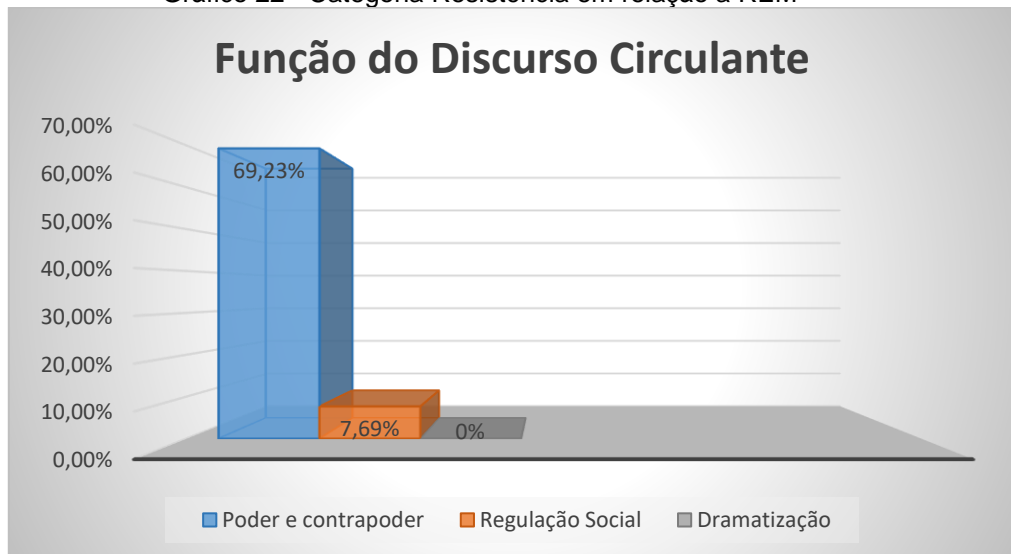
Fonte: A autora.

³¹IV – É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato” - (CF/88/art.5º)

³²XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente” - (CF/88/art.5º)

³³ “XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar” - (CF/88/art.5º)

Gráfico 22 - Categoria Resistência em relação a REM

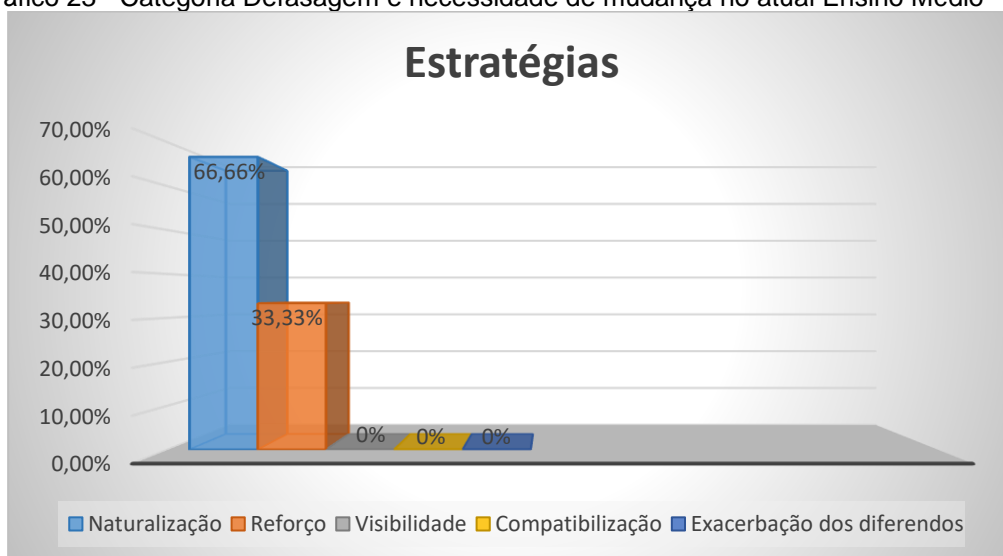


Fonte: A autora.

4.4.2. Defasagem e necessidade de mudança no atual Ensino Médio

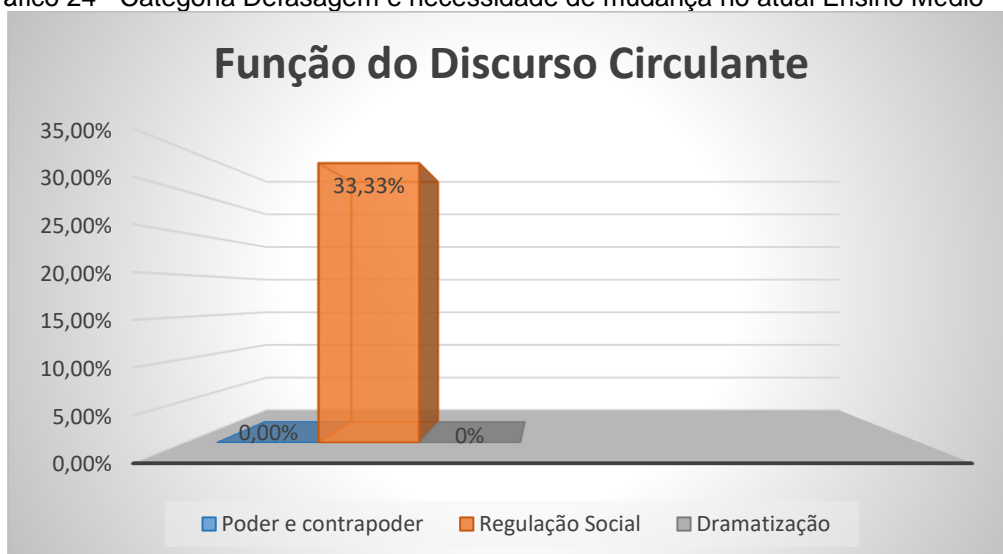
Nessa segunda categoria, denominada “defasagem e necessidade do atual Ensino Médio”, é associada a ela basicamente a mesma percepção e a junção de duas outras categorias na análise das notícias governamentais – “defasagem do atual ensino médio” e “urgência e necessidade de mudança do atual ensino médio”. Porém essa categoria possui apenas três unidades, onde é explorada a fala do Ministro da Educação, Mendonça Filho, e do governo do Estado em si em relação à ideia de que o atual ensino médio está defasado e necessita com urgência de mudanças.

Gráfico 23 - Categoria Defasagem e necessidade de mudança no atual Ensino Médio



Fonte: A autora.

Gráfico 24 - Categoria Defasagem e necessidade de mudança no atual Ensino Médio



Fonte: A autora.

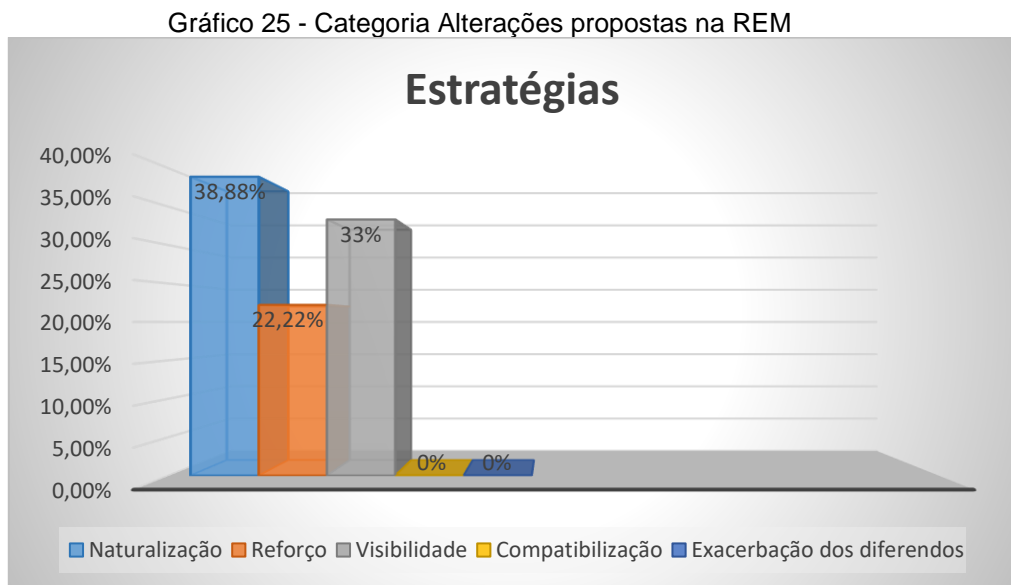
4.4.3. Alterações propostas na REM

Diferentemente de como as mudanças aparecem nas notícias governamentais – destacando as alterações propostas como benefícios – aqui as mudanças são retratadas como alterações, não incitando-as apenas como algo benéfico. Inclusive, a palavra “benefício” não aparece nos textos publicados pelo Portal R7. As modificações são apresentadas como: “reformulação” (1ª); “proposta” (4ª, 13ª); “outros pontos” (11ª); “o projeto prevê” (12ª); “a reforma do ensino médio

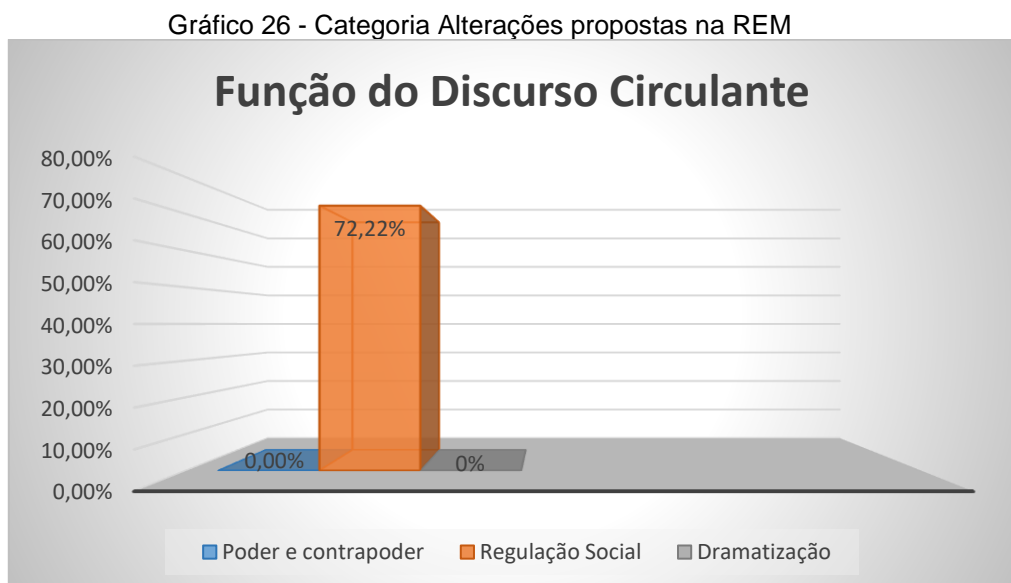
define” (14^a, 15^a). Assim trazendo outras expressões para definir as alterações, que não remetam à beneficiações.

Em relação ao conteúdo, o site apresenta as mesmas, ditas principais, mudanças na REM: flexibilização do currículo, contratação de docentes com notório saber, ampliação da carga horária, itinerários formativos, disciplinas que serão obrigatórias, oferta de tempo integral, etc.

Abaixo os gráficos apresentando a porcentagem de cada estratégia comunicacional existente na categoria:



Fonte: A autora.



Fonte: A autora.

4.4.4. Processo, trâmites e debates sobre a REM

Essa categoria refere-se igualmente a categoria “trâmites e debates sobre a REM” na análise das notícias governamentais. É noticiado todo seu processo de aprovação da REM, com os trâmites legais e os debates sobre o tema que aconteceu com parlamentares, interessados, estudantes, professores, etc. Nelas são mencionadas também as datas, os prazos e os votos, assim como informações sobre a implementação da proposta e as edições no texto realizada pelo Governo.

Além disso, fala-se também no “fortalecimento dos espaços de participação e democratização” nas escolas, como aparece nas unidades nove e dez, respectivamente:

“Levy explicou que a discussão com os alunos será feita primeiro nas escolas, já que **houve o “fortalecimento de espaços de democratização”**, como a eleição para os grêmios estudantis. **“O estudante é o destinatário dessa política pública e, por isso, precisa ser engajado para entrar nessa discussão”**. Segundo Levy, depois da discussão nas escolas, serão marcados debates nas 91 diretorias de ensino do Estado e um encontro estadual.” (trecho publicado em 11/10/16, às 9h)

“A proposta **de fortalecimento dos “espaços de participação”** nas escolas estaduais surgiu quase um ano depois de estudantes da rede estadual terem invadido quase 200 escolas, no ano passado, em protesto contra a reorganização da rede estadual proposta pelo governo Geraldo Alckmin.” (trecho publicado em 11/10/16, às 9h)

O Portal R7 também traz a opinião da CNBB, porém mais completa, citando outras partes do texto divulgado, onde eles mencionam a possível exclusão da obrigatoriedade de disciplinas como Educação Física, Artes, Filosofia e Sociologia. Ainda o trecho traz a expressão “surdez social”, referindo-se ao fato do governo não ouvir a sociedade.

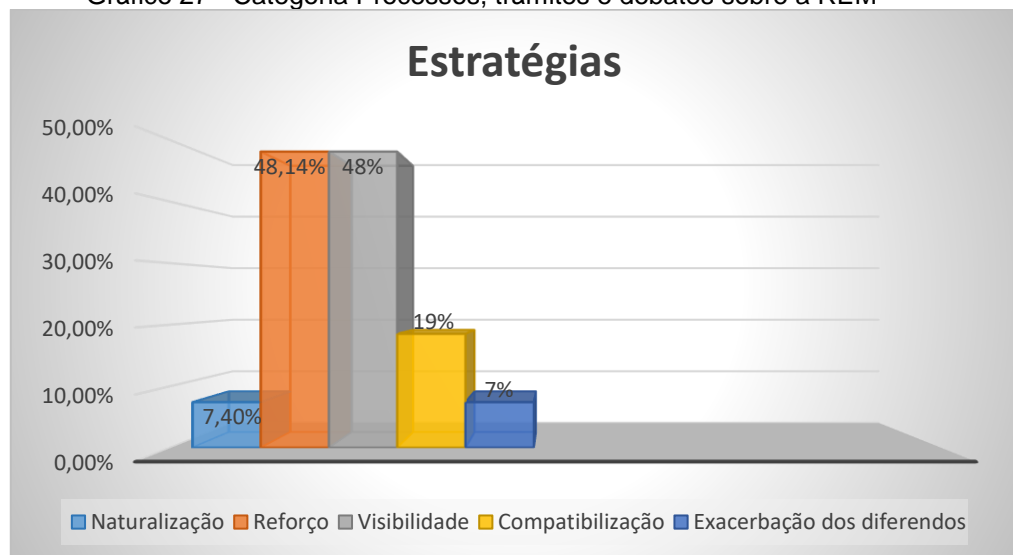
“A nota do CNBB foi divulgada após reunião do Conselho Episcopal Pastoral (Consep), em Brasília, nesta terça, 22, e quarta-feira, 23. **Além de criticar a forma como a mudança foi conduzida, a nota também questiona a possível exclusão de disciplinas como Artes e Educação Física da grade curricular obrigatória do ensino médio. “Dizer que disciplinas como filosofia, sociologia, educação física, artes e música são opcionais na formação do ser humano é apostar em um modelo formativo tecnicista que favorece a lógica do mercado e não o desenvolvimento integral da pessoa e da sociedade”, diz o texto. O texto também apontou “surdez social” do governo, em não ouvir estudantes e professores e conclamou a sociedade, em especial os alunos e suas famílias, “a não se deixar vencer pelo clima de apatia e resignação”**. A CNBB defende ser fundamental a participação popular

“pacífica” na busca de soluções, “sempre respeitando a pessoa e o patrimônio público.” (trecho publicado em 23/11/16, às 20h42)

Para finalizar, o site ainda expõe a questão dos influenciadores digitais, em que seis *youtubers* são patrocinados pelo MEC para realizarem uma campanha publicitária favorecendo a proposta de reforma ao ensino médio, não apresentando quem são os nomes contratados. O mais interessante dessa unidade (26ª) é que a notícia relata que os *youtubers*, ao gravarem os vídeos, não identificam que aquele conteúdo está sendo patrocinado pelo ministério, isso nos leva a pensar nas questões estratégicas de Governo.

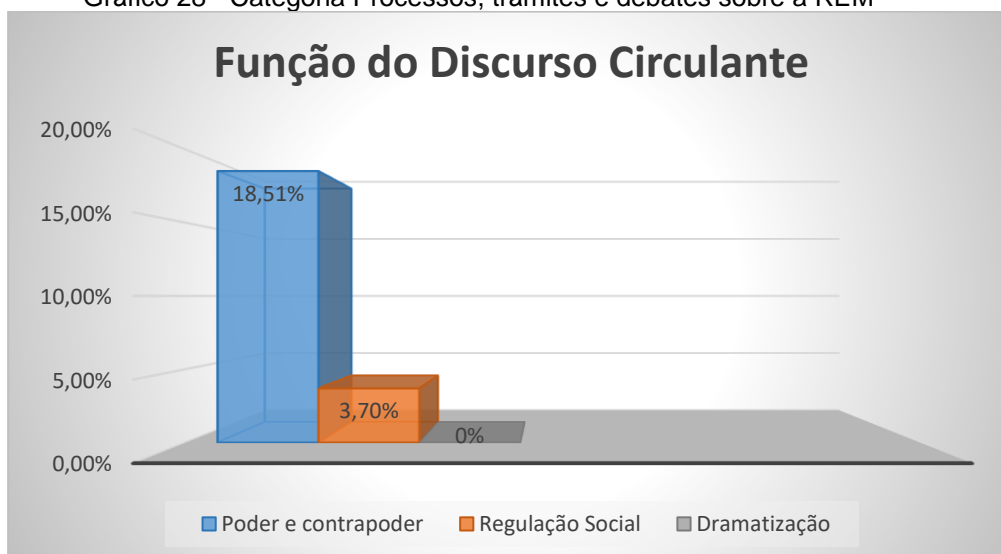
Abaixo os gráficos apresentando a porcentagem de cada estratégia comunicacional existente na categoria:

Gráfico 27 - Categoria Processos, trâmites e debates sobre a REM



Fonte: A autora.

Gráfico 28 - Categoria Processos, trâmites e debates sobre a REM



Fonte: A autora.

4.4.5. Autoridades em defesa do Novo Ensino Médio

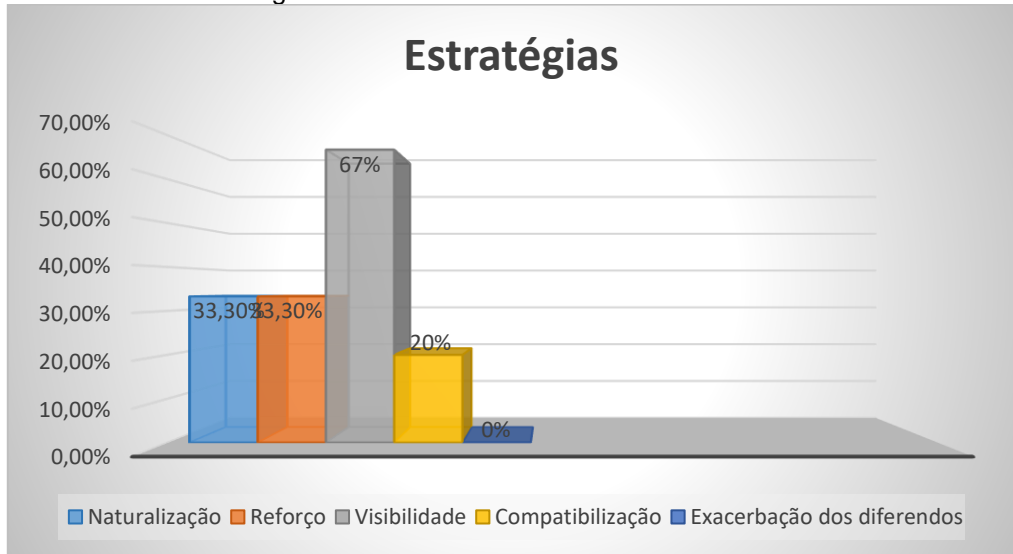
Nessa categoria, as unidades, como na análise das notícias governamentais, referem-se a defesa da proposta de REM. Em cada uma delas está presente a fala (citação) de alguém que perceptivelmente está defendendo a Reforma. Encontram-se aqui apenas três unidades, onde duas (2ª e 3ª) delas apresentam Michel Temer defendendo a REM e na outra (1ª) a presidente executiva de “Todos Pela Educação”³⁴. Nessas três unidades estão presentes as consideradas autoridades, e diferentemente da análise das notícias governamentais, aqui não se faz presente nenhuma fala da sociedade em defesa da Reforma.

Além disso, na segunda unidade é mencionado o fato de que o governo defenderá a aprovação das Reformas por ele propostas: “Durante a cerimônia, ele declarou que a proposta é fruto de uma “ousadia responsável” do **governo, que continuará a aprovação das “grandes reformas”** (trecho publicado em 16/02/17, às 14h36), logo entende-se que o governo defenderá suas propostas independente da aprovação ou desaprovação da sociedade.

Abaixo os gráficos apresentando a porcentagem de cada estratégia comunicacional existente na categoria:

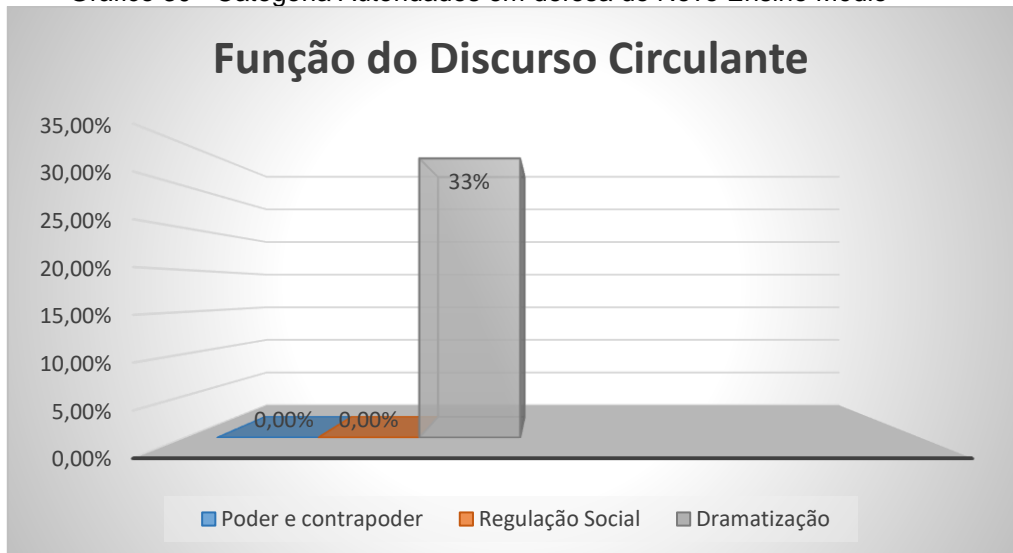
³⁴Organização sem fins lucrativos composta por diversos setores da sociedade brasileira com o objetivo de assegurar o direito à Educação Básica de qualidade para todos os cidadãos.

Gráfico 29 - Categoria Autoridades em defesa do Novo Ensino Médio



Fonte: A autora.

Gráfico 30 - Categoria Autoridades em defesa do Novo Ensino Médio



Fonte: A autora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise acerca da proposta de Reforma do Ensino Médio no país, implementada pelo Governo Federal. A divulgação dessa proposta despertou o interesse de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, principalmente da área de comunicação. No caso deste estudo, o interesse se deu pela análise da comunicação governamental e midiática, através dos discursos e estratégias comunicacionais projetadas sobre a REM.

Os objetos empíricos dessa pesquisa foram as notícias referentes a Reforma e que estão presentes nos sites do Ministério da Educação e do Portal R7. Através delas obtivemos a resposta ao problema de pesquisa: Quais são as estratégias comunicacionais acionadas para apresentar a Reforma do Ensino Médio nos sites do MEC e Portal R7?

Para além desse questionamento, esse trabalho teve como principal objetivo analisar a comunicação através dos discursos e estratégias projetadas acerca da REM, nos sites do Ministério da Educação (MEC) e Portal R7 e como objetivos específicos pudemos descrever aspectos da construção das notícias nos dois sites; teorizar sobre a comunicação governamental, pontuando suas regras e estratégias; e contribuir, teórica e metodologicamente, para os estudos que abordam a relação entre mídia e política.

Neste estudo e análise das notícias foram utilizadas as perspectivas metodológicas da análise de conteúdo (Bardin, 2009; Fonseca Júnior, 2005; Herscovitz, 2007) juntamente aos conceitos de comunicação e discurso governamental (Charaudeau, 2006), comunicação e discurso midiático (Charaudeau, 2006) e estratégias de comunicação (Rodrigues, 2015; Charaudeau, 2006). A escolha por esse método de pesquisa foi obtida pelas possibilidades proporcionadas em analisar os conteúdos encontrados pelas perspectivas quantitativa, mas principalmente qualitativa, trazendo resultados aprofundados.

No capítulo “Percurso Metodológico”, desenvolvemos o método da análise de conteúdo, incluindo seu histórico, sua inserção no campo da comunicação e suas etapas metodológicas. De acordo com o que o método proporciona, é necessário o entendimento do contexto, mostrando-se fundamental para a compreensão do conteúdo. Além dos textos, autores, formatos, mensagens e codificações, é preciso considerar o contexto, assim compreendendo os significados e sentidos do todo. A

análise de conteúdo, segundo Bardin, possui cinco estágios importantes para sua realização: Organização da análise; Codificação; Categorização; Inferência; Tratamento informático.

Em especial, na etapa de categorização dentre os critérios existentes, foram utilizados nesta investigação apenas um critério, o semântico. Essa etapa ainda possui características: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, produtividade, objetividade e fidelidade. Aqui a escolha das categorias se deu pelas características de homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade.

Pelas buscas feitas, apesar de haver uma grande quantidade de pesquisas realizadas com o método de análise aqui presente, pode-se notar a ausência de estudos utilizando o objeto de pesquisa deste trabalho e também de contribuições para o campo da comunicação através da produção científica direcionada aos estudos da comunicação governamental. Com a oportunidade de contribuirmos com esses estudos, pudemos refletir sobre as diferenciações entre os conceitos de comunicação pública e comunicação governamental, pontuando aspectos de divergências e intersecções.

Os resultados obtidos, expondo as principais estratégias comunicacionais encontradas nas notícias governamentais, demonstram a predominância da *palavra do discurso político* de **justificação**, logo após de dissimulação, promessa e decisão, em ordem decrescente de maior aparição. Nas *estratégias de dissimulação* é a estratégia do **vago**, e em porcentagem bem inferior, as estratégias de denegação, razão suprema e a de silêncio (que inclusive não está presente em nenhuma categoria). Nas *condições da palavra política*, a estratégia de **simplicidade** predomina quase que em dobro em relação a estratégia de credibilidade, em seguida com uma porcentagem também bem inferior, a estratégia de dramatização. Enfim, em relação a *citação*, acentua-se a aparição de citações tanto direta como indiretamente, trazendo credibilidade a notícia e isenção do autor dela quanto as informações divulgadas.

Já os resultados obtidos em relação as estratégias comunicacionais encontradas nas notícias midiáticas, apresentam a predominância da *estratégia* de **reforço**, em seguida de naturalização e visibilidade, e com porcentagem bem inferior, as estratégias de exacerbação dos diferendos e compatibilização. E na estratégia da *função do discurso circulante*, evidencia-se a função de **regulação social**, seguida do poder e contrapoder, e inferior a elas a função de dramatização.

Além desse parâmetro geral dos resultados, é válido destacar as estratégias predominantes em cada categoria, observando seu assunto e identificando-os com a estratégia em relevância. Assim, apresentaremos um resumo das categorias e suas respectivas estratégias em destaque.

Nas notícias governamentais, a categoria “defasagem do atual ensino médio” traz a palavra de justificação, estratégia do vago e a condição de simplicidade como estratégias predominantes, ainda, a existência de citação se iguala à ausência da mesma. Na categoria “urgência e necessidade de mudança no atual ensino médio” as estratégias se repetem: palavra de justificação, estratégia do vago, condição de simplicidade; exceto a citação, em que a existência dela predomina. Em “benefícios da mudança do ensino médio”, destaca-se a palavra de promessa, estratégia do vago, condição de simplicidade e a ausência de citação. A categoria “trâmites e debates sobre a reforma do ensino médio”, também possui as mesmas estratégias que a categoria anterior: estratégia do vago, condição de simplicidade e a ausência de citação; exceto a palavra do discurso político, que neste caso prevalece a palavra de dissimulação. A última categoria das notícias governamentais, “autoridades e sociedade em defesa da REM”, traz a igualdade da utilização das palavras de justificação e dissimulação e das estratégias do vago e blefe, além da condição de simplicidade e a existência de citações.

Nas notícias do Portal R7, a primeira categoria, “resistência em relação a REM”, apresenta a estratégia de exacerbação dos diferendos e a função de poder e contrapoder do discurso circulante. Na categoria “defasagem e necessidade de mudança no atual ensino médio”, predomina a estratégia de naturalização e a função de regulação social do discurso circulante. Em “alterações propostas na REM”, a estratégia e função do discurso circulante é equivalente a categoria anterior: estratégia de naturalização e função de regulação social. Na categoria “processo, trâmites e debates sobre a REM”, destaca-se a estratégia de reforço e visibilidade, além da função de poder e contrapoder. Por fim, em “autoridades em defesa do novo ensino médio”, ressalta-se a estratégia de visibilidade e a função de dramatização do discurso circulante.

A finalização deste estudo poderá se converter em um exemplo de aplicação do método da análise de conteúdo nos estudos da comunicação governamental, ampliando as pesquisas disponíveis para consulta e problematização acadêmica. Os estudos em comunicação governamental é uma área carente de produção científica

no nosso campo de conhecimento. Desta maneira, esta investigação também se justifica pela contribuição que pode trazer aos estudos da área da Comunicação, tendo em vista os poucos estudos existentes relacionados a análise de estratégias comunicacionais vigentes na comunicação governamental.

Também a realização da composição deste trabalho é extremamente relevante para a formação de um profissional de Relações Públicas, pelo fato de que devemos ter conhecimento das estratégias utilizadas nos dois campos, governamental e midiático. É importante também compreender a parte da construção e estruturação das estratégias comunicacionais presente nas notícias.

Para finalizar, achamos interessante a possibilidade de pesquisas futuras relacionando o contexto situacional, histórico e social em que a Reforma do Ensino Médio aconteceu, estudando e analisando as situações de ocupações como forma de resistência a uma decisão governamental, percebendo como esse acontecimento foi exposto pela mídia e de que forma o governo lidou com essa rejeição popular vinda de quem mais se interessa pelo tema – alunos, pais e professores. Além dessa possibilidade, destacamos também a oportunidade de pesquisa relacionada às reações sociais, governamentais e midiáticas após o início da implementação da Reforma e as estratégias que o Governo utilizará para manter a ideia de que a REM foi um avanço e não um retrocesso à educação e formação cidadã dos jovens.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**.

BRANDÃO, E. P. Conceito de Comunicação Públicas. In: DUARTE, J. (org.) **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2007.

BUENO, W.C. **Estratégias de comunicação nas mídias sociais**. Manole, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução Angela S. M. Corrêa – São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz – São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Tradução Angela M. S. Corrêa e Ida Lucia Machado – São Paulo: Contexto, 2008.

FONSECA JÚNIOR, W. C. Análise do conteúdo. In: DUARTE, J. BARROS, A. (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FRAGOSO, S. RECUERO, R. AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C. BENETTI, M. (org.) **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

JORGE, T. M. Revelar o digital. Metodologia para matérias efêmeras. In: JORGE, T. M. (org.). **Notícia em fragmentos: análise de conteúdo no jornalismo**. Florianópolis, SC: Insular, 2015.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Editora: Cultrix, 1996.

RODRIGUES, A. D. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, M. PORTO, Sérgio Dayrell. (org.) **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

RODRÍGUEZ OSUNA, Jacinto. La muestra: teoria y aplicación. In: GARCÍA FERRANDO, Manuel, IBÁÑEZ, Jesús e ALVIRA, Francisco (orgs.). **El análisis de la realidad social. Métodos y técnicas de investigación**. Madrid: Alianza, 1989.

ENGAJAMENTO DE VEÍCULOS NAS REDES. Disponível em: <<http://www.torabit.com.br>>. Acesso em: 09 de abril de 2017.

MEDIDA PROVISÓRIA. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria>>. Acesso em: 04 de julho de 2017.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 2016 (REFORMULAÇÃO ENSINO MÉDIO). Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126992>>. Acesso em: 04 de julho de 2017.

7 PONTOS QUE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO PODE AUMENTAR OS PROBLEMAS EM VEZ DE RESOLVÊ-LOS. Disponível em: <<https://ubes.org.br/2017/7-pontos-por-que-a-reforma-do-ensino-medio-pode-aumentar-os-problemas-em-vez-de-resolve-los/>>. Acesso em: 09 de novembro de 2017.

APÊNDICES

5.1. TABELAS DAS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS DAS NOTÍCIAS NO SITE DO MEC

5.1.1. Categoria: Defasagem do atual ensino médio

Tabela 1 - Estratégias comunicacionais da categoria Defasagem do atual ensino médio

<i>Unidade</i>	<i>Palavra do DP</i>	<i>Estratégias D.</i>	<i>Condições PP</i>	<i>Citação</i>
1	Justificativa, dissimulação	Vago	Credibilidade, simplicidade	Sim
2	Justificação	-	Simplicidade	Não
3	Justificação	-	Simplicidade, dramatização	Não
4	Justificação, dissimulação	Vago	Simplicidade	Não
5	Justificação, dissimulação	Vago	Simplicidade credibilidade	Sim
6	Justificação	-	Simplicidade, credibilidade	Sim
7	Justificação	-	Simplicidade, credibilidade	Sim
8	Justificação, dissimulação	Vago	Simplicidade, credibilidade	Sim
9	Justificação, dissimulação	Vago	Simplicidade, credibilidade	Sim
10	Justificação	-	Simplicidade, credibilidade	Sim
11	Dissimulação	Blefe	Simplicidade	Sim
12	Justificação	-	Simplicidade	Não
13	Justificação	-	Simplicidade, dramatização	Não
14	Justificação, dissimulação	Vago	Simplicidade, dramatização	Não
15	Justificação	-	Simplicidade, credibilidade	Não
16	Justificação, dissimulação	Vago	Simplicidade	Não

Fonte: A autora.

5.1.2. Categoria: urgência e necessidade de mudança no atual ensino médio

Tabela 2 - Estratégias comunicacionais da categoria urgência e necessidade de mudança no atual ensino médio

<i>Unidade</i>	<i>Palavra do DP</i>	<i>Estratégias D.</i>	<i>Condições PP</i>	<i>Citação</i>
1	Justificação	-	Simplicidade, credibilidade	Sim
2	Dissimulação	Vago	Simplicidade, credibilidade, dramatização	Sim
3	Justificação, dissimulação	Vago	Simplicidade	Não
4	Justificação, promessa	-	Simplicidade	Sim
5	Decisão, justificação,	Vago	Simplicidade, credibilidade,	Sim

6	dissimulação Promessa, dissimulação	Vago	dramatização Simplicidade	Sim
7	Decisão	-	Simplicidade, credibilidade	Sim
8	Promessa, justificação	-	Simplicidade, credibilidade, dramatização	Sim
9	Justificação	-	Simplicidade, credibilidade	Sim
10	Justificação, dissimulação	Vago	Simplicidade, credibilidade	Sim

Fonte: A autora.

5.1.3. Categoria: benefícios da mudança do ensino médio

Tabela 3 - Estratégias comunicacionais da categoria Benefícios da mudança do ensino médio

<i>Unidade</i>	<i>Palavra do DP</i>	<i>Estratégias D.</i>	<i>Condições PP</i>	<i>Citação</i>
1	Promessa, justificação, dissimulação	Vago	Simplicidade	Não
2	Promessa	-	Simplicidade	Não
3	Promessa, justificação	-	Simplicidade, credibilidade	Sim
4	Promessa, decisão	-	Simplicidade	Não
5	Decisão, dissimulação	Vago	Simplicidade, credibilidade	Não
6	Decisão, promessa	-	Simplicidade	Não
7	Promessa	-	Simplicidade	Não
8	Justificação	-	Simplicidade, credibilidade	Sim
9	-	-	-	Não
10	Promessa, decisão, dissimulação	Razão suprema	Simplicidade, credibilidade	Sim
11	Promessa	-	Simplicidade	Não
12	Dissimulação	Vago	Simplicidade, dramatização	Não
13	Justificação, promessa	-	Simplicidade	Sim
14	-	-	Dramatização, simplicidade	Sim
15	-	-	-	Não
16	-	-	-	Não
17	Promessa, dissimulação	Vago	Simplicidade	Sim
18	Dissimulação	Vago	Simplicidade	Não
19	Promessa	-	Simplicidade	Não
20	Decisão, dissimulação	Vago	Simplicidade	Não
21	Justificação	-	Simplicidade, dramatização	Não
22	Dissimulação, promessa	Razão suprema	Credibilidade, simplicidade	Sim
23	Promessa	-	Simplicidade	Não
24	Justificação, promessa	-	Simplicidade, dramatização	Não
25	Promessa,	Vago	Simplicidade,	Não

	dissimulação		credibilidade	
26	Promessa	-	Simplicidade	Não
27	-	-	Simplicidade	Não
28	Promessa justificação, dissimulação	Blefe	Simplicidade, dramatização	Sim
29	Promessa, dissimulação	Vago	Simplicidade, credibilidade	Sim
30	Decisão	-	Simplicidade	Não
31	-	-	Simplicidade	Não
32	Promessa	-	-	Não
33	Decisão	-	Simplicidade, credibilidade	Não

Fonte: A autora.

5.1.4. Categoria: tramites e debates sobre a REM

Tabela 4 - Estratégias comunicacionais da categoria Trâmites e debates sobre a REM

<i>Unidade</i>	<i>Palavra do DP</i>	<i>Estratégias D.</i>	<i>Condições PP</i>	<i>Citação</i>
1	-	-	-	Não
2	-	-	-	Não
3	Promessa	-	Simplicidade, credibilidade	Sim
4	Promessa, justificação	-	Simplicidade	Sim
5	Dissimulação	Vago, blefe	Credibilidade	Sim
6	-	-	-	Não
7	Justificação, dissimulação	Vago	Simplicidade, credibilidade	Não
8	-	-	Simplicidade	Não
9	-	-	Simplicidade, credibilidade	Sim
10	-	-	Simplicidade	Não
11	Decisão, dissimulação	Razão suprema	Simplicidade	Não
12	Justificação, decisão	-	Simplicidade, credibilidade, dramatização	Sim
13	-	-	-	Não
14	Decisão, dissimulação	Vago	Simplicidade, credibilidade	Sim
15	Justificação	-	-	Sim
16	Promessa, decisão	-	Credibilidade	Sim
17	Dissimulação	Blefe	-	Sim
18	Decisão, dissimulação	Vago	Simplicidade	Não
19	-	-	-	Não
20	-	-	Simplicidade, credibilidade	Sim
21	-	-	Simplicidade	Não
22	-	-	-	Não

23	Dissimulação	Blefe	Simplicidade	Não
24	-	-	Credibilidade, simplicidade	Não
25	-	-	Simplicidade	Sim
26	-	-	Simplicidade	Não
27	Decisão	-	Simplicidade, credibilidade	Sim
28	-	-	Dramatização, credibilidade, simplicidade	Sim

Fonte: A autora.

5.1.5. Categoria: autoridades e sociedade em defesa do novo ensino médio

Tabela 5 - Estratégias comunicacionais da categoria Autoridades e sociedade em defesa do novo ensino médio

Unidade	Palavra do DP	Estratégias D.	Condições PP	Citação
1	Promessa	-	Credibilidade, simplicidade	Sim
2	Justificação	-	Credibilidade, simplicidade	Não
3	-	-	-	Sim
4	Justificação	-	Credibilidade, simplicidade	Não
5	-	-	Simplicidade	Não
6	Promessa, dissimulação	Blefe	Simplicidade, credibilidade	Sim
7	Justificação	-	Credibilidade, simplicidade	Sim
8	Justificação	-	Credibilidade, simplicidade	Sim
9	Promessa	-	Dramatização, simplicidade, credibilidade	Sim
10	Dissimulação	Vago	Credibilidade, simplicidade	Sim
11	Dissimulação	Vago	Simplicidade,	Sim
12	Dissimulação	Blefe	Credibilidade, simplicidade	Sim

Fonte: A autora.

5.2. TABELAS DAS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS DAS NOTÍCIAS NO SITE DO PORTAL R7

5.2.1. Categoria: Resistência em relação a REM

Tabela 6 - Estratégias comunicacionais da categoria Resistência em relação a REM

Unidade	Estratégia	Função do discurso circulante
1	Exacerbação	Poder e contra poder
2	Visibilidade, exacerbação e	Poder e contra poder

	reforço	
3	Exacerbação, reforço	-
4	Compatibilização, reforço	Poder e contra poder
5	Visibilidade	-
6	-	Poder e contra poder
7	Exacerbação	-
8	Exacerbação, reforço	Poder e contra poder
9	Exacerbação, reforço	Poder e contra poder, regulação social
10	Reforço, visibilidade, exacerbação	Poder e contra poder
11	Naturalização	Poder e contra poder
12	-	-
13	Reforço, exacerbação	Poder e contra poder

Fonte: A autora.

5.2.2. Categoria: Defasagem e necessidade de mudança no atual Ensino Médio

Tabela 7 - Estratégias comunicacionais da categoria Defasagem e necessidade de mudança no atual Ensino Médio

<i>Unidade</i>	<i>Estratégia</i>	<i>Função do discurso circulante</i>
1	Naturalização	Regulação social
2	-	-
3	Naturalização, reforço	-

Fonte: A autora.

5.2.3. Categoria: Alterações propostas na REM

Tabela 8 - Estratégias comunicacionais da categoria Alterações propostas na REM

<i>Unidade</i>	<i>Estratégia</i>	<i>Função do discurso circulante</i>
1	Visibilidade	-
2	Reforço	Regulação social
3	Reforço	Regulação social
4	Naturalização	Regulação social
5	Naturalização, reforço	Regulação social
6	Naturalização	-
7	Reforço	Regulação social
8	-	-
9	Visibilidade	-
10	Visibilidade	Regulação social
11	Visibilidade	Regulação social
12	-	Regulação social
13	Naturalização	Regulação social
14	Visibilidade	Regulação social
15	Naturalização	-
16	Naturalização	Regulação social
17	Visibilidade	Regulação social
18	Naturalização	Regulação social

Fonte: A autora.

5.2.4. Categoria: Processos, trâmites e debates sobre a REM

Tabela 9 - Estratégias comunicacionais da categoria Processos, trâmites e debates sobre a REM

<i>Unidade</i>	<i>Estratégia</i>	<i>Função do discurso circulante</i>
1	Visibilidade	-

2	Visibilidade	-
3	-	Regulação social
4	Reforço	Poder e contra poder
5	Compatibilização	Poder e contra poder
6	Visibilidade	-
7	Reforço, compatibilização	-
8	Naturalização, compatibilização	-
9	-	-
10	Exacerbação	Poder e contra poder
11	-	-
12	Compatibilização	Poder e contra poder
13	Visibilidade	-
14	Reforço, exacerbação	Poder e contra poder
15	Visibilidade, reforço	-
16	Visibilidade, reforço	-
17	Visibilidade, reforço	-
18	Visibilidade, reforço	-
19	Visibilidade, reforço	-
20	Visibilidade, naturalização	-
21	Reforço	-
22	Visibilidade	-
23	Reforço, visibilidade	-
24	Visibilidade	-
25	Visibilidade, reforço	-
26	Reforço e visibilidade	-
27	Reforço, compatibilização	-

Fonte: A autora

5.2.5. Categoria: Autoridades em defesa do Novo Ensino Médio

Tabela 10 - Estratégias comunicacionais da categoria Autoridades em defesa do Novo Ensino Médio

<i>Unidade</i>	<i>Estratégia</i>	<i>Função do discurso circulante</i>
1	Naturalização, reforço, visibilidade	-
2	Compatibilização	Dramatização
3	Compatibilização, visibilidade	-

Fonte: A autora.

6. ANEXOS

6.1. PESQUISA NO QUAL FOI ESCOLHIDO O SITE MIDIÁTICO

